

**UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO “PROF. JOSÉ DE SOUZA HERDY”
UNIGRANRIO
PPGHCA / MESTRADO**

NEIDE AMORIM ERNESTO

**O ENTRELUGAR DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A representação feminina em Clara dos Anjos.**

Duque de Caxias
2017

NEIDE AMORIM ERNESTO

O ENTRELUGAR DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
A representação feminina em *Clara dos Anjos*.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Cultura e Artes da UNIGRANRIO como requisito parcial à obtenção do título de Mestrado.

ORIENTADORA: VERA LUCIA T. KAUSS

Duque de Caxias
2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE/BIBLIOTECA - UNIGRANRIO

E71e Ernesto, Neide Amorim.

O entrelugar da mulher negra na sociedade brasileira: a representação feminina em Clara dos Anjos / Neide Amorim Ernesto. – Duque de Caxias, 2017. 134 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2017.

“Orientadora: Profa. Vera Lucia Teixeira Kauss”.

Bibliografia: f. 131-134.

1. Educação. 2. Barreto, Lima, 1881-1922. 3. Negras na literatura.
4. Mulheres na literatura. I. Kauss, Vera Lucia Teixeira. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 370

Neide Amorim Ernesto

**O Entrelugar da Mulher Negra na Sociedade Brasileira: a representação
feminina em Clara dos Anjos.**

Exemplar apresentado para avaliação pela banca examinadora em

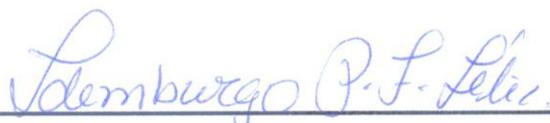
02/05/2017

Aprovado pela banca examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Vera Lucia Teixeira Kauss
Orientadora

UNIGRANRIO



Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Felix
Examinador Interno

UNIGRANRIO



Prof^ª. Dr^ª. Shirley de Souza Gomes Carreira
Examinador Externo

UERJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em memória de minha falecida avó paterna: Jorgina Ferreira Novais (dona Jovi), nascida em 1890, por ser uma dessas mulheres que perfaz objeto do meu estudo.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao meu marido Leandro e à minha mãe Priscilla pela paciência nesses momentos difíceis pelos quais passei ao elaborar este valioso trabalho.

À prestimosa colaboração dos professores Frazão, Vanessa, Geraldo e Vera da UNIGRANRIO e da professora Shirley da UERJ que tanto contribuíram, com seus saberes, para a conclusão de mais uma etapa acadêmica.

Enfim, a todos que trabalharam a meu favor para que eu pudesse realizar meu sonho.

DESESPERAR JAMAIS

Desesperar jamais.

Aprendemos muito nesses anos.
Afinal de contas, não tem cabimento
Entregar o jogo no primeiro tempo

Ivan Lins

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivos discutir o entrelugar da mulher negra em uma época androcêntrica, que originou sua tripla subalternidade: a genérica, a racial e a social. Para tanto, elaborou-se um recorte, constituído por essas mulheres, através de extensa pesquisa, visando analisar a busca pela sobrevivência desses entes femininos na época colonial, a partir dos ditames comportamentais impostos às mulheres brancas neste tempo. Além disso, objetiva-se averiguar a vida privada da mulher negra após a abolição, observando a influência do patriarcado nas comunidades suburbanas. Também perfaz esses objetivos verificar se as regras patriarcais afetavam o relacionamento dos casais no cerne de seus lares. Enfim apresentar um painel do entrelugar das mulheres negras desde a época colonial até o início do século XX. No decorrer da elaboração deste trabalho, foram abordados períodos literários como o romantismo e o naturalismo, cujas características sincréticas, além do realismo, compõem o romance *Clara dos Anjos*. Investigou-se também a vida de Lima Barreto, autor da obra supracitada, assim como acontecimentos do início do século XX. Questões não fictícias foram pesquisadas através de fichas policiais e laudos médicos, a fim de identificar o poder exercido pelo homem e pelas instituições governamentais sobre as mulheres. Correlacionou-se o código penal de 1890 ao conceito de “mulher honesta”, naquela época; e finalmente, discutiu-se o código linguístico, fator, extremamente, importante, em uma cultura, pois também reflete o poder do sexo masculino em uma sociedade, cuja linguagem é estruturada de forma androcêntrica em que determinadas expressões possuem conceitos diferentes para os dois sexos.

Palavras-chave: Subalternidade, Entrelugar, Lima Barreto, Clara dos Anjos.

ABSTRACT

This master's dissertation has a purpose discuss the black women's space in between in the androcentric paradigm that create the triple subalternity gender, racial and social. To this end, had been elaborated a thematic approach about this females through this extensive research, in order to analyze their fight for to black women survive in the brazilian colonial period, based in the behavior rules for caucasian women. Besides, this study objective ascertain the private life of black women after the abolishment of slavery, observing the patriarchy influences in the suburban communities; report an information panel about the space in report. An information exercised by the black women since the colonial period until the beginning of the twenty century; investigates the weight of bourgeois society over the black girls that lived in the carioca suburban's; check if the patriarchy rules affected the couple's relationships in their homes. In the course of the production of this work also been addressed literary period that reflects events in a determinate syncretic epoch that occurred before the modernism. Then, the *Clara dos Anjos'* novel has romance, realism and naturalism characteristics. Describes the Lima Barreto's life, the romance author and the historic moment of the beginning of the twenty century. Finally, examined the aforementioned period containing the real feminine stories. Subjects that occurred in the real life based in police files and "medical examinations" contributed for a major understanding of the subalternity naturalization forced to women in the final of the nineteen century and beginning of the twenty century. Correlate the 1890' code criminal to the meaning of "honest woman" on that time. And finally discussed the linguistic code, that is an extremely important factor in a culture because reflect the male power in a society whose language is structure in an androcentric way whose determinates expressions have different meanings for the male and female and words that are tolerated only if were told for the male entity.

Key words: Subalternity, Space in between, Lima Barreto, Clara dos Anjos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAP. I – O LUGAR E O ENTRELUGAR DAS MULHERES	14
1.1 – As mulheres estigmatizadas nos tempos do Brasil colonial	17
1.2 – O entrelugar da mulher negra	24
1.3 – As quitadeiras	27
1.4 – As sinhás pretas.....	29
CAP.II – A LITERATURA E O COMPORTAMENTO FEMININO	36
2.1 – A mulher burguesa e o romantismo	42
2.1.1 – Duas obras românticas: heterogêneas e conciliatórias	48
2.2 – O naturalismo e as teorias raciais	52
CAP.III – LIMA BARRETO E O MOMENTO HISTÓRICO DO ROMANCE <i>CLARA DOS ANJOS</i>	57
3.1 – A vida de Lima Barreto	57
3.1.1 – Lima: antifeminista ou defensor das mulheres?.....	61
3.1.2 – As divergências entre Lima Barreto e Olavo Bilac.....	64
3.2 – “Belle Époque” e “Mal Époque”.....	66
3.2.1 – O “bota abaixo” e a “revolta da vacina”	72
3.3 – Os subúrbios cariocas	76
3.3.1 – A música nos subúrbios	78
CAP.IV – A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM <i>CLARA DOS ANJOS</i>	83
4.1 – Análise da obra	83
4.1.1 – Enredo	84
4.1.2 – Foco narrativo.....	86
4.1.3 – Ambiente.....	87
4.1.4 – A organização do tempo diegético.....	89
4.2 – A subalternidade feminina.....	90
4.2.1 – A misoginia como constructo social.....	93
4.2.2 – A visão social e étnica do papel da mulher na sociedade brasileira	105
4.3 – O código penal de 1890 e a discussão do conceito de mulher honesta	113
4.4 – O código linguístico presente no romance <i>Clara dos Anjos</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta o seu “leitmotiv”¹ pautado na busca do feminino pelo seu entrelugar em um mundo estruturado no patriarcado. Para tanto, foi configurada uma delimitação que engloba as mulheres subalternizadas em gênero, raça e nível social. São as negras que desde o início da colonização, foram estereotipadas e transformadas no contraponto da mulher branca, a “santa mãezinha”, que recebeu a incumbência de gerar filhos.

Partindo desta explanação, este trabalho levanta o seguinte problema: Como as mulheres negras constituíram seu entrelugar em épocas permeadas por preconceitos delineados nos ditames patriarcais?

O assunto necessita de um recorte, pois, no cerne da misoginia que as mulheres vivenciaram e vivenciam, há que se elencar especificações. A mulher branca, no projeto patriarcal do início da colonização, possuía a incumbência de povoar as novas terras, já as negras eram meros objetos de prazer e trabalho. A verdade é que ambas configuravam objetos sexuais, nos ditames masculinos, porém com finalidades distintas. As não brancas não precisavam ser santificadas porque não faziam parte do povoamento que se queria construir naquela época.

A comunhão entre o desejo institucional de domesticar a mulher no papel da mãe e o uso que as populações femininas fizeram desse projeto foram tão bem-sucedidos, que o estereótipo da santa-mãezinha provedora, piedosa, dedicada e assexuada se construiu no imaginário brasileiro no período colonial e não mais o abandonou. Quatrocentos anos depois do início do projeto de normatização, as santas-mãezinhas são personagens de novelas de televisão, são invocadas em parachoques de caminhão (Mãe só tem uma”, “Mãe é mãe”), fecundam o adagiário e as expressões cotidianas (“Nossa mãe!”, “Mãe do céu”). (PRIORE, 2009, p. 16)

O primeiro capítulo conceitua e disserta sobre o lugar e o entrelugar da mulher, através de um estudo sobre a época colonial, explicando como as cativas ou forras moviam-se em lugares públicos, articulando-se com pessoas importantes e exercendo o comércio conforme aprenderam na África ou aqui no Brasil, através das tradições orais presentes naquele continente, cuja cultura fora repassada desta forma.

¹ Ideia que reaparece de modo constante em obra literária, discurso, com valor simbólico para expressar uma preocupação dominante. Palavra de origem alemã.

O segundo capítulo desconstruirá a literatura convencional que se propunha a espelhar valores burgueses e a inferiorização dos negros e mestiços.

O romantismo divulga a falsa felicidade conjugal, alimentando a ideia de que os homens são tais quais os heróis folhetinescos. O matrimônio será incentivado como se fosse a redenção dos percalços sofridos pelos heróis e heroínas da trama. A realidade, porém, mostra-se oposta, haja vista que o casamento, longe dos livros, compõe-se apenas de contratos econômicos.

O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões “por amor”). Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriã e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. (D'INCÃO, 2004, p. 229)

Já o naturalismo corroborava, através de suas características, com o recrudescimento da construção libidinoso da mulher mestiça. Tem-se em *O cortiço* um livro marcante em relação ao lugar determinado às pessoas pobres na sociedade da época. Os personagens são comparados a animais e demonstram que o instinto é mais forte que o raciocínio entre eles. A faceira mulata Rita Baiana representa a mulher melíflua e irresistível. Toda a responsabilidade da mudança de temperamento do português Jerônimo, que se tornou seu amante, é atribuída a ela. Desta forma, o autor isenta o homem de qualquer culpa no que concerne a sua infidelidade, pois delinea a personagem como uma verdadeira feiticeira na arte da sedução.

Livro singular, pela força da narrativa, pelo choque dos tipos em contraste, pela numerosidade das figuras. *O cortiço* tem algo daquele potencial épico de Zola nas páginas de *Germinal*. Nesse romance, Aluísio Azevedo realizou a obra que lhe dá lugar definitivo na novelística brasileira, nela espelhando o Rio de Janeiro do último quartel do século, com seus pardieiros e suas habitações coletivas. (COUTINHO 1986, p. 79)

O terceiro capítulo refere-se à vida de Lima Barreto e ao momento histórico em que é escrito o romance *Clara dos Anjos*. O autor é retratado com suas nuances e seus paradoxos.

Na sua aparente humildade, não era homem para se dobrar a ninguém. O orgulho doía-lhe mais que o estômago. E assim, as oportunidades que apareciam não foram aproveitadas, por inteiro, contribuindo apenas, a cada malogro, para aumentar-lhe o sentimento de revolta, que foi nele, por assim dizer, inato. (BARBOSA, 2003, p. 172)

A questão histórica retrata um fato de suma importância na época do governo do então prefeito Pereira Passos: o “bota abaixo”. Com a missão de reconstruir o Rio de Janeiro para o desfrute da elite, ele procurou esconder o que não era “belo” nos subúrbios. Os resíduos foram descartados e o cartão postal estava pronto para o deleite da burguesia e do governo, atraindo, assim, turistas através da mimetização da Paris de Haussmann.

Instalou-se um “bota abaixo” de cortiços, estalagens, sobrados e casas térreas classificadas como insalubres e indignas, sob a aparência das melhores intenções sociais. Para aqueles que compartilhavam das ideias intolerantes dos dirigentes das reformas, as melhorias nas canalizações e infraestrutura não eliminavam a chaga social das habitações populares miscigenadas às casas comerciais do centro ou às moradias destinadas aos setores sociais mais estáveis estabelecidos nos arrabaldes. (SEVCENKO. 2012, p. 145)

O quarto e último capítulo chama-se “A representação feminina em *Clara dos anjos*”. Trata-se da análise do romance e de outros temas representativos no que concerne ao ente feminino.

A subalternidade feminina entrelaça-se à misoginia e ao determinismo. No entanto, a temática da etnia também interpenetra nos temas elencados, haja vista o perfil da mulher que é o alvo do presente estudo. No decorrer dos tópicos, as personagens femininas ilustram as situações adversas às quais as suburbanas são submetidas.

Também será abordado o código civil de 1890, que obrigava o homem, responsável pelo defloramento da mulher, a casar-se com ela, assim como os casos de rapto e estupro. É importante mencionar que ele conceituava o que seria a mulher honesta, à medida em que atendia apenas as que se enquadrassem nas prerrogativas do bom comportamento feminino.

A última parte disserta sobre o código linguístico do romance, à medida que uma das características da subalternidade feminina se faz através da não verbalização, ou seja, da afasia cultural constituída através dos tempos. No entanto, três personagens secundárias de *Clara dos Anjos* se destacam em

situações distintas, mas que permitem, igualmente, a loquacidade dessas mulheres: a opressora D. Salustiana, que apesar de viver, aparentemente, sob a conduta patriarcal, na verdade, mostra-se verborrágica e dominadora.

A segunda personagem é Inês que, em um único momento, expõe todas as angústias da mulher negra que se alcooliza e vive em extremo grau de pobreza, compartilhando as mágoas com outros, cujos habitantes do lugar se igualam pela condição desumana em que sobrevivem.

Por fim, somos apresentados à Dona Margarida. Esta inverte o papel de mulher negra e lutadora que, sem opção, enfrenta os ditames da época com o intuito de sobreviver e sustentar seu filho. Transita pelas ruas a fim de recolher e entregar as encomendas de bordados. Viúva, sabe proteger-se das intempéries da vida. Trata-se de uma mulher branca e estrangeira que é procurada por D. Engrácia para resolver pequenos problemas que esta última, mulher negra, porém criada com os mimos das brancas e ricas, não consegue solucionar.

Em relação ao problema delineado, anteriormente, apresenta-se um painel da situação das negras, em geral, durante e após a escravidão, no cerne de uma sociedade em que tão cedo não se discutiria a possibilidade de oportunidades iguais para as mulheres.

Analisar a vida privada da mulher negra após a abolição, observando a influência do patriarcado nas comunidades suburbanas é um dos objetivos desse texto. Outro objetivo é pesquisar, também, o quanto a mulher negra exercia a sua “liberdade” dentro dos padrões burgueses visto que, após a abolição, a maioria não teve outra opção, senão procurar trabalho a fim de ajudar o marido na manutenção do lar ou até mesmo a de sustentar a família sozinha.

Um outro ponto abordado nesse estudo é a averiguação do peso da moral burguesa em relação às moças negras e mestiças suburbanas.

A metodologia empregada consiste em uma vasta pesquisa bibliográfica, destacando a trajetória da mulher negra, cujas informações foram obtidas através de pesquisadores que inovaram em suas fontes: fichas policiais, laudos psiquiátricos, testamentos e inventários.

Por conseguinte, a proposta deste estudo consiste em elucidar a origem de uma série de estereótipos sofridos pela mulher negra no início do século XX, compreendendo a naturalização de proibições a que ela mesma se impõe e critica em outras mulheres que ousam burlar certos ditames, que estão naturalizados no cerne da sociedade.

CAP. I - O LUGAR E O ENTRELUGAR DAS MULHERES.

Desde a época da colonização, a mulher ocupa um lugar determinado por outrem. Os homens criam padrões de comportamento, impondo regras que beneficiam àqueles que se enquadram em seus ditames: homem branco, heterossexual e pertencente à elite. Aqueles que destoam desta definição exercem papéis subalternos, sem a possibilidade de uma dialética que facilite a desconstrução dessa posição definida pelo patriarcado que figura ao longo da história. Deste modo, o feminino foi colocado em uma condição afásica perante às sociedades que se compuseram através dos tempos por interesses diversos.

O lugar se completa pela fala, a troca alusiva de algumas senhas, na conveniência e na intimidade cúmplice dos locutores (...). Vincent Descambes² escreve assim a propósito de Françoise de Proust³, que ela compartilha e define como “retórico” com todos aqueles que são capazes de entrar em suas razões, todos, cujos aforismos,⁴ vocabulário e tipos de argumentação compõe uma cosmologia.⁵ (AUGÉ. 2012, p. 73)

Na citação acima, Auge⁶ refere-se a um lugar antropológico que ele define como identitário, relacional e histórico. Apropriando-se deste trecho, para compor esta dissertação, pode-se dizer que o calar compelido à mulher pelos ditames de cada época, sempre auxiliados pela igreja e pela medicina, a partir do século XIX, recrudesceram essa afasia determinada pela univocidade dessas normas ditadas pelo opressor.

A citação abaixo, embora sua autoria pertença a uma escritora contemporânea, ilustra de forma apropriada a questão da subalternidade que acomete à mulher, cujo tema será desenvolvido no último capítulo:

² É um filósofo francês. Seu maior trabalho tem sido a filosofia da linguagem e a filosofia da mente. Ele é particularmente conhecido por uma longa crítica em um projeto que ele chama de cognitivo em dois volumes. A visão atual na filosofia da mente que os fatos mentais e psicológicos podem ser tratados, como, ou reduzidos à fatos físicos sobre o cérebro. <https://wikipedia.org>

³ É o principal personagem de Marcel Proust: A procura de um tempo perdido.

⁴ Máxima ou sentença que, em poucas palavras, explicita regra ou princípio de alcance moral.

⁵ É o conjunto de teorias científicas que tratam das leis ou das propriedades das matérias em geral ou do universo. Ela supõe a possibilidade de um conhecimento do mundo como sistema e de sua expressão num discurso. (Dicionário básico de filosofia) <https://booksgoogle.com.br>

⁶ Etnólogo e antropólogo francês. Cunhou o termo não-lugares que não possuem significados suficientes para serem definidos como “um lugar”. Autor contemporâneo, mas que dialoga perfeitamente com o tema em questão. www.pt.wikipedia.org

Pode o subalterno falar? O que a elite deve fazer para estar atenta à construção contínua do subalterno? A questão da “mulher” parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada no contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao do Terceiro Mundo), a condição de ser “negra” ou “de cor” perde o significado persuasivo. (SPIVAK, 2010, p. 110)

Naturalmente não se pode rejeitar o óbvio: quando se afirma que as “mulheres” sempre foram afásicas, exclui-se a maior parte delas, que compostas por negras e mestiças, recebiam tratamentos diferenciados, dependendo da época que será estudada.

As mulheres brancas, elitizadas, deveriam conservar-se castas até o dia do casamento porque isto fazia parte de um engendro em que a sua função era cuidar do lar e gerar filhos; e uma das garantias de que a paternidade fosse do marido era o confinamento da mulher em seu lar.

No entanto, à mulher negra e mestiça eram reservadas outras funções, principalmente esta última, que desde a época da colonização fora tratada como “imoral”, à disposição dos desejos masculinos. Logo, os lugares das brancas e negras não eram iguais, no entanto, os maus tratos eram parecidos, guardadas as devidas proporções.

A concepção de entrelugar reflete deslocamento, desconstrução de um determinado estereótipo para dar visibilidade ao que foi escondido por interesses dos que exerciam o domínio em um dado momento histórico. É a procura do seu lugar e do seu espaço em uma determinada época em que sua voz tenha sido obliterada, impossibilitando o questionamento de sua posição perante a sociedade. É a percepção de que negar a problemática racial e genérica constrói um eixo que naturaliza estereótipos criados há tempos atrás.

O patriarcado, nos subúrbios, por exemplo, no início do século XX, tornou-se uma tentativa malograda de imitar o que imperava no centro da cidade, cujos atores sociais eram a elite carioca. Naqueles locais, a mulher pobre, compulsoriamente, subverteu a ordem de cárcere e trânsito proibitivos pelas ruas, devido à imprescindibilidade do complemento financeiro, a fim de suprir as

necessidades básicas da família, sendo que, muitas vezes, seu salário era o único sustento, devido à demanda de trabalhos domésticos.

Em relação ao patriarcado, o Brasil herdou os regulamentos da Europa e após a segregação dos pobres, nos subúrbios, estas mulheres se reinventaram, pois, as regras do opressor seguiram com eles, haja vista que o androcentrismo já estava naturalizado.

Inexoravelmente, essas mulheres conseguiram anular as estruturas patriarcais que as obrigavam a viver sem direito à voz, pois o sustento da casa não era atribuído, exclusivamente, ao ente masculino. Seu trânsito pelas ruas nas idas e vindas do trabalho causava incômodos. Os policiais as detinham, pois eram confundidas com prostitutas. Em casa, havia a violência doméstica, mas grande parte das mulheres reagia, verbalmente e fisicamente. Essa violência masculina recrudescia à medida que este homem não pudesse exercer, plenamente, o seu papel de provedor.

O Renascimento colonialista engendra, por sua vez, uma nova sociedade, a dos mestiços, cuja principal característica é o fato de que a noção de unidade sofre reviravolta, é contaminada em favor de uma mistura sutil e complexa entre o elemento europeu e o elemento autóctone. (SANTIAGO, 2000, P. 15)

Desse modo, pode-se estabelecer um paralelo entre a análise de Silvano Santiago, em relação ao entrelugar dos latino-americanos e a busca da própria identidade dessa mulher, que é discriminada nos âmbitos racial, genérico e social. Há outras definições a respeito do termo entrelugar quando se trata de uma época em que o feminino era reificado como um dos pertences do homem.

Tuan⁷ (1983) estabelece uma relação dialética⁸ entre o lugar e o espaço. Enquanto o primeiro nos remete à segurança, organização e estática, o segundo significa liberdade e dinâmica. Ele diz que espaço simboliza a liberdade no Ocidente.

⁷ Geógrafo sino-americano e escritor. Graduou-se em Oxford.

⁸ É uma forma de debate onde as ideias são postas a discussão.

Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça. Um dos sentidos etimológicos do termo “bad” (mau) é aberto. Ser aberto e livre é estar exposto ao vulnerável. O espaço aberto não tem caminhos trilhados nem sinalização. Não tem padrões estabelecidos que revelem algo, é uma folha de papel em branco na qual se pode imprimir qualquer significado. O espaço fechado é humanizado, é lugar. Comparado com o espaço, o lugar é um centro calmo de valores estabelecidos. (TUAN, 1983, P. 61)

Apropriando-se do texto de Tuan e inserindo-o nas questões trabalhadas nesta dissertação, enquadram-se os papéis determinados para o homem e para a mulher. Enquanto ele representa o espaço, ela é o lugar. Sendo que para ele, a liberdade não é perigosa, pois foram os próprios que estabeleceram esses pressupostos, beneficiando-os. No entanto, a mulher que se atrevia a driblar esse código normativo, estava à mercê de estigmas que se naturalizaram de tal forma, que não se fez mais necessária, a reclusão absoluta a que estavam submetidas, pois ela já sabia representar o seu papel e ocupava o seu lugar de subalterna na sociedade.

1.1– As mulheres estigmatizadas nos tempos do Brasil colonial.

A questão da maternidade é controversa. Se por um lado, a mulher possuía, como principais funções, a de parideira e dona de casa; por outro, ser mãe constituía uma espécie de empoderamento, devido ao mistério que envolvia todo o processo de concepção, cuja participação masculina era somente a sexual. O relacionamento entre as mulheres, nessas horas, em que os homens se sentiam inaptos a intervir, mostrava-se amigável, pois era um momento em que os conflitos femininos eram esquecidos e a união das mulheres florescia.

Será, portanto, à luz deste múltiplo caráter colonial, feito de heranças interculturais, das marcas do escravismo e, sobretudo, do projeto normatizador da Metrópole, que irei abordar a condição feminina. Abordagem que representa o pano de fundo para a questão que de fato pretendo aprofundar: o longo processo de domesticação da mulher no sentido de torná-la responsável pela casa, a família, o casamento e a procriação, na figura da ‘santa-mãezinha’. (PRIORE. 2009,p. 23)

Os homens pertencentes à elite constituíam-se donos de tudo: dos bens, incluindo os escravizados, dos filhos e da esposa. Na verdade, ao homem branco, tudo era permitido e a mulher deveria restringir-se à maternidade e aos cuidados com a casa.

O discurso normativo dos médicos também fez parte desses mitos e pechas que incorreram sobre o mundo feminino. Segundo esse discurso, a função natural da mulher era a da procriação e fora disso, ela sentia-se deprimida e ávida por sexo. Naquela época, eram poucos os conhecimentos medicinais e as mulheres eram objetos de estudo. É como se aquele ser desconhecido não fosse um ser humano com os mesmos anseios e necessidades do homem. E esse desconhecimento requeria um estudo a partir, principalmente, do útero, da menstruação; para eles, esses elementos seriam os responsáveis por qualquer desvio feminino da norma organizada em uma estrutura patriarcal.

Nesta perspectiva androcêntrica⁹, surgiu uma lenda de que, para a mulher ser considerada um ser completo, deveria exercer a maternidade, criando uma pecha de inferioridade àquelas inférteis, excluídas, assim, de uma certa forma, desse eixo econômico patriarcal.

1. Imagem – Aspectos Gerais da Economia Colonial



Prof. Delzymar Dias.— Transcrição da apresentação:

Apresentação em tema: www.clubedahistoria.com.br. Acesso em 15/12/2015

Segundo Priore (2009), o processo de domesticação impingido à mulher recorreu a uma série de fortes ações. Uma delas consta no recrudescimento dos padrões comportamentais, vindos da Europa. Para tanto, utilizaram os padres mais eloquentes em suas pregações, contos populares, casos moralizantes e da maledicência da população, que sabedora do descumprimento de tais regras, não se furtavam à divulgá-los.

⁹ É a visão do mundo em que se valoriza o ponto de vista masculino. Termo ligado ao patriarcado.

Além de ser um eco das decisões tomadas pela Reforma católica depois do Concílio de Trento, esse discurso normatizador fora imposto às elites no Seiscentos português como reflexo de uma onda, ou melhor, de um processo civilizatório que atingiu o ocidental. Tal processo estendeu-se ao conjunto da sociedade lusa por canais mais ou menos semelhantes aos que foram utilizados no Brasil. A reorganização das funções do corpo, dos gestos e dos hábitos, proposta nesse discurso, deveria traduzir-se nas condutas individuais. (PRIORE. 2009, p. 24)

No início do século XVII, a Igreja católica proibiu a criação conventos e mosteiros nos estados da Bahia e Pernambuco. Era mais uma forma de povoar aqueles lugares e mais uma vez, à mulher branca coube o papel de reprodutora, respaldando este ato à misoginia contida no código da bíblia cristã. Nas palavras do Apóstolo Paulo, encaixa-se, perfeitamente, a relação de submissão que a mulher deve ao marido.

As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao senhor; porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo o salvador do corpo. Como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido. Maridos, amai a vossa mulher, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a santificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito. (EFÉSIOS, cap.5, versículos 22-27)

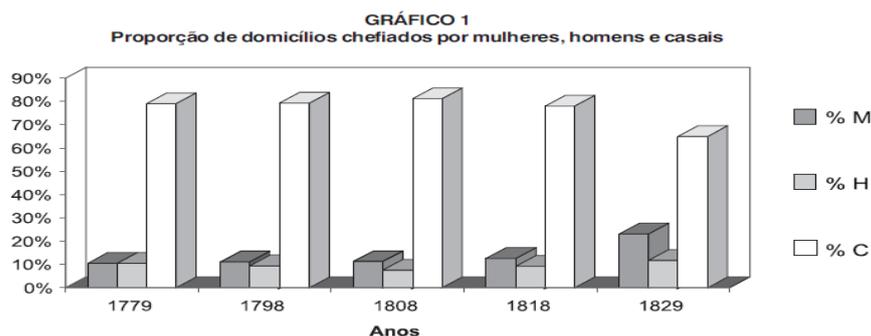
Os deveres femininos impedem a mulher de qualquer iniciativa e esta deve submeter-se ao comando masculino através da analogia supracitada em que o apóstolo Paulo compara a mulher à igreja, que é um lugar santo. Posto isso, ela deve obedecer a seu marido e comportar-se segundo os ditames patriarcais, que estabeleciam que o ente feminino deveria ser puro e imaculado. Já o homem deve ser o seu comandante e é comparado a Cristo. No entanto, também deve amá-la como a si mesmo, santificando-a e mantendo-a imaculada por causa do amor que sente por ela. Todavia, esse amor não existia. Assim, o relacionamento entre ambos era permeado por maus tratos à mulher, constantes adultérios por parte do homem; e o confinamento feminino. Se ela tivesse acesso à vida pública, possuiria uma gama de prerrogativas que não eram concedidas a ela em seu ambiente doméstico.

Na época da Contrarreforma, a igreja católica acirrou ainda mais seus preceitos morais que chegaram ao Novo Mundo. Tratava-se de um pietismo¹⁰ em que aumentava a devoção aos santos católicos. Além disso, a mariologia¹¹ difundia-se em todas as colônias (...) Ambos, instrumentos de devoção faziam circular, se bem que de forma matizada e popular, os princípios tridentinos¹². (...) O interesse do público letrado por assuntos de religião aumentou, consideravelmente, enquanto a imprensa agilizava a publicação de textos litúrgicos (...) divulgava-se o êxito de pregadores entusiasmados por questões como o pecado e o arrependimento (...) os porta-vozes esforçavam-se por constranger os fiéis a uma conversão mental e a conduzir sua atenção para a ideia de que a causa fundamental de todo o mal físico era de ordem moral. Se a vida cotidiana se mostrava então plena de desgraças e ameaças físicas, isto deveria significar que o diabo e seus agentes açodavam continuamente a espécie humana, causando-lhe todo tipo de iniquidade e malvadez. Ora, um dos agentes mais eficazes dessas forças infernais e ameaças à paz terrena eram justamente as mulheres. (PRIORE. 2009, p. 72)

Mesmo antes da Abolição da escravidão, as negras libertas (maioria) e as brancas pobres dividiam o sustento da família com os homens em sua grande maioria; ou chefiavam os domicílios sozinhas. Considerando que a maioria da população era constituída por pessoas de baixo poder aquisitivo e também diante da ausência dos homens nesses núcleos, é absolutamente plausível que o ente feminino dividisse tal tarefa ou assumisse sozinha o sustento do lar.

Logo abaixo, temos um gráfico sobre a chefia de domicílios dos moradores de Campinas nos séculos XVIII e XIX.

1. Tabela – Proporção de domicílios chefiados por mulheres, homens e casais.



Priore (2009, p.7) aponta: “Esses mesmos fogos, quando constituídos apenas por mães, filhas, sobrinhas e parentes em idade sexualmente ativa,

¹⁰ Superioridade da fé sobre a razão.

¹¹ Estudos acerca da virgem Maria.

¹² Refere-se ao Concílio de Trento que uniu a prática litúrgica na Igreja Ocidental, afim de combater o protestantismo.

contribuíam para o estigma da conduta inversa àquela desejada pelo modelo Tridentino”. Nascia no cenário desses fogos¹³, o arquétipo da mulher sem qualidades. Esse tipo de mulher contribuía para reforçar o que se esperava daquela que representava a santa mãezinha (as brancas). Eram um contraponto para demonstrar às mulheres de “bem” o que não deveriam fazer.

A constituição dos papéis femininos, no período colonial, passou, evidentemente, por essas famílias administradas por mulheres, nas quais elas usavam seus corpos como queriam, vivendo formas não sacramentadas de convívio sexual e delas tendo filhos. Suas práticas, consideradas pecaminosas pela Igreja, permitiam assim valorizar o projeto de construção de uma mulher ideal: mulher que deveria ser casada, mãe, afeita à domesticidade, à piedade religiosa, preocupada em consolidar a família. (PRIORE. 2009, p. 73)

Segundo Priore (2009), viviam relacionamentos fora do casamento, tinham filhos, às vezes de pais diferentes e ensinavam às filhas a realidade em que se enquadravam, ensinando-lhes métodos contraceptivos e até mesmo abortivos. Protegiam, assim, através da praticidade, sua prole feminina. Haja vista, a tripla subalternidade – genérica, étnica e social - a que estavam submetidas.

A autora supracitada também diz na mesma obra que a convivência familiar se pautava: na ausência do masculino ou em núcleos compostos por mulheres, de famílias diferentes. O fato desses fogos serem constituídos somente por mulheres, já levantava suspeitas sobre aquele lugar. Deve-se lembrar que o simples fato de exercer o direito de ir e vir, às vezes consistia em problemas. Se a mulher saísse de casa, por exemplo, a fim de cortar lenha, enquadrava-se no perfil de prostituta.

A hipótese de que as mulheres da colônia sofreram um processo de gradual adestramento para se encaixarem no papel de mães ideais retira-as da silenciosa paisagem de estereótipo feminino, recolocando-as como objetos históricos; apresentadas com recorrência pela bibliografia tradicional como auto sacrificadas, submissas sexual e materialmente e reclusas, as imagens da mulher de elite opõe-se à promiscuidade e à lascívia da mulher de classe subalterna, em geral negra, mulata ou índia, pivô da miscigenação que justificou, por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados. (PRIORE. 2009, p. 41)

Com efeito, muitas recorriam à prostituição como forma de sobrevivência, recebendo homens em seus ranchos. Algumas prostituíam suas filhas e em

¹³ Casas que eram constituídas por mais de uma família.

outras casas havia também o exercício do incesto em que pais e padrastos abusavam das próprias filhas e enteadas.

Tais mulheres precisavam driblar o Conselho tridentino¹⁴ com justificativas factíveis para não serem condenadas. Elas também eram responsáveis pelo procedimento de suas filhas e deveriam justificar com agudeza o “mau procedimento” de sua prole.

Ao afirmar que sendo a sua filha casada, como é com José Gomes, se [se...] desonestasse, ao seu dito marido, a quem está sujeita, pertencia a punição e não à ré. Maria demonstrava o quanto estava interiorizada a noção de que a mulher era um ser fraco, devendo ser regida pelo marido. Mas esclarece também a regra, pois, na prática de suas vidas, as mulheres se administravam sozinhas. (PRIORE. 2009, p. 82)

Esta justificativa desmoraliza o marido que não soube cuidar, para que sua mulher cumprisse os ditames morais. E sabedora de que, segundo as regras patriarcais e as do Conselho tridentino, a mulher torna-se responsável do marido, após o casamento, valeu-se disso para se justificar perante o tribunal.

Como os homens possuíam o direito de ir e vir, frequentavam esses ranchos ou tinham outra família fora do casamento. Por conseguinte, algumas esposas “legítimas” desvencilhavam-se da afasia imposta pelos ditames da época e reclamavam da preferência sexual que eles nutriam por aquelas consideradas desonestadas. É fácil inferir o motivo de tal preferência, haja vista que as esposas brancas de elite casavam sem experiências na arte do sexo, pois só viriam a aprender com seus maridos que mal conheciam.

Além do mais, a igreja reprimia a sensualidade na estrutura matrimonial, internalizando a ideia de que as esposas não deveriam demonstrar prazer no sexo, pois este era apenas um método para a concepção. Na verdade, os

¹⁴ Foi uma reação da Igreja Católica à Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero no século XVI. Com o crescimento do protestantismo na Europa, a Igreja Católica buscou uma reação, que ficou conhecida, historicamente, como Contrarreforma. Dentro desse contexto, o Concílio de Trento buscou condenar as novas doutrinas protestantes, além de muitas delas consideradas heréticas. Vários decretos disciplinares também foram aprovados pelo concílio, visando, principalmente, a moralidade e a adoção de medidas para melhorar o nível de instrução dos membros do clero (principalmente padres). (www.m.suapesquisa.com)

próprios esposos exigiam que suas mulheres agissem com “decoro” durante o ato sexual, pois, tal satisfação era obtida com as “outras”.

A hostilidade da Igreja ao comércio sexual transparecia também na perseguição aos chamados “tocamentos torpes”, que pudessem levar ao gozo sem finalidade de procriação. Gestos miúdos de afeto, como o beijo, eram considerados por sua “deleitação natural e sensitiva” sendo considerado “pecado grave, porque a tal deleitação do homem e mulher é tão dissonante, indecente e perigosa que traz consigo outra, libidinosa, ou perigo próximo dela”. Além dos ósculos deleitosos, as “boas e honradas esposas” deviam estar em guarda contra os “tratos venéreos, atos sensuais e carnavais” driblando a sutileza das menores expressões de interesse sexual que não as conduzissem ao coito ordenado “para a gestação”. (PRIORE. 2009, p. 127)

Na verdade, a mulher branca foi inserida nesta empresa de povoamento e de manutenção de patrimônios. Assim, o casamento era, afinal de contas, um grande negócio. E, para isso, foram usadas regras para manter a mulher confinada em seu lar. Além disso, o matrimônio foi propagado como um elemento de “proteção à mulher”, a fim de que não fosse abandonada pelo marido.

Aparentemente distante das prédicas da ação da Igreja que queria implantar nas terras de santa Cruz a regra do matrimônio, grande parte das mulheres pobres e empobrecidas vivia ao sabor de corriqueiras uniões consensuais. Alianças aparentemente saborosas, pois que ditadas por simpatias de corpo e alma, tais associações pareciam contrapor-se às insípidas uniões de elite, em grande parte contraídas no interesse de manter patrimônios, reforçar esferas de influências ou pela necessidade em garantir às filhas, a proteção que pais desvalidos não podiam assegurar. (PRIORE. 2009, p. 42-43)

De fato, a Igreja católica desejava implantar uma réplica das normas tridentinas no Brasil. No entanto, no Brasil, a realidade era outra e na prática, esse exagero de regras tornou-se um desastre, pois a maioria das mulheres eram pobres, compostas por negras, índias e mestiças; deste modo, a maioria não possuía outra opção de vida além de prostituir-se ou viver em locais afastados como concubinas de homens casados.

Entre as mulheres de classe subalterna, às vezes, seus companheiros saíam por uma temporada, deixando um determinado número de filhos e quando voltavam, havia um número maior. Alguns viviam em regime de concubinato por anos como se casadas estivessem, e o fato da maioria não ser branca aumentava a preocupação a respeito da miscigenação brasileira.

Ao meado do século XVIII, o sargento-mor Francisco Rocha Abreu, solteiro (...) era processado no Tribunal Eclesiástico pela “continuação de execrandas culpas que cometeu com Clara, solteira, preta forra com quem estava em concubinato há mais de dez anos. Problema mais grave do que este de ter “estado e morado juntos com notório e público escândalo de toda a cidade” era estar “vivendo e educando seus filhos como casados, em tanto que até todas as regras”, acusava uma testemunha tagarela, “o apelidaram marido da Mãe Clara, e por causa do conhecimento de tantas torpezas vieram corridos fazendo gala de seus pecados. (PRIORE. 2009, p. 45)

Algumas mulheres usavam, como desculpa, o voto de castidade e recusavam-se a pagar o débito ao marido. Outras diziam que o impedimento eram as moléstias adquiridas por eles devido aos seus “vícios”. Naquela época, a sífilis era motivo de muitos óbitos, pois os conhecimentos médicos eram parcos. E em se tratando de uma doença, cujos sintomas desapareciam e voltavam sob outra forma, é óbvio que a contaminação das esposas, por seus maridos era fato corriqueiro.

Outra questão absurda consistia no casamento das meninas aos 12 ou até mesmo aos 9 anos. Algumas tinham a sorte dos maridos esperarem, alguns anos, até que se pagasse o débito; outras não.

Os casos de casamentos contraídos por interesse, ou em tenra idade, somado a outros em que as idiossincrasias¹⁵ da mulher se desvelavam em relação ao marido, mostram que para muitas esposas “honestas e recatadas” as relações eram breves, privadas de calor ou de refinamento. Cada vez mais se evidenciava o elo entre a sexualidade conjugal e os mecanismos de reprodução. Maria Jacinta Vieira, por exemplo, bem ilustra a valorização da sexualidade normatizada quando, recusando-se a copular com seu marido “como animal”, alegava que não mais poderia viver com ele, uma vez que suas “honestas recusas” eram correspondidas com maus tratos. (PRIORE. 2009, p. 133)

1.2 - O entrelugar da mulher negra.

Esta parte trata de algumas histórias acerca de mulheres negras ou mestiças que enriqueceram em uma época eivada de impedimentos genéricos, racistas e de classe. São conquistas registradas em testamentos que comprovam a veracidade dos fatos.

Uma dessas mulheres que enriqueceram através do comércio chamava-se Joana da Silva Machado, originária da Costa da Mina para o Brasil no ano de

¹⁵ Característica comportamental peculiar a um grupo ou a uma pessoa.

1745, pressentia que seus dias na terra seriam breves, por isso decidiu escrever o seu testamento. Para isto, deveria se deslocar de Recife até Minas Gerais. Uma viagem longa e perigosa.

Os documentos pesquisados são importantes porque dimensionam o curso de suas vidas. Todavia, Joana não informou os motivos de sua saída do Recife e sua migração para Minas Gerais, onde fixaria residência. Paiva (2012) diz que, seu desejo em deslocar-se até esta Província eram suas atividades econômicas no âmbito do comércio de diversos artigos. Esta senhora fazia parte de um grupo, cuja maioria era do sexo masculino e denominados de “homens de caminho”.

(...) obteve êxito, se considerarmos sua fortuna declarada em testamento e inventariada após sua morte. Tudo que conseguiu parece ter resultado de suas andanças de negócios, que ainda incluíam a praça do Rio de Janeiro. É mesmo extraordinária a extensão geográfica que percorreu essa mulher negra, ex-escrava, que ascendera economicamente e se tornara, por sua vez, proprietária de escravos, além de joias e outros bens materiais. (PAIVA. 2012, p. 2)

Em seu testamento, Joana não reportou possuir pais, filhos ou endereço. Também não incluiu qualquer tipo de meios de transporte negócio. Desse modo, Paiva (2012) inferiu que fizesse parte de alguma rede de negociantes que, convenientemente, se deslocavam juntos, compartilhando estruturas operacionais. Obviamente, isto ocorreu porque amealhou dinheiro o suficiente para não mais se deslocar e correr os riscos do trajeto, pois mesmo com a companhia de alguns escravizados, não teria como transportar tantas mercadorias de valor.

Paiva (2012) descreve a saga de Bárbara Gomes de Abreu e Lima, cujo sobrenome pomposo herdara de seu antigo “senhor”. Era filha de africanos, mas nascera no Brasil. Libertou-se em Minas Gerais, ascendeu, economicamente, e de, certo modo, socialmente, devido aos laços de amizade que construiu, ao longo da vida, com pessoas importantes. Paiva, (2012, p. 170) diz que suas testemunhas foram: “Um capitão-mor, um vigário de vara, um homem tratado de “Dom”, um mestre de campo, dois sargentos-mores e um tenente-coronel”.

É interessante relacionar a presença de militares em seu rol de testamentários à rapidez com que enriquecera, haja vista as dificuldades de

deslocamento de mulheres com mercadorias preciosas em áreas coloniais tão vastas e perigosas.

A crioula¹⁶ forra era uma daquelas mulheres que possuíam e, por certo, usaram um objeto raro nas minas, um misto de joias, adereço distintivo e conjunto de amuletos que foi chamado, ainda que mais tarde, de “penca de balangandãs”. Era muito mais comum na Bahia, onde parece ter nascido o costume entre negras e crioulas de trazer a penca à cintura, presa a uma cinta ou uma corrente. (PAIVA. 2012, p.18)

Bárbara de Oliveira, ao ditar seu testamento, registrou uma das maiores fortunas daquela época. Declarou-se filha de uma negra chamada Maria que já havia falecido. Seria possível que ela não tivesse conhecido seu pai, pois, segundo Paiva (2012, p. 18-19) “as famílias matrifocais eram muito comuns entre a população escravizada, forra e não branca; nelas os pais parecem ter exercido papel secundário e nem sempre, os filhos sabiam quem eram”.

Ela foi escrava de Mariana dos Anjos, cujo “habitat” era o Convento de Santa Clara, uma cidade da Bahia. Após a libertação, mudou-se para Minas Gerais mantendo-se solteira até o seu falecimento.

Paiva (2012) relata que 70% dos cativos eram mulheres, adultas e meninas. Os homens eram todos adultos e crioulos, um deles havia fugido e o outro, ela alugava ao padre Antônio José de Araújo. A maioria dos escravizados viviam em núcleos familiares e, pelo que consta, compartilhavam a mesma casa em que Bárbara morava. Essa proximidade entre eles aponta, claramente, que havia reprodução interna no grupo.

O vínculo de Bárbara com os escravizados era muito estreito. Registrou legados materiais destinados a eles. Também alforriou e coartou¹⁷ quase todas as suas cativas e seus filhos. Em uma espécie de proteção a uma de suas favorecidas, Josefa, visando evitar-lhe uma vida “desregrada” no futuro, legava duas caixas de roupas e uma canastra também com roupa branca [...] para tomar estado de casada quando for tempo (PAIVA. 2012, p. 19).

Desta maneira, conclui-se que a historiografia oficial calou a história dessas mulheres negras que apesar de todas as dificuldades impostas pela subalternidade genérica e racial, souberam ultrapassar barreiras e construir sua própria história.

¹⁶ Na época da colônia, negra nascida em terras americanas.

¹⁷ O escravizado teria sua liberdade somente após trabalhar por quatro ou cinco anos.

A maioria das mulheres negras e mestiças não faz parte desse rol de mulheres bem-sucedidas. Sofriam devido à sua condição de escravas ou forras que não puderam amedidar dinheiro, a fim de manter-se de maneira digna. Isto porque ao chegar ao mercado de compra e venda de escravizados, eram designadas para variadas funções e, as que exerciam a atribuição de quitadeiras, trabalhando, portanto, no comércio, puderam economizar para a compra de sua alforria e para a sua manutenção. Assim, pretende-se expor a trajetória dessas mulheres que se fizeram por si mesmas através do seu trabalho.

A seguir, serão apresentadas as quitadeiras, cujo entrelugar se dará na época da colonização brasileira.

1.3 – As quitadeiras

2. Imagem – Vendedoras de frutas, miudezas, peixes, doces, estampas.



Acervo da Fundação da Biblioteca Nacional, 2004. Desenho aquarelado atribuído à Maria Callcot, c. 1810.

Quitanda é uma palavra de origem quimbundo, no entanto está presente em todos os povos de língua banto de Angola. Há muita semelhança na forma como elas se organizavam em Luanda colonial e no Rio de Janeiro na mesma época.

Assim, as quitandeiras ocuparam com muita proximidade as duas margens do Atlântico Sul, ajudando a conformar sociedades articuladas nos dois lados do oceano. Podemos assim dizer que a quitanda é uma invenção social dos povos bantos da África Central, que sofreu mutações na diáspora atlântica, mais especificamente no Brasil, com duas diferenciações básicas: na África, a quitanda é um ofício exclusivamente feminino, enquanto no Brasil, a presença do quitandeiro homem é marcante. (GOMES e SOARES. 2012, p. 8)

Segundo Gomes e Soares (2002), em 1776, representantes inesperadas chegaram à Procuradoria do Senado: as quitandeiras, constituídas por mulheres negras libertas ou escravizadas. Elas enviaram uma carta à Mesa da Câmara de Vereadores da Cidade de São Sebastião com o seguinte pedido: não serem alijadas do seu local de trabalho que se localizava em frente à casa da Câmara.

De acordo com Gomes e Soares (2002), elas pagavam a licença para exercerem o ofício, possuíam níveis de organização coletiva, pois saldavam, anualmente, as licenças em conjunto; provavam sua lealdade ao rei de Portugal, contribuindo regularmente para a Real Fazenda. Gomes e Soares (2002, P. 2) explicam que: “a primeira parte de seu manifesto mostra também que elas não eram trabalhadoras clandestinas, vulneráveis ou supostamente irrelevantes mulheres negras”.

Os moradores do Rio de Janeiro no século XVII manifestavam-se, periodicamente, ao Senado da Câmara local a respeito da deficiente estrutura das ruas e da ordem na cidade. Esta última, referia-se às vendas das quitandeiras que se espalhavam pelas ruas a fim de obterem o seu ganho.

Por outro lado, as vendedoras solicitaram, em juízo, que pudessem continuar suas vendas nas ditas paragens, pois a expulsão acarretaria um gravíssimo prejuízo que, tempos mais tarde, se agravaria por não haver outros lugares para exercerem a sua função.

Na segunda parte do citado requerimento, elas informavam a razão de pedirem a intervenção da municipalidade. O ato, para elas arbitrário, fora tomado por um juiz de fora, autoridade judicial nomeada pela Coroa, e que presidia a Câmara, a qual decidiria que as vendedoras tinham que desocupar o local em frente ao prédio do Senado imediatamente. Pode ser que o juiz tenha sido movido por reclamações de moradores, já que havia queixas costumeiras de que estas quitandeiras faziam grande alarido em seus locais de atividades. (GOMES E SOARES. 2002, p. 4)

Desta forma, o pedido não foi atendido e o meritíssimo Juiz de fora ordenou que as despejassem. Os vereadores deferiram a decisão, no entanto o procurador da casa era contra o parecer. O procurador da Câmara, João Antunes Lima não decidiu sobre a opinião do juiz de fora enviando à Mesa o seu entendimento do que ocorrera e legalizando a ocupação das quitadeiras naquele local.

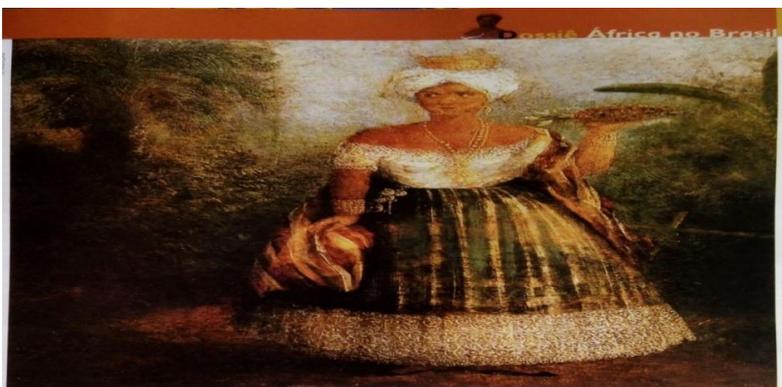
Alegava que o motivo da decisão do juiz presidente estava ligado a uma “enfermidade” que o flagelava, e como ele morava ao lado da casa da Câmara, muito próximo do local de trabalho das quitadeiras, não conseguia um repouso tranquilo pelo “grande alarido que naquele circuito se ouvia”. De outro modo, segundo o procurador, o barulho não provinha daquelas que pagavam regularmente o foro para utilizar o terreno, mas de outras, que se aproveitavam da clientela para vender seus gêneros, sem regularizar sua situação. Ironicamente, estas continuavam a exercer seu ofício, enquanto aquelas que estavam em situação legal foram expulsas de pronto. Dessa forma, a medida fora inócua, pois a “bulha” continuava ao largo do mar. (GOMES E SOARES. 2002, p. 5)

A medida aceita do juiz presidente era temporária. Sua durabilidade dependeria do tempo que Sua Excelência estivesse enfermo. Foi uma decisão pessoal e no momento em que o procurador determinou o seu parecer, a doença do juiz de fora estava terminando. Gomes e Soares (2002, p. 5) explicam que: “As quitadeiras tinham conseguido um aliado poderoso, que era, nada mais, nada menos, o procurador da mais importante Câmara Municipal da Colônia”.

Infelizmente, no século XIX, findou-se essa articulação entre quitadeiras e homens de poder, elas foram perseguidas, inclusive, religiosamente, devido ao barulho que faziam na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a igreja dos pretos.

1.4– As sinhás pretas.

3. Imagem – Sinhá preta.



Mulata. Óleo sobre tela de Jean Baptiste Grener. Século XIX.

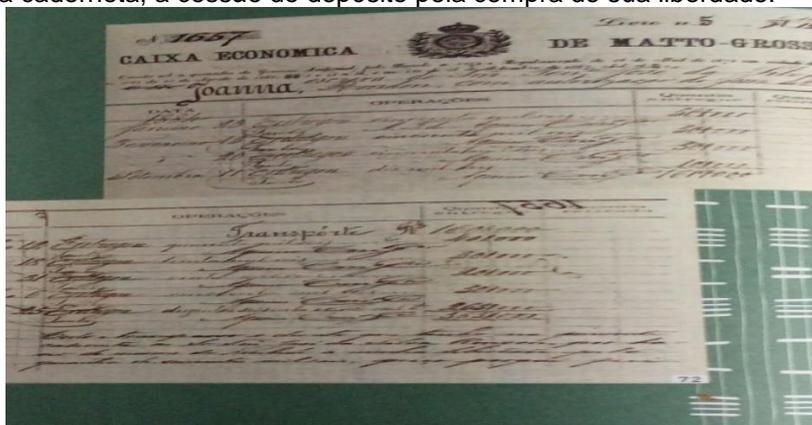
Há poucas fontes documentais relativas à vida material dos escravizados em sua rotina. Um dos meios de se informar a respeito é através de inventários e testamentos deixados por pessoas com recursos e que eram ditados por doentes desenganados. A divulgação desses documentos que ocorria poucos meses depois do falecimento do proprietário, permite o conhecimento de seus bens materiais, pois tudo que lhes pertencia era elencado pormenorizadamente.

Através desses documentos, consegue-se entrever os padrões de vida de determinados grupos sociais, como algumas pretas forras, por exemplo, que ao amearhar dinheiro, conseguiam libertar-se e reunir um grande número de bens valiosos que, inclusive, depositavam na caderneta de poupança.

Segundo Schumacher e Brazil (2013), havia muitas dificuldades em amearhar dinheiro, naquela época, a fim de obter a própria alforria. Todavia, algumas mulheres economizaram grandes quantias a fim de libertarem-se e tornarem-se prósperas economicamente. A população de escravizadas foi o primeiro grupo de poupadores no Brasil: quitandeiras e ganhadeiras, no estado de libertas ou forras.

Em 1884, a escrava Joana, após negociar o preço de sua alforria, dirigiu-se à Caixa Econômica da Corte (atual Caixa Econômica Federal) e, com o consentimento de “seu senhor” e do juiz de Órfãos, abriu uma caderneta de poupança. Dessa forma, fazia valer o direito dos escravizados ao pecúlio assegurado pela Lei do Ventre Livre. (...) para além de novos significados culturais, o ato de guardarem suas economias representava uma forte esperança de superar as agruras impostas pelo regime escravista. (Schumacher e Brazil. 2013, p. 56)

4. Imagem – Caderneta de poupança da escrava Joana, movimentada de 1884 a 1887. Na própria caderneta, a cessão do depósito pela compra de sua liberdade.



Catálogo Museu da Caixa Econômica Federal, 1981, p. 29. Acervo do Centro de Memória Mulheres do Brasil, Redeh.

Acostumadas a lidar com o comércio na África, essa herança trazida de seu continente de origem, ajudou-as em seus negócios no Brasil.

Ana foi escrava de outra mulher, preta forra, ambas da Costa da Mina. Talvez como sua ex-senhora, talvez ensinada por ela, conseguiu se alforriar pagando pela liberdade com recursos de sua “própria indústria e trabalho”, conforme declarou em seu testamento, de 1798. Chamava-se Ana Teixeira Guimarães e tinha mais de 60 anos quando morreu em Mariana, Minas Gerais. (FARIA. 2012, p. 26)

Os bens de Ana eram muito significativos:

2.Tabela – Os bens de Ana.

Casas de sobrado, cujo valor era de 310 mil réis.
Cinco escravizados.
Adornos preciosos como braceletes, brincos, anéis, laços e botões de ouro adornados com pedras preciosas, cujo valor era 197.200 réis.
Bens requintados, mercadorias importadas da Ásia e da Europa. Imagem em marfim de Santa Rita, vestimenta com tecidos finos.

Tabela organizada por Neide Amorim Ernesto, cujos dados foram obtidos por Sheila de Castro Faria do artigo da Revista da Biblioteca Nacional. Ano 7, nº 78 em março de 2012.

Ana, ao possuir mulheres escravizadas, reproduzia a “barbárie” de que fora vítima no passado, configurando o fato de que o oprimido de hoje pode ser o opressor de amanhã. Mulheres em sua posição não conquistaram o prestígio da elite branca, mas pode-se afirmar que eram mais afortunadas que as sinhás brancas. Estas eram subordinadas aos pais, quando solteiras, e aos maridos, após o matrimônio; aquelas eram donas de si, pois não dependiam, financeiramente, de ninguém.

Talvez isto justifique o fato de não se casarem e optarem por não terem filhos. No caso de Ana, sua fortuna foi herdada pela filha de sua escravizada Juliana.

Em várias formações africanas, havia uma rígida divisão sexual de trabalho. As mulheres eram responsáveis pelo preparo das comidas e pelo comércio de produtos agrícolas, de alimentos e das mais variadas mercadorias. Mulheres comerciantes predominavam nos mercados e feiras das aldeias e cidades em muitas regiões que tiveram contato com os europeus. A pimenta era um dos produtos mais procurados por eles na Costa da África desde os primeiros tempos de expansão marítima, e eram as mulheres que monopolizavam seu comércio. (FARIA, 2012, p. 29)

O estudo da sociedade escravista, em Minas Gerais, do século XVIII, oportuniza o conhecimento da multiplicidade de ações que se forjaram no seio

do mundo colonial, a partir da ótica da mulher africana liberta. Algumas mulheres negras constituíram-se agentes de sua própria história ao percorrerem caminhos que ajudam o pesquisador a desvendar a verdadeira história da época colonial.

Nascida na Costa de Mina, Rosa de Mello Costa, era uma próspera escrava, solteira e sem filhos. Ao falecer, em 1760, deixou seus bens sob a proteção da Venerável Ordem Terceira de São Francisco.

(...)

O patrimônio composto por casas, joias, escravos, roupas de luxo, fora deixado para alguns afiliados e para dita irmandade. Já Maria do Rosário, preta, forra, solteira, moradora da Vila de São João Del Rei, morreu no ano de 1779. Era natural da Costa Mina e, no momento do seu falecimento, os bens mais preciosos que possuía eram umas continhas de ouro, uns brincos de ouro e um anel de ouro. Quando foi feito o inventário de seu patrimônio, seu monte-mor era de 14\$225. Maria do Rosário é a forra de menor fortuna encontrada em nossa pesquisa. (RODRIGUES. 2005, p. 1)

Ambas partilhavam do mesmo projeto de colonização. Vieram da mesma região da África, entretanto, suas vidas seguiram rumos diferentes, em algum momento, criando distintas situações. Rodrigues (2005, p.1) aponta que: “Rosa de Melo Costa é a preta forra de maior fortuna que encontramos. Seu patrimônio foi avaliado em 5: 308 \$ 560”.

Se a condição de forra significava alguma ascensão na condição social das africanas, por outro lado, a liberdade demandava a elaboração de recursos que lhes dessem certo reconhecimento. As duas mulheres citadas, mesmo constituindo casos extremos, simbolizavam as histórias de muitas que viveram aqui, na época do Brasil – colônia e que representavam as disparidades de oportunidades às negras e negros, representantes dos grupos menos favorecidos. (RODRIGUES. 2005, p. 2)

A Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, será representada por um pequeno recorte deste estudo (final do século XVIII e início de XIX) porque, neste local, havia um determinado contingente de pessoas que trabalhavam em atividades mercantis e agrária. O local era adequado para a pesquisa sobre mulheres africanas libertas, pois desta forma, ascenderam, economicamente, através do comércio de gêneros alimentícios.

A escolha de nosso recorte temporal levou em questão a queda da produção aurífera e a conseqüente valorização da economia agrária. Com isto, resolvemos começar a pesquisa no ano de 1750, entendendo que, a partir deste período, o eixo econômico da Capitania estaria sendo deslocado para o sul, levando consigo aventureiros de todas as regiões, principalmente, ex-escravos, que buscavam no comércio de abastecimento uma forma de se inserir na sociedade colonial. A outra baliza temporal vai até o ano de 1810, período em que as atividades mercantis e agrícolas encontravam-se consolidadas na região do Rio das Mortes, devido, principalmente, ao intenso intercâmbio de mercadorias com a Corte Carioca. (RODRIGUES, 2005, p. 2)

A dinamicidade propiciada pela diversidade econômica presente nas Minas Gerais com atividades agrícolas, mercantis e de mineração foram responsáveis pela complexidade social na Capitania, ao oferecer diversos tipos de mão de obra. O local urbanizou-se, intensamente, contribuindo para o incremento do mercado, garantindo, desse modo, a diversificação da aplicação de recursos.

De acordo com Rodrigues (2005), a demanda de utensílios domésticos variados, pedras preciosas, tecidos, artigos alimentares incrementou o comércio, cujos produtos eram produzidos nas próprias vilas mineiras de secos e molhados. Como resultado, a economia de Minas ampliou-se oferecendo mão de obra especializada ou não. Ele também diz que a presença de mulheres africanas e forras era marcante em locais como o Rio de Janeiro e Bahia. Transformaram-se em personagens importantes, pois sua participação no comércio ambulante de Minas era quase que exclusiva.

Na Idade do Ouro, nas Minas Gerais, esta presença não ocorreu em menores proporções, escondidas atrás de designações como “Negras do tabuleiro”, essas mulheres se fizeram presentes nas mais diversas atividades. Eram roceiras, mineradoras, cozinheiras, doceiras, fiandeiras, parteiras, curandeiras e até feiticeiras. Porém, suas atuações nem sempre foram bem vistas por seus contemporâneos. (RODRIGUES, 2005, p. 3)

Em conformidade com Rodrigues (2005), tratando-se dos inventários *post-mortem*, é preciso ressaltar que o número é limitado e isto não permite que fizessem generalizações sobre os trabalhos desempenhados pelas forras, porém o valor encontrado no testamento de algumas dessas trabalhadoras da Comarca do Rio das Mortes é muito sugestivo. Ela cita que Domingas de Araújo, cuja origem é da Costa da Mina e falecida em 1770 teve seus bens avaliados em 736\$813; Gracia Dias possuía na época de seu falecimento 1:645\$983. Esses dados permitem inferir as possibilidades do crescimento econômico

dessas libertas, as formas de investimento e conhecer suas trajetórias de vida. Na opinião de Paiva, as mulheres tiveram menos dificuldades em sobreviver no pós-abolição. No entanto, essa prática de sobrevivência, em uma sociedade escravocrata, dava-se em uma extensão particular, pois os preconceitos e estereótipos naturalizados eram sofridos cotidianamente.

As amizades que as quitadeiras cultivaram ao longo do século XVIII, certamente, não eram divulgadas. A hipocrisia patriarcal criou estigmas que não poderiam ser burlados, no entanto, a liberdade que sempre fora propiciada ao ente masculino, facilitava o seu trânsito na casa de quem eles bem aproovessem. Todavia, a figura de pai de família exemplar deveria ser preservada e os estereótipos criados para as mulheres deveriam ser mantidos.

Em um primeiro momento, utilizaremos alguns dados organizados por Carla Almeida da Comarca do Rio das Mortes¹⁸ para então compreender os meandros da riqueza e da pobreza produzidas pela distribuição da renda naquela sociedade. A partir dessa constatação, faremos uma análise da distribuição da riqueza dentro do grupo das libertas, para assim verificarmos o processo de diferenciação engendrado no seu interior. (RODRIGUES. 2005, p. 8)

3. Tabela - Distribuição da riqueza na Comarca do Rio das Mortes (1750-1822)

Faixas de fortuna em Libras	Nº de inventários	%	Soma dos montes brutos	%
0 – 200	87	32,7	8824,3	4,2
201 – 500	78	29,5	26428,2	12,5
501 – 1000	40	15,0	31201,1	15,0
1001 2000	36	13,5	49626,7	23,6
2001 - 5000	18	6,7	49237,4	23,5
+ 5000	7	2,6	44497,1	21,2
Totais	266	100	209814,8	100

FONTE: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Homens ricos, Homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822.** Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001.

¹⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Homens ricos, Homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em História econômica da Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2001.

4. Tabela - Distribuição da riqueza entre as forras da Comarca do Rio das Mortes (1750-1822)

Faixas de fortunas em Libras	Nº de inventários	%	Soma dos montes brutos	%
0-200	41	77,3	2584,0	33,3
201 – 500	9	17,0	2377,3	30,6
501 – 1000	2	3,7	1289,3	16,6
1001 – 2000	1	2,0	1493,2	19,5
2001 – 5000	-	-	-	-
+ 5000	-	-	-	-
Totais	53	7743,8	7743,8	100

FONTE: Inventários *post mortem* presentes no acervo do Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

Ao analisar a tabela 4, percebe-se que as pequenas e médias fortunas estão presentes em maior número. As maiores que consistem em 2001 libras são diminutas em relação às outras faixas. Percebe-se assim que apesar do que se propagava, Minas Gerais do século XVIII era uma sociedade construída por poucas pessoas ricas e muitas pobres. Segundo a estatística, da época, 44,7% constituíam as maiores faixas de riqueza total que pertenciam à apenas 9,5% dos inventariados; enquanto 16, 7%, as duas faixas menores, pertenciam a 62%.

De acordo com os pesquisadores João Fragoso e Manolo Florentino (2001), no período entre 1790 e 1840, referente ao Rio de Janeiro, analisou-se a divisão da riqueza, entre os beneficiários, após a abertura de inventários “post mortem” (após a morte); isto somando o meio rural e urbano. Os autores verificaram que os 10% mais ricos possuíam dois terços das fortunas que foram recenseadas e que os cinco décimos mais pobres detinham entre 4% e 6% das riquezas.

A partir do que foi verificado, infere-se a heterogeneidade na história das libertas do Brasil colonial. A importância desse levantamento está em desmistificar a questão da pobreza absoluta e inserir novos entendimentos. Tal compreensão ajuda a desconstruir imagens estereotipadas de negras e mulatas libidinosas, cuja única função era a de entreter, sexualmente, o homem branco. O conhecimento sobre a vida dessas mulheres desmistifica também a ideia de que todas elas, independente da raça, classe social ou situação eram invisíveis. Trata-se, assim de um segmento feminino em busca do seu espaço no mundo.

Cap. II - A LITERATURA E O COMPORTAMENTO FEMININO.

A literatura brasileira, a partir do romantismo, foi construída com a intenção de divulgar pensamentos idealizadores de uma burguesia que estava em ascensão. Esta classe social, preconceituosa, exibia o padrão de vida burguês, naturalizava a escravidão e criava um relacionamento homem-mulher baseado em um afeto que não existia nos matrimônios daquela época.

Várias estratégias foram inseridas de forma sub-reptícia, a fim de inculcar, nos poucos leitores, ideias opressoras como ideais comuns de comportamento. Serviu, por exemplo, às intenções da monarquia de criar uma identidade idealizada para o Brasil, incentivando a escrita de poemas nacionalistas, para ressaltar as partes positivas do Brasil, na época da independência. Um exemplo disso é a *Canção do exílio* de Gonçalves Dias. Seu vocabulário e construções frasais descrevem um país pleno em qualidades. Para isso, utilizou uma sequência léxica que valorizava a natureza; não mencionando, contudo, a situação sócio econômica do país.

O romantismo brasileiro que compartilhou das características folhetinescas europeias, compunha-se de tramas que, aos moldes de folhetins, contavam histórias com uma estrutura já sabida por todos: herói, heroína, antagonista, impedimento, clímax, peripécias (acontecimentos) e o casamento como redenção ou a tragédia em seu epílogo. Um matrimônio místico, que na verdade, representava o oposto da realidade, para as mulheres, naquela sociedade patriarcal.

No estudo do Romantismo, há que estabelecer, primeiramente, uma distinção entre o estado de alma romântico e o movimento ou escola de âmbito universal que o viveu entre os meados do século XVIII e do século XIX. O estado de alma ou temperamento romântico é uma constante universal, oposta à atitude clássica, por meio das quais a humanidade exprime sua artística apreensão do real. Enquanto o temperamento clássico se caracteriza pelo primado da razão, do decoro, da contenção, o romântico é exaltado, entusiasta, colorido, emocional e apaixonado. (COUTINHO, 1986, P.7)

Nessa parte do trabalho, há duas personagens envolvidas neste mundo de sonhos baseados em produções românticas. A primeira, Emma Bovary, personagem de Flaubert. Esta constrói sua abstração sob a influência do enredo das prosas românticas. A segunda, Clara dos Anjos, constrói sua personalidade baseando-se nas letras de modinhas.

Previamente, faz-se necessário tratar da origem do termo “bovarismo” para que se entenda a extrema abstração em que se enquadram as personagens citadas acima.

O vocábulo “bovarismo” originou-se da obra *Madame Bovary* de Gustave Flaubert, romance que consagra o realismo na França, em que o personagem título cultivou o hábito da leitura de livros românticos desde os treze anos, incitada pelas colegas de escola. À medida que os lia, absorvia seus enredos e acreditava que a realidade se pautava em um matrimônio feliz, cujos maridos tratavam suas mulheres tais quais os heróis romanescos. Deste modo, construiu sua identidade de forma equivocada.

(...) Le bovarysme (o bovarismo), o livro que Gaultier¹⁹ expõe a sua teoria psicológica, tendo como ponto de partida o *Madame Bovary*, de Flaubert, e no qual Lima Barreto declarou encontrar vistas que já tinha sentido também.

(...)

Nas suas notas de leitura, Lima Barreto assinala: “O bovarismo, livro, é um aparelho de ótica mental; para concluir mais adiante: “O mal, o bovarismo nos personagens de Flaubert, pode ser apreciado com uma rigorosa observação: aumenta o afastamento que se forma entre o fim que está, voluntariamente, assinalado e o fim para que os imantava, naturalmente, a sua vocação natural”. (BARBOSA, 2003. p. 160 apud BARRETO, 1993, p, 57)

As personagens principais dos romances *Madame Bovary* e *Clara dos Anjos* são duas mulheres com realidades diferentes, porém, imbuídas de uma abstração profunda que definiu suas personalidades. São mulheres que amam de forma desmedida. Não exatamente o objeto de seu afeto, mas o próprio sentimento que constrói as suas personalidades.

¹⁹ Jules de Gaultier foi um filósofo e ensaísta francês. Era conhecido, especialmente, por sua teoria sobre o bovarismo.

5. Imagem – Emma Bovary



Emma Bovary, personagem principal do romance de Flaubert, isolou-se do mundo verdadeiro, abstraindo-se totalmente da realidade ao mergulhar na leitura das obras românticas, cujo conteúdo exaltava o casamento como se fosse o único caminho para a felicidade feminina. Casou-se com um médico que esperava ser seu herói romanesco, mas, logo após o casamento, descobriu que seu marido não correspondia aos seus desejos, ou seja, ao homem que havia idealizado. Emma não se conforma e passa a procurar, em outros homens, a personificação do herói romântico que esperava encontrar em seu marido, mas ao se dar conta da inexistência desse ente masculino, seu extremo grau de abstração não resiste a tamanha descoberta e suicida-se.

O coração de Emma palpitou um pouco, quando conduzida pela ponta dos dedos de seu cavalheiro, se foi colocar em linha, à espera do sinal do violino para a partida. Mas logo a emoção desapareceu; e balouçando-se ao ritmo da orquestra, deslizava para frente, com ligeiros movimentos de pescoço. (FLAUBERT, 2015, P. 48)

O escritor Lima Barreto ao criar a personagem Clara dos Anjos, em seu romance homônimo, demonstra a intenção de criticar a maneira como as mulheres eram educadas, segundo os ditames da sociedade patriarcal brasileira, nos subúrbios cariocas do início do século XX.

Através da citação abaixo, compreende-se o bovarismo de Clara dos Anjos:

Clarinha tivera uma educação acima da média (para as moças da sua cor e condição). Isto fez dela sonhadora, lhe tirou o senso da realidade, converteu-a em presa fácil do sedutor loiro – personificação de todos os defeitos e uma só virtude: não bebia. Seu bovarismo a perdeu, enquanto o do sedutor apenas o apetrechou melhor. (RUFINO. 2004, p. 109)

Joel Rufino refere-se tanto ao bovarismo de Clara quanto ao de Cassi Jones, um sujeito leviano e sem escrúpulos que ela verá como seu príncipe. Ambos viam suas imagens refletidas de modo equivocado. Todavia, a cultura que imperava, na época, equiparava a honra feminina a um pequeno objeto de porcelana, porém extremamente valioso e que se quebrasse, toda a família estaria desmoralizada. Já o “sedutor loiro” estaria livre para arquitetar mais uma de suas conquistas. Este também imbuído em um bovarismo narcisista, acredita que todos os seus atos não teriam nenhuma consequência, haja vista a proteção de sua mãe, D. Salustiana. De acordo com Rufino (2004, p. 109), “ A doença é mesmo nacional, só que nos pobres desmobiliza, nos ricos constitui uma habilidade extra para vexar os demais”.

A proximidade da composição e do tema está a definir a necessidade de expressão autobiográfica em que penava o jovem Lima Barreto. As humilhações do mulato encarna Clara dos Anjos, moça pobre de subúrbio, seduzida e desprezada por um rapaz de extração burguesa. Como nas “Recordações”, a ação e os sentimentos não chegam a assumir a espessura de um enredo, esfumando-se aqui em retalhos da vida suburbana, animados de ironia e piedade. (BOSI, 1994.p. 321)

Faz-se necessário um adendo a algumas características do romantismo, muito próximas da falsa identidade construída por Clara, que se enquadram, perfeitamente, em sua atitude bovarista²⁰. Sua percepção alterou a compreensão do mundo real, pois o paralelo criado por ela, permitia que vivesse conforme o ideal que criara. Este universo paralelo pautava-se de acordo com as letras das canções de modinhas²¹, cujo conteúdo assemelhava-se às poesias ultrarromânticas.

²⁰ Característica de alguém que vive à margem da realidade, pautando sua vida em uma identidade equivocada. Esse termo originou-se de Jules Gautier e está ligado ao romance *Madame Bovary* de Gustave Flaubert.

²¹ Variedade de canção urbana portuguesa e brasileira, surgida no século VIII, com temática, inicialmente espirituosa e depois amorosa. Foi cultivada em saraus e sofreu processo de popularização de meados do século XIX, em diante, acompanhada, então, por violão.

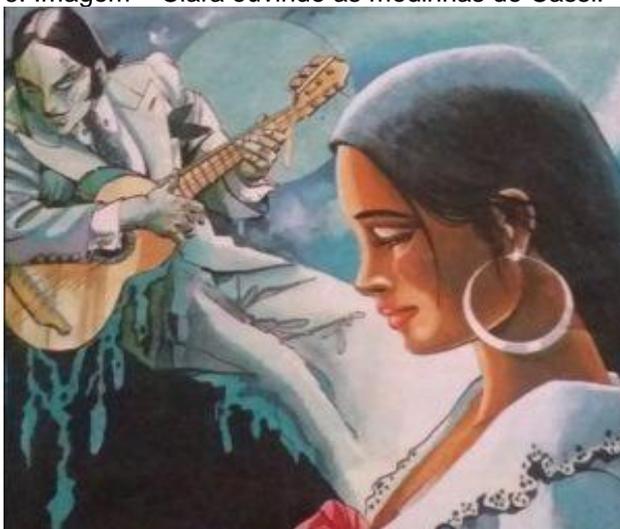
Modinha

Olho a rosa na janela, sonho um sonho pequenino
 Se eu pudesse ser menino, eu roubava esta rosa,
 E ofertava todo prosa, à primeira namorada.
 E nesse pouco ou quase nada, eu dizia o meu amor...
 O meu amor

(...)

(Sergio Bittencourt²², 1968)

6. Imagem – Clara ouvindo as modinhas de Cassi.



www.coladaweb.com/resumos/clara_dos_anjos

Através das construções das personagens de Clara e Emma, percebe-se uma extrema infelicidade em vista da realidade insípida, em que estavam inseridas. Ao não suportarem a monotonia que compunha suas realidades, abstraíram-se, de tal forma, que a realidade se tornou algo distante, desconhecida. Foi assim que organizaram seus ideais de felicidade. Foram felizes. Não há como negar. No entanto, o preço a se pagar, quando o verdadeiro “eu” acorda, é alto demais. Clara rompeu com os ditames da época e engravidou em estado de solteira; Emma, ao constatar que não encontraria em nenhum homem aquele ideal romântico, rompe com a vida.

²² Foi um compositor e jornalista brasileiro. Filho de Jacob do Bandolim. Foi criado em volta dos chorões e das rodas de choro. Na escrita, seu estilo era duro e desaforado, mas era considerado sentimentalista. (1941-1979). <https://pt.m.wikipedia.org>

Individualismo e subjetivismo. A atitude romântica é pessoal e íntima. É o mundo visto através da personalidade do artista. O que releva é a atitude pessoal, o mundo interior, o estado de alma provocado pela realidade exterior. Romantismo é subjetivismo, é a libertação do mundo interior, do inconsciente; é o primado exuberante da emoção, imaginação, paixão, intuição, liberdade pessoal e interior. Romantismo é liberdade do indivíduo. (COUTINHO, 1986, p. 9)

Clara fora criada em uma “redoma de vidro” e o desconhecimento do seu próprio mundo, facilitou a construção de outro, a fim de substituir o que ela não conhecia. Esta nova identidade deixou-a cada vez mais fragilizada perante um universo em que ela se enquadrava, triplamente, de forma subalterna: mulher, negra e pobre. Alvo fácil para rapazes mal-intencionados.

Todavia, no mundo de Clara, não cabia esse tipo de rapaz. Todos eram corajosos, honestos e capazes de tudo para conquistar o afeto de sua amada.

De forma falseada, representava, assim, o arquétipo da mulher branca, construída aos moldes da estrutura patriarcal, no início do século XX, em um ambiente suburbano. Recebera instrução, mas não a praticou, pois, cerceada em seu direito de ir e vir, como qualquer mulher burguesa da época, perdera os elementos para estabelecer algum diálogo quando fosse necessário. A falta de interação com seus progenitores, a respeito da praticidade da vida, selou seu destino.

O ambiente em que fora criada alimentou ainda mais sua abstração. Ao acordar e dar-se conta de que vivia em um universo de fantasias, Clara decepcionou-se, de tal forma, que compreendeu, em um único dia, o seu lugar no mundo.

Através das duras palavras de dona Salustiana, a desigualdade da realidade em que estava inserida fora mostrada em apenas alguns minutos: mesmo que esse cosmos constituísse apenas os subúrbios do Rio de Janeiro.

“-Que é que a senhora quer que eu faça?
 (...)
 -Que se case comigo.
 (...)
 -Que é que você diz, sua negra”?
 (BARRETO, 2012, P. 291)

Aprendeu, também, que todos aqueles idílios e o amor pelo amor que ela construía, na verdade, pautava-se em uma identidade criada por ela. E em um

lampejo de consciência, justamente no final da obra; de forma triste e angustiante, mostra-se capaz de pensar e inferir as consequências daquela abstração exagerada que ela mesma cultivara. Não aprendeu quem era pelos lábios de seus progenitores, mas pela língua ferina da inimiga.

Na rua, Clara pensou em tudo aquilo, naquela dolorosa cena que tinha presenciado e no vexame que sofrera. Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. Bem fazia adivinhar isso, seu padrinho! - Coitado! A educação que recebera, de mimos e vigilâncias, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca dos seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos(...). (BARRETO, 2012, p. 294)

O impedimento e o pensamento obliterado de Clara, certamente, construiu seu bovarismo, mas à medida que as pessoas a alertavam, lembrava-se das letras das modinhas e seu grau de abstração recrudescia. Estabelecia associações, desencadeando aquele mundo onde para o amor tudo é possível. Cristalizou a imagem do homem amado, tornando-o cada vez mais sedutor e envolvente.

2.1- A mulher burguesa e o romantismo.

Ocorreram mudanças no corpo social brasileiro no decorrer do século XIX. A vida urbana transformou-se, assim como o modo de pensar dos moradores reconfigurando a convivência familiar.

Estas mudanças atingiram o ente feminino, à medida que exacerbaram as normas que reservavam o local público somente aos homens e a casa às mulheres como também o estímulo à maternidade no cerne do matrimônio.

7. Imagem – O menu do meu marido



Autor iconográfico não identificado – 1920

A esposa, a boa dona de casa, sabe perfeitamente quais os gostos do marido, seus pratos preferidos e a maneira pela qual os quer arranjados. Ela sabe tudo: o lugar que o marido gosta mais de estar, a cadeira escolhida, o descanso para pôr os pés [...]. Quando o marido lê não o interrompe, nem deixa perturbá-lo sem motivo. Mas se ele lhe fala do que a leitura sugere, a esposa mostra-se interessada – ou procura interessar-se pelo assunto – porque em tudo quer ser agradável ao marido, e isso agradava-lhe sem dúvida. Tudo isso são pequeninos nada. Pois esses pequeninos nada é que têm maior importância na vida. (SEVCENKO, 2012, p. 389)

As funções femininas serão delineadas nesse planejamento econômico a que ela passa a pertencer, sendo responsável por um ambiente familiar, aconchegante, com crianças obedientes e um marido feliz. A obrigação da manutenção do lar era um dever estritamente masculino.

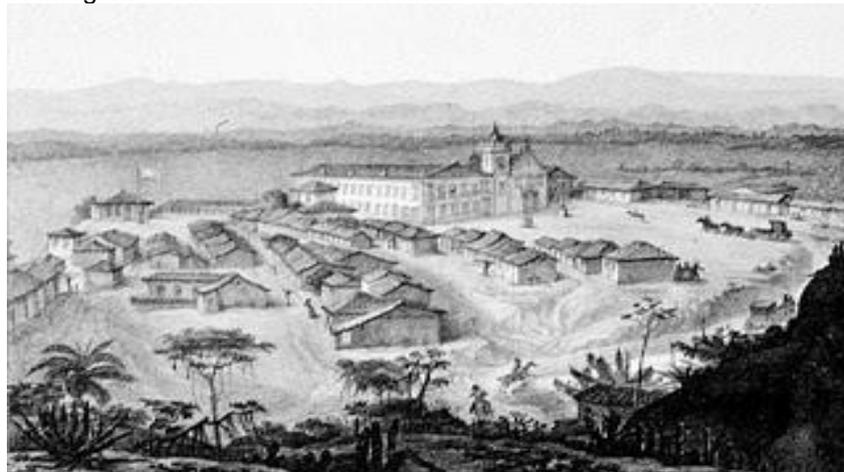
A Igreja e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa. Na rua, era outra coisa. O risco da perda da honra crescia; conversas com homens eram inadmissíveis. Estar fora depois das ave-Marias era sinônimo de se prostituir. A diferença entre as mulheres de casa, em geral casadas, e as da rua, trabalhadoras concubinadas ou sós, acentuava-se. (D'INCÃO²³, 2013, P. 19)

Antes dessa transformação social e econômica, o espaço era totalmente desorganizado. A cidade era ligada ao espaço rural, havia pouca estratificação social e a população configurava-se homogênea. Isso não significa que houvesse equiparação financeira, o que ocorria é que pela forma de viver parecia não se diferenciar os moradores pobres dos ricos.

O cronista Luiz Edmundo descreve um Rio de Janeiro do século XVIII totalmente desorganizado, sem muitas regras sobre a ocupação dos espaços: ruas sem planos e usadas pela população e moradores das casas sem limites definidos, como se não pertencessem a ninguém, como se os quintais fossem extensão das casas. As ruas eram drenos de toda a água residual e o cheiro era tão sufocante que um dos ministros do governo português registrou por escrito sua insatisfação diante da situação. (D'INCÃO. 2013, p.224)

²³ Pesquisadora sobre o Brasil, relações entre grupos sociais e a natureza, estudos da modernidade e da globalização no Brasil. Estudou Ciências Sociais na USP, Professora na pós-graduação da UNESPQ Araraquara, pós-doutoramento na Universidade de Oxford, Inglaterra.

8. Imagem – Ruas do século XVIII



Autor iconográfico não identificado.

De acordo com a escritora Maria Ângela D'incão (2013), esse espaço, em que se misturavam atividades como cortes de animais, limpeza de roupas e locais para derrubada de madeiras, foram transferidos para a periferia. Houve também o desenvolvimento da estrutura dos sobrados, pois as portas e as janelas abriam-se diretamente para a rua. Mas para que essa reorganização espacial fosse possível, uma série de regulamentações foram estabelecidas; e assim, o lugar público recebe um conceito antagônico ao particular.

(...) porque é sempre da vida social que se trata quando mudam os modos de agrupamento e de linguagem e de hierarquização, e porque se propõem, assim, a atenção do pesquisador, novos objetos, que têm em comum com aqueles que descobre o pesquisador, em ciências da vida, não suprimir aqueles sobre os quais ele trabalhava inicialmente, mas sem complicá-los. (AUGET, 2016, P. 21)

D'incão (2013) explica que a questão da liberdade anterior, das festas, enfim do ambiente em que as pessoas conviviam, socialmente, encontra um entrave: a conveniência pública, a fim de modernizar o Rio de Janeiro. Todavia, o esquema urbanístico não se modificou tanto pois:

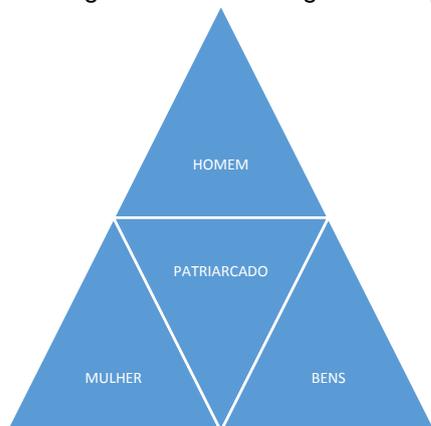
As delimitações dos lotes urbanos e a construção das casas não apresentaram diferenças significativas em relação ao século XVIII no tocante ao esquema urbano, em que a mesma relação entre habitação e lote prevalecia – as casas é que – lado a lado, sem espaço entre uma e outra – delineavam as ruas em fileiras. (...). Por influência da Corte, verificou-se um desprestígio dos hábitos tradicionais e uma valorização desses novos costumes. A construção de casas isoladas proliferou depois da libertação dos escravos e da proclamação da República. (D'INCÃO, 2013, p. 228)

O delineamento familiar que reservou ao ente feminino somente o ambiente doméstico, levando-a ao ócio, estimulou-a [à] leitura de livros românticos que retratavam a vida social burguesa e idealizavam tanto o homem quanto a mulher. As moças solteiras e as mulheres casadas entregavam-se a um mundo que não correspondia a sua realidade.

Esse período literário dinamizou a vida cultural da colônia e iniciou-se, em forma de folhetins, nos jornais da época, sendo o seu formato substituído pelos romances no início do século XX. Seus temas agradavam ao público burguês por abordar hábitos comuns de sua vida cotidiana e por despertar nas mulheres o desejo de contrair matrimônio, pois o caráter sentimental dessas obras idealizavam heróis, cujas personalidades eram inversamente proporcionais aos homens da vida real.

A história real da mulher era diferente daquela contada nos livros românticos. Obrigadas a silenciar-se, deveriam recolher-se ao lar e viverem isoladas a casa, pois este era o seu lugar, segundo a estrutura patriarcal do momento.

9. Imagem - Símbolo do grau de importância da estrutura patriarcal.



Pirâmide desenhada por Neide Amorim Ernesto, baseada na definição de patriarcado e na importância dos elementos que o constituem. A mulher exerce um nível de importância equivalente aos bens materiais.

Nessa estrutura, é fatal a sua invisibilidade e o desconhecimento do que não se passa no recesso do seu lar. Esses ditames burgueses são corroborados pela própria bíblia cristã em que o Apóstolo Paulo diz:

A mulher aprenda em silêncio, com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem; esteja, porém em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi iludido, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia, será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor; e santificação, com bom senso. (1. Timóteo: cap.2: versículos 11-15)

Segundo a citação acima, a mulher induz o homem ao erro e isto também justifica a normatização do calar compelido à mulher. No entanto, existe um meio do ente feminino se santificar: a maternidade.

Perrot (2007, p. 17) explica que: “a mulher causa medo, seus corpos devem ser cobertos. Os homens possuem a sua individualidade até mesmo no que concerne ao seu sobrenome. A mulher possui apenas o nome”.

Enquanto solteira, a mulher recebe o sobrenome da mãe e o do pai. Ao se casar, permanece o sobrenome do pai e o do marido, que se torna responsável por ela. Na verdade, em nenhum momento, a identidade da mulher é repassada nominalmente.

Com efeito, a religião judaico-cristã também exerce essa influência na invisibilidade feminina através da genealogia presente na bíblia em que o homem protagoniza as gerações dos seus descendentes.

São estas as gerações dos filhos de Noé, Sem, Cam e Jafé; e nasceram-lhes filhos depois do dilúvio. Os filhos de Jafé são Gomer, Magogue, Javã, Tubal, Meseque e Tiras. Os filhos de Gomer são: Asquenaz, Rifate e Togarma. Os de Javã são Elisá, Társis, Quitim e Dodanim. (GÊNESIS, Capítulo 10: 1-4)

A sensibilidade feminina foi tão aguçada pelos personagens românticos masculinos assimétricos em relação aos homens com os quais elas conviviam, que tais leituras do período romântico se tornaram um lenitivo a fim de preencher o ócio e o aprisionamento familiar a que eram submetidas.

É o desejo romântico de fugir da realidade para um mundo idealizado, criado, de novo, a sua imagem, à imagem de suas emoções e desejos e mediante a imaginação. Nem fatos, nem tradições despertam o respeito do romântico. (...) também é responsável o desejo de um mundo novo pelo aspecto sonhador do temperamento romântico. Em lugar do mundo conhecido, a terra incógnita do sonho. (COUTINHO. 1986, p. 9)

O Romantismo é um movimento amplo com diversas facetas e amplas características, contudo, é ao escapismo com o qual a mulher se identifica, criando um elo com um mundo fantasioso em que o homem real é apagado e

reconstruído aos moldes dos seus sonhos. Supostamente, constituindo verdadeiros heróis devotos àquelas mulheres que são a razão de suas vidas. No enredo, ultrapassam quaisquer obstáculos causados pelo antagonista a fim de alcançar a redenção através do casamento. Este, por sua vez, constitui uma eterna felicidade, uma recompensa por todo o sofrimento imposto ao casal durante a trama.

Tudo isto configura-se no oposto da realidade da época retratada, pois, o casamento não passava de um tratado econômico em que os nubentes, muitas vezes, se conheciam no dia do enlace.

Havia a questão da discrepância entre a diferença de idade dos casais. Os homens escolhidos pelos pais, geralmente eram muito mais velhos. A ignorância da mulher a respeito do débito conjugal²⁴, das doenças venéreas eram factuais, pois ela deveria aprender somente com o marido. Devido a essas doenças que os homens contraíam em outros relacionamentos ou em prostíbulos, principalmente a sífilis, eram constantes os pedidos para que a esposa tentasse se apartar do esposo.

Segundo Priore (2006), a sífilis se propagou de maneira desordenada com a vinda dos bordéis para as grandes capitais. Disseminaram-se os manuais com os sintomas das doenças venéreas e estudos feitos no século XIX, que identificavam a diferença entre as feridas simples, das infectantes. Essa pesquisa permitiu que se descrevesse os malefícios causados em diversos órgãos como os rins, o fígado e o sistema nervoso tornando as pessoas temerosas pelas consequências das doenças.

Os métodos de cura eram absurdos. Os médicos sabiam dos sintomas, porém não possuíam a menor ideia de como tratá-las.

²⁴ A obrigação de manter relacionamento sexual dentro do matrimônio.

Usava-se e abusava-se do mercúrio para sanar as chagas fétidas, assim como de negrinhas virgens a quem se creditava limpar o sangue. Os jornais multiplicavam anúncios de remédios milagrosos e não foram poucos os homens públicos, senadores e poetas que morreram dessa moléstia. As observações sobre a hereditariedade da doença mal eram guiadas por análises clínicas. A moral social – que dava ao sexo masculino toda a liberdade e nenhuma ao feminino – tornava difícil a confissão da mulher sífilítica. Inocentavam-se as esposas até prova em contrário. Os sintomas da sífilis primária, sendo difíceis de reconhecer na gestante, aumentavam a culpa do homem por sua transmissão. (PRIORE, 2006, p. 202)

Pode-se inferir que muitas mulheres morreram devido a essas doenças. Mediante a obrigação de pagar o débito matrimonial, contraíam as moléstias dos próprios maridos.

2.1.1 – Duas obras românticas: heterogêneas e conciliatórias.

De acordo com Miranda (2009), o autor José de Alencar construiu várias representações de mulheres em seus diferentes romances ao longo de seus livros. De algum modo, essa multiplicidade de personagens femininos contraditórios personificam a sua busca para entender a nossa sociedade através do período romântico. Miranda continua aludindo a um texto de Silviano Santiago chamado “Liderança e Hierarquia em Alencar” em que o autor afirma que o entendimento das características nacionais, somente poderia acontecer através de um entrelugar constituído pelo amálgama da cultura europeia e brasileira. No entanto, essa fusão deveria ser indicada a partir do texto, de forma explícita, indicando que uma cultura não se sobrepõe sobre a outra.

Chamemos de “entre-lugar²⁵”, na nossa leitura, de entre-lugar do feminino, entendido como aquele em que se instala uma fissura narrativa que a aludida transculturação²⁶ ocorra e, mais do que isso, abra espaço para a heterogeneidade, como um processo de significação, no qual se afirmam campos de força distintos; e distintos critérios de avaliação, nos quais, a noção de valor perde sua carga consensual, fundada na demanda eurocêntrica de universalidade e totalização, para se propor como categoria relacional e relativa. Daí a emergência do entre-lugar discursivo (...), postulado enquanto contra discurso em que as culturas se reconhecem através da alteridade, e não da semelhança que as constitui. (MIRANDA, 2009, p. 25)

²⁵ A palavra referida foi escrita desta forma, nesta citação, a fim de respeitar a ortografia do autor.

²⁶ Transformação cultural que resulta do contato de duas culturas diferentes.

De volta ao panorama dos sonhos, inseridos no período romântico, há duas obras de Alencar que merecem destaque pelo paradoxo “heterogeneidade e harmonização” com as quais são constituídas. Suas protagonistas, diferem do perfil tradicional de mulheres inalcançáveis que esperam a ação do herói, a fim de que o amor se realize.

Deve-se observar, sempre, que o amor físico somente se completa após o casamento, haja vista, os preceitos burgueses. Sendo assim, uma das funções do romantismo era inculcar preceitos moralizantes para que o matrimônio parecesse às incautas o início de uma felicidade infinita, desde que obedecida a regra da castidade.

No romantismo são propostos sentimentos novos em que a escolha do cônjuge passe a ser vista como condição de felicidade. A escolha, porém, é feita dentro do quadro de proibições da época, à distância e sem os beliscões. Ama-se porque todo o período romântico ama. Ama-se o amor e não propriamente as pessoas (...). Tudo em silêncio, sem ação, senão as permitidas pela nobreza deste sentimento novo: suspirar, pensar, escrever e sofrer. Ama-se, então, um conjunto de ideias sobre o amor. (D'INCÃO, 2013, p. 234)

Em *Senhora*, Aurélia é preterida pelo noivo, pois este encontra outra moça com um dote²⁷ superior ao seu. No entanto, há uma reviravolta na trama e a protagonista recebe uma herança. Ao invés de desfrutá-la, dedica sua vida a vingar-se de seu ex-noivo Seixas, comprando-o, ao oferecer um dote maior. Ele aceita, mas Aurélia quer torturá-lo pelo sofrimento causado por ele. Vivem, assim, uma falsa união porque ela recusa-se a consumá-la.

A heroína possui predicados que eram atribuídos somente aos homens; e estes são retratados como seres fracos e dependentes. Observa-se, assim, uma heterogeneidade dos personagens principais no que concerne às características românticas. É Aurélia quem realiza o trabalho de contabilidade do irmão, pois este não possui tal destreza; e é dona de si no casamento, pois a fortuna herdada lhe pertence.

No dia seguinte, assinou-se a escritura nupcial de separação de bens que assegurava a Seixas um dote de cem contos de réis. A moça que sempre se esquivara à mínima interferência em assuntos pecuniários, deixando esse cuidado ao tutor e conservando-se de todo estranha a semelhantes arranjos, ainda desta vez soube evitar qualquer inteligência com seu noivo acerca de interesses materiais. (ALENCAR, 2015, p. 73)

²⁷ Quantia dada pelo pai da noiva ao noivo. Fazia parte da cultura da época.

O epílogo constitui-se na realização física do matrimônio. Aurélia entrega-se a seu marido e são felizes para sempre. Em, Alencar (2015, p. 235) “As cortinas cerraram-se, e as auras da noite, acariciando o seio das flores, cantavam o hino misterioso do santo amor conjugal”. Nota-se que apesar de se diferenciar dos tradicionais romances românticos, o final pedagógico, estimula as mocinhas a se casarem. Afinal, naquela época, quem não queria ser Aurélia?

Em *Lucíola*, o autor vai além: a heroína é uma prostituta. No início do texto, através de uma conversa entre dois conhecidos: Sá e Paulo, o autor nos traz à tona a questão da pecha recebida por mulheres que transitam a sós pelas ruas, principalmente, após as ave-marias.

-Já vi esta moça! – Disse comigo. – Mas onde?

Ela pouco se demorou na sua graciosa imobilidade e continuou, lentamente, o passeio interrompido. Meu companheiro cumprimentou-a com um gesto familiar; eu, com respeitosa cortesia, que me foi retribuída por uma imperceptível inclinação da fronte.

- Quem é esta senhora? – Perguntei a Sá.

A resposta foi o sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia²⁸ e fatuidade²⁹, que desperta nos elegantes da corte a ignorância de um amigo, profano na difícil ciência das banalidades sociais.

-Não é uma senhora, Paulo! É apenas uma mulher bonita. Queres conhece-la? (ALENCAR, 2013, p. 19)

Neste trecho, Sá exprime toda o estereótipo imbuído, naquela época, a respeito da liberdade masculina em transitar pelas ruas; e a proibição da circulação feminina. Fora do ambiente doméstico, ela seria “apenas uma mulher bonita”, trecho imbuído de preconceitos em relação às prostitutas, reduzindo-as, apenas, à um corpo disponível, sem sentimentos, sempre à disposição para satisfazer os desejos masculinos.

Paulo e Lúcia iniciam um romance, mas o impedimento retratava as normas patriarcais: ela era uma prostituta, logo, não teria o direito ao casamento e conseqüentemente, seria uma mulher infeliz. A obra possui características ousadas, pois ao invés de uma mocinha imaculada e inocente, a protagonista, por força das circunstâncias, usava o corpo para sustentar-se.

²⁸ Característica ou procedimento de pessoa bondosa e sem malícia.

²⁹ Presunção, vaidade.

Como cortesã, pertencente ao mundo masculino, Lúcia cumpre a função – afirmativa, mas ambígua em vários aspectos – de manter o *status quo*, em que é peça essencial para o adequado funcionamento da sociedade. Concilia desejo e equilíbrio familiar, desregramento e hierarquia, libertinagem e estabilidade social. Dessa forma, mantida sob controle, pode circular com desenvoltura no espaço mundano, do qual é adereço e índice de que as coisas estão em seu devido lugar. (...) A relação amorosa de Lúcia com Paulo transgride o interdito, do lado dela e do lado dele, ao transpor limites antes demarcados. Instaure-se o heterogêneo como o que não pode ser representado e, portanto, interfere na produção da linguagem e a desloca de seus marcos esperados, que o narrador, sabiamente, não confunde com uma escrita reticente, à qual poderia ser levado pela situação: “Com efeito, a reticência não é a hipocrisia no livro, como a hipocrisia é a reticência da sociedade”? (MIRANDA, 2009,p.29)

A posição de Lúcia, enquanto cortesã, em um período literário como o romantismo, pode parecer revolucionário para as características da época. Todavia, observa-se que ao sustentar-se com o dinheiro do seu ofício, sem marido e não devendo explicações a mais ninguém, não se sente liberta em seu íntimo. A culpa que ela carrega faz com que não consiga usufruir dos bens conquistados através de uma profissão que ela mesma condena.

Ah! Esquecia que uma mulher como eu não se pertence; é uma coisa pública, um carro de praça, que não pode recusar quem chega. Estes objetos, este luxo, que comprei muito caro também, porque me custaram vergonha e humilhação, nada disto é meu. Se quisesse dá-los, roubaria aos meus amantes presentes e futuros; aquele que os aceitasse seria meu cúmplice. Esqueci, que, para ter o direito de vender o meu corpo, perdi a liberdade de dá-lo a quem me aprover! [...]. Enquanto abrir a mão para receber o salário, contando os meus beijos pelo número das notas do banco, ou medindo o fogo das minhas carícias pelo peso do ouro; enquanto ostentar a impudência da cortesã e fazer timbre da minha infâmia, um homem honesto pode rolar-se nos meus braços sem que a mais leve nódoa manche a sua honra; mas se pedir-lhe que me aceite, se lhe suplicar a esmola de um pouco de afeição, oh! Então, meu contato será como a lepra para sua dignidade e a sua reputação. (ALENCAR, 2013, p. 76)

Após muitas peripécias envolvendo o casal, o final é trágico. Lúcia morre, pois constituía a antítese do que as moças deveriam ser. E com esse desfecho, ela recebera o castigo por não seguir as expectativas burguesas.

Algumas personagens femininas em Alencar não são passivas. Simbolicamente, ou não, elas tinham o poder. Aurélia, por exemplo, cede. Poderia ser dona de si, mas prefere viver o amor com seu marido; já a morte de Lúcia é simbólica e didática, pois seria um avanço demasiado para a época, uma prostituta encontrar a felicidade mesmo no cerne do matrimônio.

Enquanto o opressor submete a mulher às suas regras patriarcais, pois teme que haja uma rebelião; e que esta subverta o seu poder, existe a esperança de fuga criada pelo ambiente sexista. Naturalizando sua dependência e inferioridade, a questão recrudescer, pois não mais existe a necessidade da vigilância masculina, o cerceamento vem daquela que pertence ao mesmo gênero.

2.2 – O naturalismo e as teorias raciais.

O naturalismo desenvolve o romance de “tese”, que prima pela organização de teorias, que se diziam científicas, mas que não apresentavam nenhuma comprovação. Na verdade, refletiam as teorias raciais que possuíam como intento propagar a inferioridade do negro em relação ao branco. Esses romances viam o mundo como um grande fenômeno biológico em que o narrador é um observador que narra os acontecimentos de acordo com os interesses em vigor.

Clara dos Anjos possui características românticas, realistas e naturalistas. Desta forma, faz-se necessário elucidar algumas características deste último movimento mencionado, que se articula com o pensamento das teorias do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, a sociedade europeia burguesa vivia uma fase de abundância econômica. O desenvolvimento científico e tecnológico favoreceu um progresso material e econômico, mas somente para uma pequena parcela da população: a burguesia industrial. Isto por que a maior parte dos habitantes vivia em uma exorbitante miséria. Assim, surgiram movimentos populares como o Manifesto comunista de Karl Marx³⁰ e Friedrich Engels.³¹

Paralelamente, tem-se uma onda de cientificismo e materialismo pautados em correntes da época:

O Determinismo³² é um conceito filosófico que, em suas origens, remonta

³⁰ Filósofo, sociólogo, jornalista e revolucionário socialista. Através do livro *O capital* critica o capitalismo. Foi um idealizador de uma sociedade com uma distribuição de renda mais justa e equilibrada.

³¹ Foi um teórico revolucionário alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico.

³² Criado por H. Taine, parte do princípio de que o comportamento humano é determinado por três aspectos: o meio, a raça e o momento histórico.

à Antiguidade Clássica e surge, como teoria, no século XIX reestruturado por Hypolite Taine³³. Parte do pressuposto de que o comportamento humano é determinado por três elementos básicos: o meio, a raça e o momento histórico. Taine publicou, em 1857, o livro *Les philosophes classiques* (A filosofia clássica). Nesta obra crítica, há a conciliação de teorias filosóficas distintas.

Essa trindade tainiana (...) explicaria o gênio individual dos escritores, serão o dogma crítico a que se juntaram algumas variantes, acentuando os autores, esse ou aquele membro da fórmula de acordo com a ciência preferida, fosse a biologia, a sociologia, a geografia. (COUTINHO. 1986, p. 22)

Um dos livros mais representativos do naturalismo é *O cortiço*. Neste livro, encontram-se aspectos deste período que compõem o perfil das teorias racistas propostas no século XIX.

João Romão propõe à Bertoleza que venha morar com ele. Azevedo, (2006, p.16), diz: "(...) ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava, instintivamente, o homem numa raça superior à sua".

No trecho acima, o autor inseriu o preconceito racial, genérico e sobretudo corroborou a teoria de branqueamento.

Em outra passagem, tem-se a seguinte descrição preconceituosa das moças não brancas.

A criadagem da família do Miranda compunha-se de Isaura, mulata ainda moça, moleirona e tola, que gastava todo vintezinho que pilhava em comprar capilé, na venda de João Romão; uma negrinha virgem, chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque, conhecendo de orelha, sem lhe faltar um termo, a vasta tecnologia da obscenidade, e dizendo, sempre que os caixeiros ou os fregueses da taberna, só para mexer com ela, lhe davam atacações: "Óia, que eu me queixo ao juiz de orfe!" e finalmente o tal Valentim, filho de escrava que foi de D. Estela e a quem esta havia alforriado. (AZEVEDO, 2004, p. 31)

A seguir, será apresentado o positivismo, outra característica do naturalismo.

O Positivismo possui vários significados que envolvem tanto o cientificismo do século XIX quanto outros do século XX. Iniciou-se com Augusto Comte (1798-

³³ Crítico e historiador francês.

1857), na primeira metade do século XIX, e desde então até o presente século XXI, opostos e paradoxais entre si.

O positivismo de Comte consiste na observação de fenômenos. Ele opõe-se ao racionalismo e idealismo através da premissa de uma experiência sensível que seria a única apta a produzir, a partir de dados concretos (positivos) o que ele chamou de verdadeira ciência. Nisto não havia atributos teológicos ou metafísicos que estariam subordinados à imaginação e observação. A base seria o mundo físico e material.

Não permite que a ciência investigue a causa de fenômenos naturais e sociais, pois não a considera relevante. Com isso, volta-se ao estudo das leis (que consistia em relações e fenômenos observáveis). Ou seja, segundo as características positivistas de Comte, uma teoria só poderia ser considerada verdadeira, se for comprovada a partir de técnicas científicas válidas.

Além disso, o positivismo é transcultural. Atinge toda a humanidade. Não importa a origem da cultura em que surgiu e se desenvolveu. No entanto, ele integra as características naturalistas de outra forma, posto que a cultura apregoada por esse período literário é a do europeu que na época do Renascimento, pôs-se como o centro do universo, pautado na visão antropocêntrica.

O Positivismo comteano chamado de Lei dos três Estados passa por três estágios em suas definições nesta ordem:

Teológico: O ser humano explica a sua existência e realidade através de entidades supranaturais (os “deuses”), afim de buscar respostas, tais como “de onde viemos” e “para onde vamos”.

Metafísico: é um meio-termo entre teologia e positividade. Não há deuses, mas entidades abstratas afim de explicar a realidade: “o etéreo”, “o povo”, etc. Os questionamentos elencados no estágio teológico, a procura do absoluto, da razão.

Positivismo: é a última etapa. Não se procura mais o “porquê”, mas sim o “como” através do estudo das leis naturais. A imaginação é subordinada à observação. Somente é válido o que pode ser observável e concreto.

No plano, Comte aborda a “física social” através de uma “importante generalização” a que logo chamará “lei dos três estados”. A natureza do espírito humano é tal que cada ramo de nossos conhecimentos passa sucessivamente, ao longo de sua evolução, por três estados teóricos diferentes: teológico ou fictício, metafísico ou abstrato, científico ou positivo. No primeiro estado, ideias sobrenaturais ligam entre si as raras observações das quais a ciência é composta. O segundo é unicamente destinado a servir de transição. Os fatos são associados segundo leis reais e verdadeiras, espécie de “fatos gerais”. Isso permite precisar o objeto da física social. Comte apresenta, nesse ponto, uma análise histórica das “concepções” ou dos “conhecimentos” humanos. (FEDI, 2008, P. 28)

O positivismo influenciou a literatura naturalista, à medida que o progresso somente ocorre através dos avanços científicos, pois este seria o conhecimento verdadeiro. A observação e o experimento de teorias influenciaram autores como Aluísio Azevedo, por exemplo.

Outra característica do naturalismo é o nivelamento entre o homem e o animal. Após o darwinismo, houve um processo chamado de zoomorfização do homem em que o ser humano é retratado com características animais. Em outro trecho de *O cortiço*:

Daí a pouco, em volta das bicas era um zunzum crescente; uma aglomeração tumultuosa de machos e fêmeas. Uns, após outros, lavavam a cara, incomodamente, debaixo do fio de água que escorria da altura de uns cinco palmos. O chão inundava-se. As mulheres precisavam já prender as saias entre as coxas para não as molhar: via-se lhes a tostada nudez dos braços e do pescoço, que elas despiam, suspendendo o cabelo todo para o alto do casco. (AZEVEDO, 2006, P. 37)

A classe retratada é a de baixa estratificação social. O autor descreve personagens que agem mais por instinto que pela razão. O índice de miserabilidade parece não importar os moradores, pois, segundo as teorias racistas vigentes, utilizando como exemplo o determinismo de Auguste Taine, o ambiente é um dos fatores que moldam o ser humano e ao delinear aquelas pessoas que parecem felizes vivendo em extremo grau de miserabilidade, corrobora sua afirmação.

A linguagem naturalista caracteriza-se pela adoção de uma postura científica diante da realidade; e o foco narrativo em 3ª pessoa é o mais adequado para este fim, possibilitando ao narrador, analisar, observar, distanciar-se do objeto e revelar os fatos o mais próximo possível.

O Cortiço, de Aluísio Azevedo, é uma obra constituída por diversas

características do naturalismo. É um tipo de período em que, à época, pretendia-se comprovar a superioridade caucasiana, a inferioridade do negro e a degeneração dos mestiços. Para este fim, introduzia traços animais e patológicos, justificando o bem viver do pobre com o mínimo de condições sanitárias, haja vista, o descaso governamental.

A naturalização de preconceitos e estereótipos é uma das ações mais eficazes para a permanência da elite no poder, pois cria em mulheres e homens negros um senso de pertencimento aquele lugar que os fazem viver no máximo grau de miserabilidade possível. Acreditar-se inferior, a partir de postulados burgueses, significa postergar a melhoria da situação dos pobres.

CAP. III - LIMA BARRETO E O MOMENTO HISTÓRICO DO ROMANCE *CLARA DOS ANJOS*.

Esta parte do trabalho aborda a biografia de Lima Barreto, através da análise concisa de sua vida; seu posicionamento em relação ao feminino e as crônicas a respeito da sua visão sobre a Belle Époque, contrapondo-se às de Olavo Bilac. Em seguida, será delineado o momento histórico que originou a reconfiguração dos subúrbios cariocas através de dois acontecimentos: o “bota abaixo” e a “revolta da vacina”.

3.1 – A vida de Lima Barreto

10. Lima em sua juventude



Fonte iconográfica não identificada.

Afonso Henrique de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881. Seu pai, João Henriques, era tipógrafo e sua mãe, Amália Augusta, professora. Esta, escrava alforriada, faleceu, precocemente, quando Lima ainda não completara 7 anos. Seu padrinho, um homem influente, Visconde de Ouro Preto, foi senador do império.

Lima possuía uma personalidade taciturna, desde a mais tenra idade, somente demonstrava alguma alegria com os carinhos maternos. Após a morte de Amália, sua mãe, fechou-se para o mundo, tornando-se uma criança ainda mais introspectiva, tímida e indefesa. Todavia, escondia essa fraqueza, comportando-se como um adulto.

Deste modo, reagia, energicamente, perante as injustiças e as incompreensões das pessoas com as quais convivia. Certa vez, exigiu que o pai dispensasse D. Clementina, que fora contratada após a morte de sua esposa. O

caso ocorreu devido a uma punição impingida a sua irmã caçula, Evangelina, que fora trancada no quarto devido a alguma traquinagem. Lima, em um ato de insubordinação, abriu a porta e liberou a irmã do castigo. À noite, com a chegada de seu pai para o jantar, todos haviam esquecido o acontecimento, exceto o pequeno Lima, que exigiu a dispensa de d. Clementina.

Afonso Henriques recebera uma educação formal. Seu pai quisera que ele se tornasse doutor. Pediu ajuda financeira ao seu compadre Visconde de Ouro Preto, padrinho de Lima, a fim de que o ajudasse a custear seus estudos na Escola Politécnica de Engenharia.

Aos quinze anos, Lima Barreto requereu os primeiros exames para ingressar na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Àquele tempo - fins de 1896 – vigorava o regulamento baixado pelo Ministro Antônio Gonçalves Ferreira que deu novos estatutos à velha escola do Largo de São Francisco de Paula. Além dos exames preparatórios, que eram feitos no Ginásio Nacional, exigia-se que o candidato se mostrasse também habilitado em Álgebra, Geometria, trigonometria Retilínea, Álgebra Superior, Desenho linear e Elementos. Os exames dessas últimas matérias, por força do regulamento, teriam que ser feitos em qualquer das Escolas Militares, na Escola Naval, na de Minas de Ouro Preto ou na própria Escola Politécnica. (BARBOSA, 2003, P. 99).

Barreto sentia-se sufocado em um ambiente em que era minoria. A maioria dos alunos era branco e rico. Sentia-se triste porque seus colegas possuíam boa condição social e percebeu o quanto isto o fazia diferente dos outros. Lima não obtinha boas notas, mas para ele, os outros alunos, cujo aproveitamento era equivalente ao seu, eram protegidos pela situação financeira de seus pais.

Para estes, filhos de pais ricos, as coisas corriam docemente, deslizavam. Não tinham preocupações de ordem material, não precisavam economizar. Vestiam-se nos melhores alfaiates, podiam comprar livros que quisessem. E, mesmo que não levassem os estudos muito à sério, isso não teria maior importância. Contavam com as relações de família, os empenhos, os “pistolões”, que lhes abriam todas as portas, como num passe de mágica. (BARBOSA, 2003, p. 111)

De acordo com Barbosa (2003), o padrinho de Lima, Visconde de Ouro preto, não mais ajudou seu pai a custear os estudos do afilhado. João Henriques continuou a pagar a Escola Politécnica, só que de forma integral. O estremecimento da amizade ocorreu porque, com o fim da monarquia, seu padrinho que outrora fora um homem influente, perdeu seu poder, no entanto, continuava sua luta como liberal. Ele era um homem rico, mas João Henriques dependia de seu salário. Assim, diminuiu a frequência ao escritório em que seu

compadre trabalhava, temendo algum tipo de perseguição política. Afinal, vivia de seus vencimentos e não poderia arriscar-se.

Ouro Preto propôs-lhe que administrasse uma de suas fazendas, todavia, o pai de Lima recusou-se, pois sustentava a família através de seu emprego público. Com a garantia do montepio, dinheiro certo e seguro. Após essa ocorrência, as relações entre os dois foram, definitivamente, cortadas.

Em 1902, João Henriques enlouqueceu. O almoxarife, da casa dos alienados, surpreendeu a todos, pois a doença ocorreu de repente.

(...) pela festa de Nossa Senhora da Glória (...) o almoxarife passava o dia em preparativos para atravessar a baía e vir até o continente na manhã seguinte cumprir a sua devoção, rezar aos pés da santa.

(...)

Naquele dia, tomara todas as providências para a viagem, aprontando, inclusive, uma das lanchas utilizadas no serviço das Colônias de Alienados, a qual o aguardava, já no cair da tarde, na ponta do Galeão, para a travessia marítima.

(...)

Logo após o jantar, foi deitar-se. Tinha que dormir cedo, pois ia fazer madrugada.

(...)

No meio da noite, porém, o silêncio da pequena casa do sítio do Carico foi cortado bruscamente por gritos lancinantes (...). O almoxarife delirava (...). Por entre frases desconexas que proferia, percebia-se que o pobre homem, alucinado, estava possuído pelo pavor de ser preso. Era a loucura. (BARBOSA, 2003, p. 128)

Em decorrência disso, Lima seria obrigado a deixar a Escola Politécnica e o desejado diploma de doutor não se tornaria realidade. Barreto voltou para casa e após três meses, empregou-se. Assumiu a chefia da família, pois era o filho mais velho. Responsabilizou-se em cuidar do pai doente e sustentar seus irmãos, sua madrasta e os filhos desta. Além de um agregado da família.

Lima passou a deprimir-se. Ao chegar à casa, trancava-se no quarto, pois não conseguia dialogar com seus familiares. Irritava-se ao presenciar o mau comportamento dos filhos de Prisciliana, visto que estes não possuíam a educação esmerada que lhe fora concedida por seu pai. Seu irmão Carlindo, antes de influenciá-los, positivamente, absorveu seus maus hábitos e passou a roubar pequenos objetos a fim de vendê-los.

Toda essa situação amargurou o autor, a tal ponto de entregar-se ao álcool a fim de amenizar a sua dor. Rapidamente, tornou-se dependente, tendo sido

internado duas vezes em um hospício. Naquela época, não se distinguia os alcóolatrás dos loucos; ambos recebiam o mesmo tratamento.

Na primeira internação, vagava pelas ruas descalço e fora preso por policiais. Não se conformaria jamais com a “estúpida violência policial” de que fora vítima, pois, segundo suas próprias palavras, não era nenhum “indigente” ou “desclassificado”, para que a polícia o tomasse como doido e o fizesse recolher ao Hospício, “como se o casarão da praia da Saudade fosse uma prisão doméstica, e como se nós a tivéssemos na nossa legislação. A polícia teria, assim, outros objetivos. Queria a desmoralização do anarquista. (BARBOSA, 2003, p 315)

Lima se suicidava lentamente, pois sabia que o álcool iria matá-lo aos poucos, e a sua desistência de viver, perante as intempéries que sofrera, fazia-o beber cada vez mais. Na verdade, ele desejava outra vida, outra realidade. Ansiava por se formar engenheiro, ser reconhecido como escritor, equiparar-se econômica e socialmente aos pertencentes à elite. Todavia, isso era um sonho.

Após a segunda internação, desta vez, levado por seu irmão, sua saúde piorou e Evangelina responsabilizou-se pelos cuidados do irmão e de seu pai. A morte de Lima Barreto, tal qual a loucura de seu progenitor, ocorreu de forma inesperada. Segundo Barbosa (2003, p. 357): “Estava enfermo, é verdade, mas a doença não parecia grave assim, para que se pudesse supor tão próximo do desenlace”.

Evangelina estava triste porque seu pai encontrava-se em seus momentos finais. Alternava-se entre ele e seu irmão. Lima perguntou sobre o estado de saúde de seu pai e Evangelina respondeu-lhe que não estava nada bem. Deixou uma bandeja com comida para ele e foi verificar o estado de seu progenitor. Ao voltar ao quarto do irmão, encontrou o seguinte quadro:

Lima Barreto sentara-se na cama, enquanto Evangelina dispunha a bandeja no travesseiro, que havia colocado sobre as pernas do doente. Uma hora, depois, retornando ao quarto, encontraria o irmão morto. Continuava sentado, abraçado a um volume da Revue des Deux Mondes. (BARBOSA 2003, p. 358)

De acordo com (BARBOSA, 2003), seu pai pressentira que havia algo errado. Aquele transitar de pessoas levou-o a desconfiar sobre o ocorrido com seu filho. Em um momento de lucidez, perguntou à filha se Afonso Henriques havia morrido. Diante da afirmativa, entrou em agonia e após dois dias também faleceu.

11. Imagem - Lima Barreto no Hospício



Fonte iconográfica não identificada

3.1.1 – Lima: antifeminista ou defensor das mulheres?

Lima Barreto apresenta, em seus textos, opiniões contraditórias a respeito da posição feminina na sociedade da época. Ora conservador; ora favorável ao sexo oposto; provoca, até os dias atuais, dúvidas a respeito de sua verdadeira opinião acerca deste assunto.

Não é contra a participação da mulher no mercado de trabalho, nem lhe nega o direito de exercer cargos públicos, mas acusa “a maneira irregular e ilegal que tem presidido o provimento desses cargos”. Na crônica, *A polianteia das burocratas*, publicada nos dias 26 e 27 de setembro de 1921, ilumina um problema que continua atual: o reconhecimento do trabalho da mulher como dona de casa. “Então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, aqui e em toda a parte, desde que o mundo é mundo; e até, nas civilizações primitivas, ela trabalhava mais que o homem. (VASCONCELLOS. 2014, p.59)

Nesta parte da dissertação, serão apresentadas algumas obras do autor referido, expondo que o seu vanguardismo, favorável à mulher, suplanta seus comentários conservadores, por demonstrar, sem qualquer pudor, a igualdade entre os sexos, a respeito de assuntos que as feministas, da época, não se atreveram a discutir por se tratar de temas de foro íntimo. Estas, ativeram-se ao sufrágio universal como única forma de igualar seus direitos aos dos homens.

No entanto, Lima acreditava que a educação seria a única saída para que a mulher se libertasse da posição subalterna em que se encontrava. Todavia, não aquela utilizada pela classe média como uma estratégia para contrair núpcias com doutores ou pessoas detentoras de melhor situação financeira. Barreto, várias vezes, comentou em seus textos que as moças estudavam e depois esqueciam o que haviam aprendido, visto que, ao se casarem, abandonavam o estudo ou o trabalho.

12. Imagem – As irmãs de Cassi Jones.



Fonte iconográfica não identificada.

(...) Catarina e Irene sempre se referiam ao avô como se fosse, de verdade, um general do Paraguai. Eram menos vaidosas; mas muito mais ambiciosas, em matéria de casamento. Dona Salustiana casara-se com o Manuel, quando este ainda era praticante e revia provas, à noite, nos jornais, para acudir às despesas da casa. Catarina e Irene sonhavam casar com doutores, bem empregados ou ricos, porque elas se julgavam prestes a se “formar”, a primeira em música e piano, pelo trampolineiro Instituto Nacional de Música; e a segunda, pela indigesta Escola Normal desta Capital. (BARRETO. 2012, p. 89-90)

O aspecto que mais afligia o autor, na questão feminina, era a não inclusão das mulheres negras e mestiças que, na maioria das vezes, analfabetas, trabalhavam como domésticas nas casas das feministas, liberando, assim, suas patroas dos afazeres domésticos, a fim de lutarem pelos direitos das “mulheres”.

Lima possuía a consciência de que o feminismo somente tornar-se-ia realidade para todas, se a pauta de reivindicações abordasse temas como o racismo e a divisão de classes; o autor também insistia em uma educação que abrangesse todas as raças com a finalidade de utilizar o que estudaram e não para arranjos matrimoniais.

Um dos textos mais desafiadores, para os ditames da época, chama-se *O filho de Gabriela*. Neste conto, Lima expõe os conflitos sociais entre patroa e empregada: Gabriela insistia em levar seu filho ao médico. Laura, a patroa, negava-lhe este direito; isto demonstrava a importância dada aos pobres pela elite, classe média e alta. Gabriela discute com sua patroa colocando em pauta os adultérios cometidos por esta. Em um momento de cumplicidade, devido a subalternidade genérica de ambas, embora sob formatos diferentes, patroa e empregada choram, simbolizando toda a angústia e descontentamento com a situação imposta pelo patriarcado. Todavia, o orgulho ferido de Gabriela não permite que ela continue a trabalhar naquele lugar.

Gabriela muda-se para uma estalagem. Procura emprego, mas não encontra. Às vezes, volta com algum dinheiro e ouve a insinuação da vizinha de que o teria obtido através da prostituição. Sem opção, volta à antiga casa:

Entre elas, parecia que havia, agora, certo acordo íntimo, um quê de mútua proteção e simpatia. Uma tarde em que dona Laura voltava da cidade, o filho de Gabriela, que estava no portão, correu imediatamente para a moça e disse-lhe estendendo a mão: “a benção”. Havia tanta tristeza no seu gesto, tanta simpatia e sofrimento, que aquela alta senhora não lhe pôde negar a esmola de um afago, de uma carícia sincera. (BARRETO, 2010, p. 100)

O narrador descreve os sentimentos de dona Laura que se encontrava presa a um casamento sem qualquer tipo de afeto. Cada um possuía seus motivos para contraírem núpcias. Ele, viúvo, mais velho, casara-se para apresentar a jovem mulher como objeto decorativo. Algo muito comum, naquela época, em que através de joias e vestidos, o provedor da casa expunha seu padrão social. Ela aceitou-o por se tratar de um homem rico. Barreto (2010, p. 103) diz que “(...) e, por uma reviravolta do destino, começou a compreender, confusamente, todas as vidas e almas, a compadecer-se, a amar tudo, sem amar bem coisa alguma”.

A vida afetiva de D. Laura não se pautava no bovarismo de Clara dos Anjos

e Emma Bovary. BARRETO (2010, p. 103) também diz que: “Tinha um amante e já tivera outros, mas não era bem a parte mística do amor que procurava. Essa, ela tinha certeza que jamais podia encontrar; era a parte dos sentidos tão exuberantes e exaltados depois das suas contrariedades morais”.

Dona Laura já não acreditava nos homens. A função de seus amantes consistia em satisfazê-la sexualmente. Nesta última citação, Lima subverteu toda a naturalização da função feminina na estrutura patriarcal vigente. Além de não representar a “santa mãezinha”, o sexo para ela apresentava-se como uma satisfação carnal. Sendo assim, Barreto desconstruiu, em seu texto, um estigma colonial que se naturalizou através dos tempos e que ainda prevalece nos dias de hoje.

3.1.2 - As divergências entre Lima Barreto e Olavo Bilac.

Na época da Belle Époque, Lima Barreto e Olavo Bilac manifestaram-se, em suas crônicas, de forma antagônica. Ao pesquisar os periódicos da época, pode-se construir um quadro sobre a visão dos escritores mencionados.

Muitos se surpreenderam ao acompanhar o morro que se tornou em avenida. Desses possíveis olhares, formaram as crônicas, ou quem sabe, recortes da Capital Federal. Bilac e Barreto nos ofereceram suas visões literárias e/ou jornalísticas do espaço urbano do Rio de Janeiro no momento em que as ruas eram foco de atenção, não só da imprensa, mas também de toda a sociedade carioca. (NUNES. 2009, p. 62)

Lima Barreto e Olavo Bilac são autores distintos pelos vieses social e racial. Essas diferenças foram manifestadas em seus textos que foram publicados em jornais de visões políticas opostas. Obviamente, o conhecimento de cada um sobre o belo e o feio, nessa época de transformações urbanas, advém de seus diferentes posicionamentos perante a vida. Afinal, o grande projeto Pereira Passos beneficiava a elite carioca em detrimento dos pobres. É o confronto entre o luxo e o lixo; entre o que se quer mostrar e o que se quer esconder. De acordo com Nunes (2009: p. 63), “O Rio de Janeiro visível e o Rio de Janeiro invisível faz pensar que esse período de transformações na cidade, no início do século XX, teve muito de ilusão e de fachada”.

A euforia de Bilac é evidente em suas crônicas. Enaltece a rapidez da

execução da obra, utiliza uma linguagem “digna” da tão esperada mimetização da Paris de Haussmann, enaltecendo o novo em detrimento dos “obstáculos” que impediam o progresso.

Olavo Bilac era nacionalista e conservador. Suas crônicas são menos conhecidas que sua poesia, mas refletem momentos importantes do início do século XX no Brasil. Toda a efervescência da reforma urbana agradava-o e isto era descrito, de forma empolgante, em suas crônicas jornalísticas.

Percebe-se, na citação a seguir, o entusiasmo do autor pela modernidade usufruída, pela elite carioca, naquele momento. A linguagem utilizada, típica dos parnasianos é rebuscada e permeada de adornos desnecessários. Um dos períodos literários que ainda estavam em vigor, o parnasianismo, adequava-se, perfeitamente, à Belle Époque.

Inaugura-se a avenida! Parece um sonho (...) onde estás tu metido carrancismo³⁴ ignóbil³⁵, que por tanto tempo nos oprimistes e desonraste? Em que lôbrega³⁶, em que sovação³⁷ escuro te fostes esconder envergonhado? Em que vão te procurei nestes últimos dias e nestas últimas noites de novembro pela radiante extensão da avenida formosa: não vi em parte alguma o teu olhar sinistro em que a má vontade reluz perpétua (...) Bilac, 1905 (apud. NUNES. 2009. p. 11).

A seguir, um excerto de Lima Barreto nos dá a dimensão do que acontecia com o lado “feio” da cidade que não fora contemplado pela reforma urbana e ficara sem a assistência governamental:

As chuvaradas de verão, quase todos os anos, causam no nosso Rio de Janeiro inundações desastrosas. De há muito que a nossa engenharia municipal se devia ter compenetrado do dever de evitar tais acidentes urbanos. Uma arte tão ousada e quase tão perfeita, como é a engenharia, não deve julgar irresolúvel tão simples problema. O Rio de Janeiro, da Avenida, dos “Squares”³⁸, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas para viver sua vida integral (...). O prefeito Pereira Passos que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuro³⁹ completamente de solucionar esse defeito do nosso Rio. Barreto. 1905 (apud NUNES, 2009 p. 4)

A linguagem simples e direta de Lima Barreto; e, principalmente, o seu entendimento de que a Belle Époque carioca fora construída em detrimento da

³⁴ Alguém que não se dobra ante opiniões contrárias às suas.

³⁵ Algo ou alguém desprezível.

³⁶ Triste, assustadora, pavorosa.

³⁷ Esconderijo

³⁸ Praça.

³⁹ Desamparar.

maioria da população, demonstra que o autor, não somente, observou os acontecimentos da época com seu típico olhar etnológico, mas também vivenciou o descuido governamental em relação aos pobres e miseráveis que tentavam sobreviver em meio à invisibilidade suburbana.

Sua obra literária configura-se em verdadeiros registros acerca da época, outrossim, nos ilumina a respeito da segregação, da população pobre e negra, tornando visíveis, somente a elite carioca, o cartão postal da capital brasileira, no início do século XX.

3.2 – “Belle Époque” e “Mal Époque”.

Ao final da escravidão, o aspecto geográfico da capital transformou-se, desagradando a elite brasileira. Houve intensas imigrações de alforriados e de europeus. Deste modo, a demografia das capitais brasileiras, transformou-se devido à presença desses novos moradores à procura de emprego e moradia.

Novos habitantes vindos das antigas senzalas e casebres do interior do país ou dos portos estrangeiros, somavam-se aos antigos escravos, forros e brancos pobres que já inchavam as cidades imperiais, e junto a eles, aprenderiam a sobreviver na instabilidade que marcaria suas vidas também em seu novo habitat. Movimentar-se-iam todos eles, pelas ruas alvoroçadas, em busca de empregos e de tetos baratos para abrigar-se, num deslocamento contínuo que fundia vivências, experiências, tensões e espaços (SEVCENKO. 2012, p. 132).

O historiador Nicolau Sevcenko (2012) assinala que, devido a essas intensas imigrações, as palavras do momento: “tumulto” e “desordem” explicavam, facilmente, a situação em que se encontravam as capitais republicanas, visto que esses novos habitantes se tornavam cada vez mais numerosos e flutuantes. A burguesia emergente atribuía a si o dever de afastar o país do atraso que permeava a época imperial e colonial. Este atraso era evidente ao considerar o aspecto urbano.

(...) povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. Acreditar na adjetivação que as intenções normativas das elites atribuía à aparência das ruas e casas das antigas cidades, herdadas da colônia e do império, inviabiliza, entretanto, a possibilidade de compreender essas cidades e as experiências humanas, ali vividas em seus múltiplos espaços, em uma de suas maiores características: a instabilidade. “Desordem” e “tumulto” eram, justamente, as dimensões, muito eficientes que grande parte das populações urbana brasileiras encontravam para sua sobrevivência, para seu agir social. (SEVCENKO, 2012, p. 132-133)

A questão das derrubadas de habitações pobres não se iniciou com Pereira Passos. Em 1893, o então prefeito da capital do Brasil: Barata Ribeiro procedeu à demolição do famoso cortiço “cabeça de porco”, situado nas abas do morro da Providência. Daí, surgirem resultados negativos, devido às frustradas intervenções do governo republicano.

Os pobres, que perderam suas habitações, possuíam à sua disposição o morro adjacente e as madeiras que outrora constituíram o seu *habitat*. Diante da permissão do recolhimento desse material, reconstruíram seus casebres nos morros Santo Antônio, e Providência.

Este último recebeu o apelido de “favela” pelos soldados vindos de Canudos em 1897. Segundo Sevckenko (2012, p. 141): “Estacionaram ali e acabaram denominando assim, este local por associação a plantas com favas, comuns tanto no morro carioca como nas cercanias do arraial de Antônio Conselheiro, o Belo Monte”.

A imagem abaixo é uma charge do famoso cortiço “Cabeça de porco” que foi derrubado durante a gestão do prefeito Barata Ribeiro. A próxima imagem trata-se do retrato do Morro Santo Antônio com suas moradias; um dos abrigos das pessoas pobres do Rio de Janeiro da época.

13. Imagem – Caricatura do cortiço Cabeça de Porco – Uma limpeza indispensável.



A miséria e os miseráveis que haviam perdido suas habitações na derrubada violenta do cortiço tinham à disposição o morro contíguo – e as madeiras da demolição que a própria prefeitura lhes permitira recolher. Barracos de madeira já estavam disseminados no morro Santo Antônio, ponto privilegiado da cidade, e logo estariam presentes no da Providência, nos anos que se seguiram às picaretadas de Barata Ribeiro. (SEVCENKO, 2012, 141)

14. Imagem – Morro Santo Antônio



Morro de Santo Antonio, 3.3.1914. Augusto Malta

Com isso, desenvolveu-se uma profunda frustração nos segmentos de elite da sociedade carioca que passou a direcionar todas as suas forças para retirar para longe de suas vistas a população mais pobre.

Segundo Carvalho (2012), o censo de 1890 e de 1906, não possuem dados exatos, no entanto, desprovidos de melhores informações, temos abaixo as estatísticas da época.

As classificações adotadas pelos censos variam. A primeira diferença é que o censo de 1906 não separa banqueiros, capitalistas e proprietários, como o faz o de 1890. A segunda é que em 1906 não há categoria especial de artistas. Finalmente, em 1906, há categorias novas, como jornaleiros, profissões desconhecidas e mal definidas, classes improdutivas e os que vivem de rendas. (CARVALHO, 2012, P. 74)

5.Tabela – População economicamente ativa, Rio de Janeiro, 1890 ----- 1906

Classe alta	Banqueiros Capitalistas Proprietários	44 517 2267 Total: 2828	1,1%	_____	_____
Setores intermediários	Profissionais liberais Funcionários públicos Profissões técnicas Comércio	3395 18226 2885 48048	27,4%	12050 28921 _____ 62775 Total 103746	24,4%
Operariado	Artistas Extração Manufatura Transporte	5859 703 48661 10733 Total: 65.956	25%	_____ 893 77450 62775 Total: 103.746	23,8%
Proletariado	Serviço doméstico Jornaleiros Outros*	74.785 _____ 48100 Total: 122.885	46,5%	117 904 29 933 72087 Total: 219. 924	51,8%
		Total: 264.233	100%	Total: 424820	100%
		Ano: 1890		Ano: 1906	

Fontes: CENSOS de 1890 e de 1906. Excluídos inativos e empregados na agropecuária (1890); os sem profissão, empregados na agropecuária, classes improdutivas e os que vivem de renda (1906).

*Inclui os sem profissão declarada (1890) e os de profissão desconhecida e mal definida (1906).

Ao analisar a tabela referente aos trabalhos exercidos nas duas épocas, observa-se que os mais pobres constituem a maioria da população. Constatando-se diminuto o segmento populacional que compõe a classe alta e que detém a maior renda. Observa-se também que a maioria da população mais pobre é composta, principalmente, por domésticas, de 74.785 em 1890 aumentando para 117.904, ou seja, trata-se de mais um informe a respeito das

mulheres negras (maioria) ou brancas pobres que compõem a classe trabalhadora.

O proletariado, composto, também, por jornaleiros e outras classes, não é mencionado. Sua maior cota foi constituída por domésticas, segundo Carvalho (2012, p. 76) que disse que: “representavam em torno de 50% da população, economicamente ativa, com pouca variação entre 1890 e 1906”.

O desenvolvimento do texto abaixo refere-se à administração do presidente Rodrigues Alves e dos eventos que culminaram com a segregação dos médios e pobres nos subúrbios cariocas.

O presidente Rodrigues Alves (1902-1906), sucessor de Campos Sales, divulgou que o marco de seu projeto seria o saneamento das ruas e do porto. Para ajudá-lo a concretizar o seu intento, escolheu profissionais catedráticos e experientes: o engenheiro Pereira Passos, responsável pela reestruturação da cidade do Rio de Janeiro e o médico sanitário Oswaldo Cruz, encarregado de extinguir as doenças que assolavam o Brasil na época, principalmente, a febre amarela.

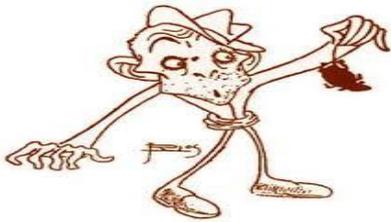
Na verdade, a intenção do presidente consistia em algo mais amplo. Seu desejo era a remodelação da capital brasileira, aos moldes da *Belle Époque* parisiense. Deste modo, tanto Pereira Passos quanto Oswaldo Cruz exigiram liberdade irrestrita para a implantação de seus projetos, pois estavam cientes de que suas medidas seriam, extremamente, impopulares para a maioria da população. Essa liberdade de ação foi obtida através de um decreto considerado, por muitos, como inconstitucional.

A Insalubridade do Rio de Janeiro, na época, eram as piores possíveis, causando diversas enfermidades. As doenças surgiam de acordo com as estações do ano. No verão, a cidade, assolada pela febre amarela, esvaziava-se, pois, a elite encaminhava-se para suas casas de veraneio em Petrópolis. No inverno, propagava-se a varíola. Junto a essas doenças, o Rio de Janeiro também foi acometido pelo cólera e pela peste bubônica devido à infestação dos ratos.

Em relação a esta última, ocorrera um fato inusitado e irônico. O combate à enfermidade faz-se com a eliminação dos ratos que trazem a pulga infectada, que transmite a doença.

Oswaldo Cruz organizou um esquadrão “mata-ratos”, que saía caçando os roedores em armazéns, por becos, cortiços e hospedarias, enfim, pelos locais em que os animais pudessem ser encontrados. Organizou também o cargo de “comprador de rato”. Seus componentes saíam pelos bairros tocando suas cornetas e gritando: “rato, rato, rato”, para chamar a atenção da população e anunciar que ali estavam para comprar ratos vivos ou mortos a 300 réis cada um. A medida foi um sucesso tão grande que desencadeou um lucrativo comércio de venda de ratos. Alguns desses curiosos comerciantes chegaram a ser acusados de importar ratos de Niterói, outros de criar roedores em cativeiro para vende-los para o governo. (FREIRE E TORRES, 2009, P. 106)

15. Imagem – Charge de caça ratos.



Fonte iconográfica não identificada

Os cortiços construídos após a abolição da escravidão e a vinda de migrantes europeus, para a capital, aumentaram ainda mais a propagação destas doenças. Sem receber assistência sanitária e nenhuma ajuda governamental, a situação dos moradores dessas casas humildes era ainda pior, posto que, devido à falta de hospitais, os tuberculosos eram direcionados aos cortiços, aumentando, ainda mais o grau de insalubridade desses locais.

16. Imagem – Estalagem na Rua do Senado



AUGUSTO MALTA: *Estalagem localizada na Rua do Senado, 1906.*
Rio de Janeiro, Museu da Imagem e do Som.

O porto foi o cartão postal da capital. No entanto, apresentava-se em péssimas condições para receber os turistas. Sua aparência era colonial e apresentava-se com pouca profundidade e odor insuportável.

As companhias de turismo anunciavam que os navios não passariam pelo Brasil. Iriam direto para a Argentina. Desse modo, os turistas não correriam o risco de contrair a febre amarela.

A contaminação por esta doença foi imensa, mas a frequência de óbitos era considerada relativamente pequena entre os brasileiros, visto que haviam adquirido imunidade, porém no caso dos estrangeiros, as taxas de morte eram muito altas.

3.2.1 – O “bota abaixo” e a “revolta da vacina”.

As imagens abaixo refletem um evento chamado “bota abaixo”, que sob a égide do Prefeito Pereira Passos consistiu na primeira medida efetiva para a remodelagem da cidade do Rio de Janeiro: a derrubada dos cortiços, palafitas, estalagens e outras construções humildes que lembravam a época colonial, no centro da cidade.

17. Imagem – “Bota abaixo”



Augusto Malta - 1904

A desculpa utilizada pelos governantes era o saneamento do Rio de Janeiro com a conseqüente eliminação das habitações. Baniam também seus moradores, que, sem outra alternativa, direcionavam-se a outras paragens.

Urgia aos dirigentes do regime, que se instalava, inspirado nas ideias tecnocráticas⁴⁰ de governo, arrancar o Rio de Janeiro da letargia e inoperância que atribuíam ao execrado regime imperial, julgado incapaz de livrar a cidade de convívios considerados promíscuos e desestabilizadores da saúde pública. (...) Compreende-se, pois, a prioridade concedida ao combate institucional às habitações populares, consideradas como os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade, e havia muito tempo condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas “patologias” sanitárias, sociais e espaciais. (SEVCENKO, 2012, p. 140-141)

Segundo Sevcenko (2012), na realidade, ambicionava-se extirpar do novo cartão postal, aos moldes de Haussmann⁴¹, a pobreza constituída pelas habitações e pela população. Essas ações de derrubadas das moradias humildes, legitimadas em nome do sanitaríssimo, pautou-se na segregação racial e social.

A reforma urbana de Pereira Passos possuía três questões fundamentais:

⁴⁰ Ideias que buscam apenas soluções técnicas ou racionais para os problemas, sem levar em conta aspectos humanos e sociais.

⁴¹ Prefeito de Paris. Responsável pela sua reforma urbana.

estética, viária e sanitária: a primeira visava reformular a aparência arquitetônica aos moldes da Paris de Haussmann. O então prefeito fluminense, homem viajado, conhecia de perto a Belle Époque parisiense; e sua formação e experiência como engenheiro o habilitava para a execução da mimetização⁴² da cidade do Rio de Janeiro. Nesta reconstrução da capital brasileira, surgiram prédios como a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes.

18. Imagem – Teatro Municipal.



Schuler - 1905

A segunda, referia-se à reforma do Porto, que estava diretamente relacionada à questão turística e a terceira, à sanitária, comandada por Oswaldo Cruz, apresentou um grave foco de resistência devido à desconfiança dos populares em relação à vacina contra a febre amarela. Devido à derrubada de suas residências, imaginavam que a vacina possuía o vírus da doença ou substância venenosa que os exterminariam. O próprio método utilizado através da obrigatoriedade, culminando com a invasão domiciliar, alimentava tais ideias.

⁴² Neste caso, copiar o aspecto arquitetônico da Belle Époque parisiense.

O projeto de regulamento mantinha a opção de vacinação por médico particular, mas o atestado teria de ter firma reconhecida. Pelo resto, cercava de tal modo o cidadão que dificilmente alguém poderia escapar. O atestado de vacina era exigido para tudo: matrícula em escolas, emprego público, emprego doméstico, emprego nas fábricas, hospedagens (...) Multas eram previstas para os recalcitrantes⁴³. (...) Houve reação violenta. Até mesmo o Jornal “O paiz” ficou alarmado com dispositivos que julgou serem violências, extravagâncias e atentados à Constituição e ao bom senso. (CARVALHO, 2012, p. 99)

Assim, fora criada a Liga contra a vacinação obrigatória, presidida por Lauro Sodré⁴⁴ com a intenção de um Golpe militar. Direcionaram-se ao Palácio do Governo. Com os tiroteios, o General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos, atingido na perna, veio a falecer posteriormente. A intervenção militar ocorrera de forma oportunista para a retomada do poder. Os verdadeiros revoltosos eram formados por aqueles que, realmente, temiam por suas vidas. Assim, diversos capoeiras, liderados pelo famoso Prata Preta, enfrentaram, com sucesso, as tropas governamentais.

19. Imagem - Horácio José da Silva, apelidado de Prata Preta, foi um capoeirista e estivador brasileiro. Um dos líderes da Revolta da vacina em 1904, foi preso e segundo a “história oficial”, enviado com os outros líderes ao Acre.



<http://www.jogodemandinga.com/personalidades/page/2/2012>

Porém, a essa altura, a revolta já estava na rua. Mesmo antes de ter o projeto vazado para a imprensa, fora convocada reunião no Centro das Classes operárias a fim de ser fundada a Liga contra a Vacina obrigatória. A reunião foi no dia 5 de novembro, sob a presidência de Lauro Sodré. (CARVALHO, 2012, p. 100)

⁴³ Aquele que resiste obstinadamente.

⁴⁴ Militar, político e líder republicano brasileiro.

Os autênticos revoltosos defenderam-se como puderam. Organizaram barricadas, carroças, a fim de impedir a entrada forçosa dos agentes de saúde nas suas habitações. Devido às poucas chances que o governo possuía diante da disposição de numerosos capoeiras, simulou a desistência. No entanto, mais tarde, à medida que os combatentes retroagiram, as tropas governamentais avançaram, surpreendendo-os. Dominados, a história oficial noticiou que os líderes foram levados ao Acre. No entanto, não mais houve notícias a respeito dos revoltosos.

3.3– Os subúrbios cariocas.

Até o século XX, grandes fazendas ocupavam o espaço da área suburbana. Ao redor, surgiram povoados. Seus habitantes eram trabalhadores laboriosos e lidavam com artesanato, carpintaria, criação de animais e etc.

Os moradores, vitimados pelo “bota abaixo”, tomaram rumos diferentes. Os de classe média partiram para a Zona Norte e os menos afortunados ocuparam os morros e os bairros que cortavam a estrada de ferro Central do Brasil, como Rio D’Ouro, Melhoramentos do Brasil, Gamboa. Isto porque não possuíam condições financeiras para arcarem com as despesas de passagens e compras de terrenos.

Obviamente, a geografia espacial ao norte do Rio de Janeiro, modificou-se com a vinda destes moradores. A partir daí os subúrbios passam a ter uma conotação negativa, devido ao aspecto do lugar e dos habitantes que ocuparam os bairros pobres da Central do Brasil. Na Zona norte, moravam as classes ricas e médias da cidade, cujas habitações eram constituídas por chácaras, chalés e casarões. Nessa época, os bairros do subúrbio eram Botafogo, Laranjeiras, Catete, Glória e Tijuca. Destes elencados, somente o último ainda compõe a Zona Norte, os demais, atualmente, compõem a Zona Sul.

Os bairros passaram a se denominar populares, a partir da divisão do espaço em lotes residenciais, dependendo da região. Desde 1870, São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel e Piedade e a partir de 1890, Méier, Madureira, Engenho Novo e Inhaúma.

No entanto, esses loteamentos não foram projetados de forma ordenada:

6.Tabela – Bairros dos subúrbios loteados no século XIX.

1870	1890
São Cristóvão	Méier
Tijuca	Madureira
Vila Isabel	Engenho
Piedade	Inhaúma

Elaborada por Neide Amorim Ernesto, a partir de (REIS, 1977)

Durante muito tempo, os moradores da Zona Norte reivindicariam seus direitos como cidadãos, mas até hoje, observa-se que o resultado dessa segregação abriu espaço para outras subdivisões de locais invisíveis como a Baixada Fluminense e as comunidades cariocas.

Com o tempo, a elite passou a ocupar a Zona Sul da cidade e os investimentos foram direcionados para lá, tornando-a valorizada. No entanto, uma parcela dos moradores desabrigados que não foram para a Zona Norte, ocupou os morros da Zona Sul, ocorrendo a multiplicação de favelas.

Daí a importância de Lima Barreto no período sincrético do chamado pré-modernismo. Morador da zona Norte, foi essencial para que o público conhecesse a população, os costumes e o descaso governamental com os moradores suburbanos.

Assim, forma-se uma população heterogênea compondo os habitantes dos subúrbios cariocas. Os jornais locais criticavam o abandono do governo. Os políticos investiam somente no Centro e mais tarde, na Zona Sul, pois eram locais de residência da elite carioca.

Em 1920, com a intenção de fixar os habitantes populares em lugares ermos, o intendente João Baptista incentivava a ida desse povo para as zonas norte e rural, pois, segundo ele, eram locais salubres e possuíam amplos terrenos. Todavia, ao se depararem com o local, os novos habitantes viram que a realidade era outra.

Deve-se salientar o fato de que, mais tarde, ao chegarem alguns recursos governamentais, os bairros de classe média da Zona Norte eram os privilegiados em relação aos mais pobres, no entanto o imposto cobrado não fazia essa distinção.

Há casas, casinhas, casebres, barracões, choças, por toda a parte onde se possa fincar quatro estacas de pau e uni-las por paredes duvidosas. Todo o material para essas construções serve: são latas de fósforos distendidas, telhas velhas, folhas de zinco, e, para as nervuras das paredes de taipa, o bambu, que não é barato. Há verdadeiros aldeamentos dessas barracas, nas coroas dos morros, que as árvores e os bambuais escondem aos olhos dos transeuntes. Nelas, há quase sempre uma bica para todos os habitantes e nenhuma espécie de esgoto. Toda essa população, pobríssima, vive sob a ameaça constante da varíola e, quando ela dá para aquelas bandas, é um verdadeiro flagelo.

(...)

Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias noutros pontos do Rio de Janeiro. (BARRETO, 2012, p. 185)

3.3.1 - A música nos subúrbios.

Os costumes da Zona Norte podem ser observados na maioria dos textos de Lima Barreto; e também de alguns historiadores e sociólogos, mas é através do literato que encontramos o senso mais agudo de observação, pois não presenciou os acontecimentos como mero observador, mas fez parte daquele nicho social.

Ainda no final do século XIX e início do século XX, o instrumento glorificado era o piano. Inclusive, as moças de classe média, que almejavam casar-se com rapazes de posses, dedicavam-se a aprendizagem desse instrumento. Os mais humildes ouviam as modinhas ao toque de violão. Este, era renegado, socialmente, pela “fina flor” da sociedade, entretanto, na época, a flauta também possuía elevado grau de importância. O violão e a flauta, aparentemente dicotômicos⁴⁵, em relação à aceitação da sociedade, começaram a se encontrar, criando uma aceitação maior para o primeiro, a partir de 1870 através da formação do grupo *Choro carioca*⁴⁶, pelo professor de flauta da Academia de Belas Artes Joaquim Antônio da Silva Calado⁴⁷ e em 1902, consolidou-se.

⁴⁵ Porque, na época, a flauta era mais valorizada que o violão, pois este carregava a pecha de ser instrumento de homens de má índole.

⁴⁶ Grupo criado por Antônio Calado, cujo gênero musical é o choro.

⁴⁷ Músico, compositor, flautista e pianista.

Dono de muitos êxitos musicais, entre eles, destaca-se a polca “Cruzes, minha prima”! Publicada em 1875, uma das músicas de maior sucesso do final do século XIX (...) já despontava como exímio músico nos tempos de estudante do Instituto Nacional de Música em curso que, previsto para seis anos, concluiu em apenas dois. (TINHORÃO. 2000, p. 43)

Em *Clara dos Anjos*, nos festejos, a modinha⁴⁸ e o violão estão sempre presentes como parte da cultura suburbana. Existia naquele ambiente de classe média baixa, uma naturalização desses festejos. A classificação daquele que toca o violão como um desocupado e pessoa pouco confiável, arrefeceu-se nos subúrbios. No entanto, é justamente o antagonista, de Clara dos Anjos que se utiliza do instrumento e da música para conquistá-la. A sedução e o abandono caracterizavam aquele personagem que Lima Barreto classificou da seguinte maneira:

Era bem misterioso esse seu violão; era bem um elixir ou talismã de amor. Fosse ele ou fosse o violão, fossem ambos conjuntamente, o certo é que no seu ativo, o senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas. (BARRETO, 2012, p. 86.)

A modinha é um gênero musical que se originou no Brasil, no século XVII. Foi apresentada à corte portuguesa em 1770 através do poeta, cantor, compositor e violeiro Domingos Caldas Barbosa (1740-1800).

A fim de distinguir a modinha brasileira da moda portuguesa, os músicos portugueses acrescentaram à segunda, características da ópera italiana. Deste modo, este gênero em questão sofreu a seguinte transformação: aproximou-a das árias portuguesas, tornando-a, praticamente, uma canção camerística.⁴⁹ E assim, sob esta forma, esta cantiga colonial voltou ao Brasil no início do século XIX.

Este gênero musical possuía as seguintes características: suas letras eram próximas às das poesias do período romântico: eram chorosas e suaves; e sua temática é amorosa e idealizada. Por conseguinte, preencheu o mundo criado por Clara pela proximidade ao que ela acreditava ser o ideal.

Geralmente, o referido gênero era composto em duas partes,

⁴⁸ Estilo musical, tendo como característica o lirismo romântico de nossas canções e pela docilidade, suavidade e amorosidade que encontramos em nossa música.

⁴⁹ Música de câmara.

predominando o modo menor. No entanto, não se prendia a esquemas rígidos; possuía variações.

Ao final do século XIX e início do XX, foi renovada por músicos populares, sob a forma ternária. A modinha passou por uma época de grande popularidade, sendo o estilo preferido dos seresteiros.

O cantor e compositor Xisto Bahia (1841-1894) fora um dos maiores responsáveis pela popularização desse estilo. Compôs duas das modinhas de maior sucesso de todos os tempos: “A mulata” (com Melo Moraes Filho) e “Quis debalde varrer-te da memória” (com Plínio de Lima).

Eis algumas estrofes de modinhas que poderiam compor o mundo idealizado de Clara dos Anjos. Observe que a autora de *Lua Branca*, Chiquinha Gonzaga, mulher mestiça, também foi precursora daquelas que buscavam o seu lugar em um mundo comandado por homens. Isto no século XIX.

Ontem ao luar, nós dois em plena solidão
 Tu me perguntaste o que era dor de uma paixão
 Nada respondi! Calmo assim fiquei!
 Mas, fitando o azul, do azul do céu
 A lua azul eu te mostrei
 Mostrando-a a ti, dos olhos meus, te respondi:
 Fiquei a sorrir, por ter o prazer
 De ver a lágrima nos olhos a sofrer.
 (Ontem ao luar⁵⁰ Pedro de Alcântara⁵¹ / Catulo da Paixão Cearense⁵²)

O! lua branca de fulgores e de encanto
 Se é verdade que ao amor tu dás abrigo
 Vem tirar dos olhos meus, o pranto
 Ai, vem matar essa paixão que anda comigo.
 (Lua Branca.⁵³ Chiquinha Gonzaga⁵⁴)

Estas letras marcam os momentos de abstração de Clara dos Anjos por um amor unilateral. Na verdade, o bovarismo de Clara põe em xeque se o afeto que sentia era mesmo pelo antagonista. Clara amava Cassi ou o próprio amor? Todavia, uma coisa era certa. Ele não a amava, apenas a desejava, como a

⁵⁰ ODEON

⁵¹ Iniciou suas atividades apresentando-se no cinema ODEON. Promovia em sua casa pequenos encontros em que recebia companheiros de choro como Ernesto Nazareth e Villa Lobos e Catulo da Paixão Cearense.

⁵² Poeta, músico e compositor brasileiro.

⁵³ Foi escrita para a peça *Burleta forrodobó* e representada no teatro São José em junho de 1912.

⁵⁴ Compositora, pianista e maestrina carioca.

tantas outras.

Apresentado, por Lafões, aos donos da casa, e à filha, ninguém lhe notou o olhar guloso de grosseiro sibarita⁵⁵ sexual que deitou para os seios empinados de Clara. (...) O baile continuou animado e foi reforçar o terno de cavaquinho, flauta e violão, com o seu instrumento. (BARRETO. 2012, p. 134)

Tal sentimento, baseado em letras de músicas, semelhantes às poesias românticas, impediu que sua consciência, acerca das diferenças raciais fosse um empecilho para a realização daquele afeto.

Uma dúvida lhe veio; ele era branco; e ela, mulata. Mas que tinha isso? Havia tantos casos... Lembra-se de alguns... E ela estava tão convencida de haver uma paixão sincera no valdevinos, que, ao fazer esse inquérito, já recolhida, ofegava, suspirava, chorava; e os seus seios duros quase estouravam de virgindade e ansiedade de amor. (BARRETO. 2012, p. 148-149)

Sua abstração tende a crescer, à medida que o modinheiro demonstra seus atributos na festa de aniversário de Clara. A sexualidade, o desejo por uma vida afetiva, tal qual nas letras de modinhas contribuíram para uma rápida aceitação das investidas de Cassi, que era obstaculizado, principalmente, por Marramaque que, assíduo leitor de jornais, conhecia a índole daquele rapaz. Isto porque este figurava, com certa frequência, as páginas policiais.

Clara engravida de Cassi que desaparecera. E ao saber que Marramaque fora assassinado, desconfia de seu envolvimento no crime. Desesperada, procura dona Margarida para ajudá-la a resolver seu problema. A vizinha conta o ocorrido para a mãe e as três direcionam-se à casa dos pais de Cassi.

A péssima recepção de D. Salustiana, suas ofensas, preconceitos raciais e sociais são “didáticos”.

Chegou dona Salustiana e cumprimentou-as com grande mostra de si mesma. Dona Margarida, sem hesitação, contou o que havia. A mãe de Cassi, depois de ouvi-la, pensou um pouco e disse com ar um tanto irônico:

-Que é que a senhora quer que eu faça? (BARRETO, 2012, p. 291)

Clara aprendera, através da inimiga, e abriu os olhos para o mundo de uma única vez. Sabia o que a esperava, pois, naquela época, mesmo no subúrbio, a estrutura patriarcal não permitia tal “desonra”. Teria um filho sem estar casada.

⁵⁵ Indivíduo dedicado aos prazeres físicos, à voluptuosidade e à indolência.

Abalara as leis androcêntricas; e mesmo com a finalização do texto, sem a inserção das consequências do que ocorreria com a moça, infere-se que esta esperava sofrer o desprezo da sociedade suburbana, por infringir tal regra.

CAP. IV - A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM CLARA DOS ANJOS.

Nesta parte da dissertação, apresenta-se a análise da obra e questões históricas a respeito do lugar destinado às mulheres negras e mestiças na sociedade do início do século XX. Para tanto, foram utilizados, além das personagens femininas de *Clara dos Anjos*, documentos oficiais como fichas policiais e prontuários médicos. A diversidade de textos deve-se a um vácuo de informações, na história, a respeito do tema que é a base do nosso estudo. Busca-se, desta forma, através de temáticas diferentes, inserir-nos [nos] estudos deste assunto tão complexo e repleto de nuances.

Antes de elencar os subtemas deste último capítulo, serão analisados alguns itens que compõem a análise literária.

4.1 – Análise da obra.

Segundo Beatriz Resende (2012), em sua apresentação de *Clara dos Anjos*, uma das ideias que Lima Barreto cultivou desde o início de sua carreira foi o enredo de *Clara dos Anjos*. Pode-se observar, através de seu diário, que desde 1904, o autor criou o esboço do que aponta que seria a sedução e o abandono de Clara que ocorreria no dia 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura.

Esta narrativa teria gerações que se sucederiam, o que a aproxima do gênero épico. O autor pretendia aproximar o enredo desta obra aos moldes de *Germinal*⁵⁶ de Émile Zola, segundo as anotações em seu diário de janeiro de 1903.

⁵⁶ Romance naturalista francês que relata a realidade dos operários franceses nas minas de carvão no final do século XIX. A obra relata a situação de miséria em que se encontram os mineiros franceses; as relações entre os operários e as máquinas; entre capitalistas e operários; as greves e o sindicalismo; as necessidades humanas em contraste com as necessidades materiais. (www.aulasdehistoria-1.blogspot.com.br/2011/11/resumodolivro-germinal.html). 2003, 163)

Em 1903, Lima Barreto falava em escrever “a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”. Ficou no projeto.

(...)

Pensou também num romance, descrevendo “a vida e o trabalho dos negros numa fazenda... uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia”. E, falando desse mesmo projeto, diz que seria a sua “obra-prima”, com a qual introduziria em nossa literatura nova escola, o “negrismo”. (BARBOSA.2003, p. 163)

O autor não prosseguiu com sua ideia, pois temia que sua obra fosse mal recebida, pois a temática seria a escravidão no Brasil e os seus desdobramentos. Lima já temia que o motivo da má recepção do que seria um de seus livros, fosse o assunto: a vida dos negros. Afinal, o “negrismo” de Barreto não seria idealizado como o Indianismo, presente no romantismo.

Sua ideia inicial do que seria a narrativa não se consumou. Todavia, o autor publicou *Clara dos Anjos* sob duas versões: o conto e o romance. O primeiro foi publicado pelo autor em seu livro de contos *Histórias e sonhos*, em 1920 e, o segundo, postumamente, sob a forma de folhetim, de 1923 a maio de 1924.

4.1.1 – Enredo

O romance se desenvolve em torno da história de Clara dos Anjos, personagem homônimo do livro de Lima Barreto e última obra do autor. Aos dezessete anos, mas extremamente ingênua, apaixonou-se por Cassi Jones, contumaz sedutor de jovens inocentes e mulheres casadas.

Como tantas outras, é seduzida pelo rapaz, apesar dos avisos de seu padrinho Marramaque e de Dona Margarida. Torna-se mãe solteira, uma vergonha para a família na época. E Cassi foge para o Centro do Rio de Janeiro.

Se o enredo fosse composto somente por esses elementos, dir-se-ia que se trata do antigo clichê “seduzida e abandonada”. No entanto, o autor inseriu diversos temas, como se intuísse que esta seria sua última obra.

O narrador apresentou um grande número de personagens em poucas páginas e tratou de diversos assuntos: a moral burguesa, a subalternidade feminina, a hierarquia suburbana, os malefícios causados pela bebida.

Também aborda o sincretismo religioso do povo que se encanta por um pastor inglês protestante, mesmo sendo católicos; e recorrem, às vezes, à feitiçaria. E isto é tratado com muito sarcasmo, transparecendo que a religião é mais uma espécie de lenitivo para a população enfrentar o seu dia a dia.

Destaca-se, no texto, a semelhança do personagem Marramaque ao autor Lima Barreto. Único leitor assíduo, o personagem não encontra eco em sua tentativa de estabelecer uma relação dialógica com os seus amigos Joaquim e Lafões. É o mais observador de todos os personagens. Tanto que é o único a perceber os olhares lascivos que Cassi direcionava à Clara. Via-se impossibilitado de realizar seu sonho de ser reconhecido como escritor. O final de Marramaque aparenta ser o desejo do autor. Lima Barreto queria viver, mas não aquela vida a que o destino lhe reservava e sim o que seu pai e ele próprio sonharam. À medida que isto se tornou impossível, a morte era a única saída. E, assim, terminou Marramaque: morto de forma trágica por Cassi e Arnaldo.

O início do texto apresenta a origem de Joaquim, pai de Clara. Explica como ele chegou ao Rio de Janeiro ao trabalhar para um inglês em Minas Gerais, Diamantina. Ao gostar de seu trabalho, o patrão propôs que Joaquim o acompanhasse até o Rio de Janeiro. Com o labor concluído, este decidiu permanecer na cidade. Nesta parte, o narrador descreve os aspectos arquitetônicos dos subúrbios, com descrições ora positivas, ora negativas.

Estava povoada e edificada quase que inteiramente, de um lado e de outro. Dela, descortinava-se um lindo panorama de montanhas de cores cambiantes, conforme fosse a hora do dia e o estado da atmosfera.

(...)

Além dos clássicos “chalets” suburbanos, encontravam-se outros tipos de casas. Algumas relativamente recentes, uns certos requififes e galanteios modernos, para lhes encobrir a estreiteza dos cômodos e justificar o exagero dos aluguéis. (BARRETO. 2012, p.66)

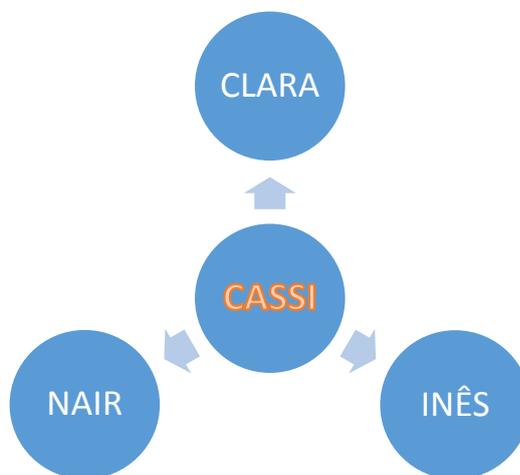
Também aborda o sincretismo religioso do povo suburbano que se encanta com o pastor inglês protestante, batiza os filhos na igreja católica e apela, algumas vezes, à feitiçaria. Tudo isto é narrado de forma sarcástica, sugerindo que a religião, para o povo, é uma espécie de lenitivo para enfrentar as agruras do dia a dia. A cachaça parati é outro tipo de fuga da realidade: ela é utilizada de forma contumaz por Leonardo Flores e Menezes.

É interessante apontar que há diversos personagens no texto que

compõem a questão da subalternidade de gênero, racial e de condição social. E não é somente Clara que, mergulhada em sua abstração profunda, é seduzida por Cassi. Outras moças que não receberam educação tão severa, segundo as regras da época, também se encantaram pelo rapaz.

Com tantas personagens femininas, fascinadas por Cassi, Clara representa apenas uma delas, ocupando papel secundário na trama. Assim, a questão sedução, abandono e consequência é polarizado pelo antagonista que ocupa papel de destaque no romance, ao invés de Clara. Deste modo, pode-se representar o destaque do antagonista, no texto, assim:

20. Imagem – Cassi polariza a trama principal através de suas conquistas:



Autora da imagem: Neide Amorim Ernesto.

4.1.2 – Foco narrativo

D’Onofrio⁵⁷ (2007) explica que, em uma obra ficcional, não se deve confundir o autor com o narrador por mais que o enredo se aproxime da axiologia⁵⁸ do escritor. Como exemplo, ele cita o caso da obra *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert. O autor foi acusado de incitar o adultério através das atitudes de Emma, protagonista da obra.

⁵⁷ Escritor e professor italiano, naturalizado brasileiro, doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. Membro da academia Rio-pretense de Letras e Culturas.

⁵⁸ É o que se refere a um conceito de valor predominante em uma sociedade ou em um ser humano.

Flaubert defendeu-se da acusação judicial (...) demonstrando que as ideias da personagem Emma (...) não podiam ser confundidas com o posicionamento ideológico do autor da obra.

(...)

O autor pertence ao mundo da realidade histórica; o narrador, a um universo imaginário: entre os dois mundos, pode haver analogia, mas nunca identidade. (FLAUBERT. 2007, p. 47)

No caso de Lima Barreto, não há como negar a semelhança entre os personagens de sua obra e as características de sua personalidade, dos que eram próximos a ele e, principalmente, dos acontecimentos da época.

Em *Clara dos Anjos*, há várias analogias entre o autor e a obra. Os personagens Leonardo Flores e Menezes, por exemplo, espelham os problemas do autor com a bebida. Marramaque possui habilidade em observar e extrair conclusões plausíveis, a partir de seu hábito da leitura de jornais. Tal costume não é compartilhado pela maioria daqueles com os quais convivia, tornando-se, deste modo, um ser solitário em suas ideias.

Pode-se inferir que o assassinato de Marramaque simboliza a desistência de Lima perante a vida, após duas internações em clínicas psiquiátricas.

Oh! meu Deus! Como eu tenho feito o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, por sofrê-las é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também (...). E como um grito que sai do fundo da alma, ele completa: "Não quero morrer não; quero outra vida". (BARBOSA. 2003, p. 312)

A historicidade presente na obra é devido à característica compartilhada pelos escritores pré-modernistas: a denúncia da realidade brasileira. Cada autor expôs as chagas dos locais de alguns Estados brasileiros abandonados pelo governo, dentro desta característica, Lima Barreto apontou as mazelas de um povo segregado por interesses políticos, econômicos e sociais vivenciados pelos moradores do subúrbio carioca. Morador de um desses bairros, pôde descrever, fielmente, através de sua obra, todos os acontecimentos. Além disso, como morador, escreveu não somente o que viu, mas também o que sentiu.

4.1.3 – Ambiente

A escolha do subtítulo ambiente, ao invés de espaço, provém do fato de que aquele, além do aspecto descritivo é imbuído de aspectos morais,

psicológicos, religiosos e socioeconômicos.

21. Imagem – Algumas características presentes no ambiente do romance.



Autora da imagem: Neide Amorim Ernesto

O subúrbio carioca é um espaço predominante no enredo. O autor utiliza o Centro do Rio de Janeiro somente no episódio em que Cassi direciona-se para lá, esquivando-se de sua responsabilidade com Clara e para não ser punido pelo assassinato de Marramaque.

A escolha do subúrbio como ambiente, dá-se pelo fato de que Lima pertence ao período pré-modernista, tem em comum com os outros autores o aspecto da denúncia dos recônditos dos estados que o governo ignorava. E, no seu caso, coube colocar em foco o local em que vivia: o subúrbio carioca.

Na verdade, a maioria de sua obra pauta-se pela denúncia da precariedade do local. Todavia, a época voltava-se para os acontecimentos da Belle Époque carioca e não se deve esquecer que o enredo ocorre em um local que se localizava longe dos holofotes dos cartões postais que se queria mostrar aos turistas e, ao mesmo tempo, livrar a elite do convívio daqueles seres que não se coadunavam com a população branca e rica que ocupava o Centro do Rio de Janeiro.

E, assim, a cada oportunidade que surge, o autor traça algum aspecto do ambiente, ao criticar a pouca atenção dada pelo governo a esses locais segregados.

4.1.4 – A organização do tempo diegético.

A fim de discorrer a respeito do tempo no romance, segue abaixo as observações de Salvatore D’Onofrio:

O tempo cronológico é aquele que é medido pela natureza (sucessão dos dias, das estações e da existência: manhã, tarde, noite; primavera, verão, outono, inverno; nascimento, juventude, velhice, morte) ou pelo calendário (anos, meses, dias) ou pelo relógio (horas, minutos, segundos) (...) o tempo psicológico, pelo contrário, não é um tempo absoluto, mensurável por meio de padrões fixos. É o tempo interior à personagem e a ela relativo, porque é o tempo da percepção da realidade, da duração de um dado acontecimento no espírito da personagem. (D’ONOFRIO, 2007, p. 85)

Nesta obra, o enredo inicia-se com o narrador contando a vida de Joaquim dos Anjos, pai de Clara, desde os tempos em que era rapaz e morava em Diamantina, mas nota-se, claramente, que ele faz alusão a uma época passada. Barreto (2012, p. 62) diz que “Casara-se meses depois de nomeado; e, tendo morrido sua mãe, em Diamantina, como filho, herdara-lhe a casa e umas poucas terras em Inhaí, uma freguesia daquela cidade mineira”. Pela flexão verbal, no pretérito mais que perfeito, nota-se que o fato ocorreu em um passado anterior ao que se está narrando. No decorrer da trama, o narrador aproveita o episódio para retratar a casa que ele pôde comprar no subúrbio e voltar ao relato da vida de Joaquim. Neste retorno, Joaquim já está casado há quase vinte anos e possui uma filha.

O narrador retrata o costume do “ajantarado” com a vinda de seus amigos Marramaque e Lafões. Em um momento da trama, este último pede para levar Cassi ao aniversário de Clara. Logo após, ela mesma elucubra em seu mundo fantasioso: Barreto (2012, p. 82). “ – Quem seria esse Cassi”? O próximo capítulo inicia-se com a descrição do antagonista da trama.

Desta forma, o tempo é classificado como psicológico pela concentração de *flashbacks* a fim de criar uma certa tensão na trama. Essas idas e vindas da narrativa fragmentam os capítulos que compõem o romance. E, assim, os temas são interrompidos para que o narrador descreva o espaço e teça observações sobre o próprio subúrbio e a situação que aflige sua população, como também

entremear opiniões acerca do comportamento daqueles personagens.

4.2 – A subalternidade feminina.

De acordo com Spivak (2010), a definição de sujeito subalterno é: aquele que pertence às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, de representação política e legal e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante.

Ao avançar o tema, ela aponta a história de uma viúva impedida de se auto-representar por dois motivos: por ser mulher e pela sua viuvez. Spivak sustenta que esta situação de marginalidade do subalterno é mais arduamente imposta à mulher, pois o seu falar é obliterado e desprovido de interlocutor.

A viúva hindu sobe à pira funerária do marido morto e imola-se⁵⁹ sobre ela. Esse é o sacrifício da viúva – a transcrição convencional da palavra sânscrita para a viúva seria sati (...). O ritual não era praticado universalmente e não era relegado a uma casta ou classe. A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura”. (SPIVAK, 2010, P. 17)

Gayatri Spivak (2010) refere-se diretamente à mulher pobre e à negra que preenche todos os requisitos que lhe confere a condição de subalternidade: a pobreza, o gênero e a cor, características que a obrigam a permanecer em um espaço periférico, lugar demarcado, ideologicamente, a ela.

Nesta parte do trabalho, faremos uma análise da situação feminina relacionada ao lugar social que lhe foi imposto no cotidiano do início do século XX, sob condição inferior ao homem. O romance *Clara dos Anjos* destaca tais preconceitos, sofridos sob forma de submissão, abandono, violência e vexame público.

A obra move-se, em grande parte, de forma concomitante com a história, ao denunciar, asperamente, o preconceito racial, genérico e social, ao refletir esta submissão a um grau de afasia ditado pelas regras de bom comportamento no que tange ao feminino.

Quer seja no mundo Ocidental ou no Oriental, em diferentes culturas ou

⁵⁹ Sacrificar-se.

épocas; ela é tratada como um ser inferior, como se fosse apenas a costela de Adão. Trata-se de uma metonímia, um apêndice do homem que sendo uma parte, precisa do todo, ou seja, de um ente que a ampare por ser a parte mais “fraca”.

Nesta obra, o autor denuncia a repressão feminina, em uma época de restrições à liberdade em diversos âmbitos, tempo em que o matrimônio ainda constituía o único objetivo da mulher. No início do século XX, o casamento ainda era uma espécie de favor que o homem prestava à mulher. Uma vez que não lhe era permitido exercer funções que não se limitassem ao lar, esta seria um estorvo financeiro para o pai que, na época, era o único provedor da família e que também possuía a responsabilidade de vigiá-la para que mantivesse sua virgindade até o enlace matrimonial. Após o casamento, a responsabilidade passaria ao marido e o pai estaria desobrigado dessa função. Tamanha era a importância da virgindade, que a quebra desse ditame envolvia a proibição de toda a família da moça. No entanto, toda regra acaba tendo algumas exceções e, é claro que, também, um preço a ser pago.

A vida quase monástica de Clara é um exemplo desse constructo patriarcal. O cotidiano da “protagonista” constituía-se, além dos serviços domésticos, em copiar as partituras das modinhas compostas por seu pai, frequentar as aulas de bordado de dona Margarida e abstrair-se do mundo real por este não lhe apresentar nenhum atrativo. Assim, criava um mundo onírico baseado nas letras desse gênero musical. Ela queria libertar-se, conhecer os subúrbios, divertir-se, tal qual suas amigas.

Raramente saía de casa, a não ser para ir bem perto à casa de dona Margarida, aprender a bordar e a costurar, ou com esta ir ao cinema e às compras de fazendas e calçados. A casa dessa senhora ficava a quatro passos de distância da do carteiro. Apesar de ser uso, nos subúrbios, irem as senhoras e moças às vendas fazer compras, dona Engrácia, sua mãe, nunca consentiu que ela o fizesse, embora de sua casa se avistasse tudo o que se passava, no armazém do seu Nascimento, fornecedor da família. (BARRETO, 2012, p. 129)

O narrador descreve Clara de forma ímpar: seu temperamento lânguido, sua abstração e excesso de inocência não se coadunavam com a maioria das moças que viviam nos subúrbios. Observe o alerta de uma de suas colegas em relação à má fama de Cassi Jones, um rapaz sem caráter, protegido pela mãe, que vivia enganando as mulheres – casadas e solteiras – abandonando-as em

seguida à própria sorte em uma sociedade que não tolerava qualquer desvio de conduta do segmento feminino (BARRETO, 2012, p. 131) - “Clara, toma cuidado. Este homem não presta”. Esta passagem demonstra que não eram todas as moças suburbanas que ignoravam os perigos de serem pobres e negras naqueles subúrbios, cujas classes sociais e raciais são heterogêneas.

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava de mãos fortes que a modelassem e fixassem. Seus pais não seriam capazes disso. A mãe não tinha caráter, no bom sentido, para o fazer; limitava-se a vigiá-la caninamente; e o pai, devido aos seus afazeres, passava a maioria do tempo longe dela. Ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes⁶⁰, entoadas por sestrosos⁶¹ cantores, como o tal Cassi e outros exploradores da morbidez do violão. O mundo se lhe representava como um povoado de suas dúvidas, de queixumes de viola, a suspirar amor. Na sua cabeça, não entrava que a nossa vida tem muito de sério, de responsabilidade, qualquer que seja a nossa condição e o nosso sexo. Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustioso mistério da morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que demos, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. (BARRETO, 2012, p. 219)

A transcrição, na íntegra, da citação acima, não ocorreu por acaso. Lima critica Clara dos Anjos na maior parte do trecho, mas é no epílogo que deixa claro que não se dirigia apenas a ela, mas também a todas as mulheres e homens que viviam na mesma condição, sem esboçar a menor reação às adversidades impostas por uma minoria branca e androcêntrica. Ao mostrar essa atitude apática de alguns personagens, Lima critica a sociedade que os leva a não reagir diante de regras desiguais para os brasileiros.

O romance *Clara dos Anjos* mostra uma sociedade que se constitui, a partir de regras patriarcais: a protagonista não deu continuidade aos estudos, não trabalhava e não saía de casa desacompanhada. O pai é o chefe da família e a mulher permanecia em sua domesticidade habitual. Assim prescrevia o código civil de 1916, vigente no artigo 233⁶². Finalmente, em 2002, tal lei foi mudada e o artigo supramencionado foi substituído pelo 1567⁶³.

⁶⁰ Técnica medieval de composição em que uma segunda voz é ajuntada ao cantor, gerando nota contra nota, em movimento contrário.

⁶¹ Manhoso, dengoso.

⁶² O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.

⁶³ A direção da sociedade conjugal será exercida, em colaboração, pelo marido e pela mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.

Para o homem, o casamento não possuía o mesmo grau de importância, sendo que poderiam se auto sustentar, mas para a mulher era vital, haja vista sua dependência financeira, pois quem movimentava a economia era o homem. Seu trabalho era remunerado, o da mulher, não. O “servilismo” doméstico, além de ser desprestigiado, pois integrava um dos atributos femininos, não era assalariado e não possuía nenhum dia de folga. Além do mais, solteiras ou casadas, elas representavam sempre despesas em qualquer estado em que se encontrassem.

Esse custo transformou-se em uma problemática maior para as pobres e as negras após a abolição. A importância do casamento para as mulheres negras e mesmo as brancas de baixa estratificação social era ainda maior, visto que o matrimônio constituía o único modo de viver respeitosamente. Se as elitizadas poderiam ser sustentadas por algum parente abastado, às vezes, as pobres precisavam recorrer à prostituição. No entanto, de acordo com o censo de 1890 e de 1906 supracitado, a maioria dos trabalhadores eram constituídos pelos empregados domésticos, ou seja, a necessidade de se auto sustentar levou-as a encontrar meios de inserção social, apesar das leis do patriarcado.

Quanto ao quesito acima, relacionado à mulher negra e mestiça, cabe aqui desmistificar a seguinte questão: transitar pelas ruas sozinha e, principalmente, à noite, era motivo para a interceptação da polícia que as denominavam prostitutas. Muitas vezes, essas mulheres voltavam do trabalho e por esse simples fato, a elas era atribuída tal pecha.

Um dos tópicos a ser discutido, a seguir, é a questão do estereótipo mencionado acima.

4.2.1 - A misoginia como constructo social.

Nesse tópico do texto, serão apresentados alguns casamentos presentes no romance e, também, análise de documentos, como fichas policiais e prontuários psiquiátricos, que vão além da misoginia retratada no romance.

Procederemos à análise das atitudes das personagens do romance em questão: os pais de Clara vivem em harmonia, devido ao caráter manso de

Joaquim e do cumprimento dos deveres domésticos de sua esposa e, principalmente, pelo fato de que o carteiro possuía condições de sustentar a família, sem o auxílio de Engrácia, cumprindo, assim, o seu dever patriarcal.

O seu temperamento era completamente, inerte, passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem, era quem dirigia a casa. Rol de compras a fazer na venda de “seu” Nascimento, onde pagava tudo por mês. Qualquer acontecimento inesperado que lhe surgisse no lar punha-a tonta e desvairada. Quando ainda tinham a velha preta Babá, que a criara na casa de seus protetores e antigos senhores de sua avó, talvez, um deles, pai dela, ficou Engrácia quase doida ao ver a velha babá acometida de um ataque súbito. (BARRETO, 2012, p. 143)

Dona Castorina parece conformada com o que o destino a ela havia reservado como marido. O alcoolismo de Flores, certamente, não permitia que seu casamento fosse pleno de felicidades, mas ela possuía uma extrema paciência e resignação, tratando-o mais como um filho. Suportava seus delírios com submissão e, como “boa” esposa, cuidava de sua casa de forma primorosa ao criar um ambiente profícuo na esperança de que, com a escrita de seus versos, pudesse expurgar o seu incontido desejo pelo álcool. Eis, a descrição de dona Castorina.

Estava avelhantada, gasta, já não pela idade, que não podia ser ainda de cinquenta anos, mas pelos trabalhos por que tinha passado com o marido, mais do que com os próprios filhos. Nunca se lhe ouviu um queixume, nunca articulou uma acusação contra Flores. Sofria todos os desmandos do marido com resignação e longanimidade⁶⁴. Esse seu gênio, esse seu temperamento de doçura e perdão em face da exaltação, da exacerbação, até quase delírio, do marido, fizera que este produzisse o que produziu. Não fora ela, aquela pequena mulata magra, de olhos negros e tristes, rindo-se sempre com uma profunda expressão de melancolia; não fora aquela humilde mulatinha que estava ali defronte a Meneses, talvez Flores não fosse nada. (BARRETO, 2012, p.206-207)

O trecho acima salienta a importância da mulher na manutenção de um lar harmônico, como preconizavam as regras da época. D. Castorina era o esteio de Flores. Mais que resignação, demonstrava resiliência diante de uma vida que a envelheceu, precocemente. Todavia, ela insistia em arrefecer o temperamento, já dominado pelo álcool que tomara seu esposo por completo.

Rosalinda encontrou, no casamento, a violência, o álcool, a extrema

⁶⁴ Resignação, paciência.

pobreza e um marido covarde, que ao dever seis meses de aluguel, fugira, deixando-a sozinha, com os filhos, largados à própria sorte.

Era, verdadeiramente, infeliz, essa rapariga. Seduzida em tenra idade, a polícia obrigou o sedutor a casar-se com ela. Nos três primeiros anos, as coisas correram mais ou menos naturalmente. Ao fim deles, devido a reveses, o marido começou a embirrar com ela, a atribuir-lhe toda a sua desgraça, a espancá-la, mas dando alguma coisa com que ela se sustentasse e aos filhos. Já bebia, o marido dela; e, por esse tempo, fazia-o sem método nem medida. Bebia a mais não poder, em casa, nos botequins, em toda a parte. Faltava à oficina para beber. Rosalinda “pegou” o vício do marido e do pouco dinheiro que ele lhe dava ou com o seu trabalho obtinha, comprava parati. O marido devia seis meses de casa – um modesto barracão de madeira, com uma sala, um quarto e um pequeno adendo para a cozinha. O senhorio perseguiu-o; ele fugia e deixava com a mulher o encargo de explicar os atrasos. Um belo dia, ela vê entrar o proprietário com dois homens. Nada dizem. Encostam sua escada no telhado e destelham a choupana. Deixou tudo o que tinha nas mãos dos desalmados. Pede a uma vizinha que fique com um filho; e uma outra, que fique com o mais moço, e correu a atirar-se debaixo do primeiro trem que passou. Sofreu escoriações e fraturas em um braço e uma perna; mas os médicos da Santa Casa conseguiram salvá-la. (BARRETO, 2012, p. 151)

Enfim, estes são casos em que moças bem cuidadas, em sua época de solteira, transformam-se em seres tristes e depressivos, obrigadas a casarem-se com homens que as maltratam e transformam suas vidas em eterno sofrimento. E essa mudança de estilo de vida reflete-se, como vimos acima, em seu temperamento e aspecto físico.

Daqui em diante, o teor das questões será tratado através de fichas policiais e prontuários psiquiátricos, demonstrando o tratamento misógino dispensado às mulheres que não se enquadravam nos ditames da época.

No início do século XIX, a distância entre as classes se acirraram e no começo do século XX, a construção patriarcal, que já existia desde a época da colonização, criou novos hábitos para a população em vista da *Belle Époque* (1890-1920). Foi uma época em que a burguesia primava pela modernização, higienização da cidade, assim como a segregação dos pobres; transformando o Rio de Janeiro em uma imitação da Paris de Haussmann. Essa questão foi abordada na seção anterior e o foco, neste momento, é a implicação de tudo isso na vida da mulher negra e mestiça nos recônditos de seus lares. Isto, após o evento “bota abaixo”, com a constituição familiar nos subúrbios do Rio de Janeiro.

As mulheres pobres, suburbanas também possuíam o seu direito de ir e vir

obliterado. Não faziam parte do cartão postal do Rio – aliás, não fazem até hoje – mas, no que concerne às leis que oprimiam o ente feminino, estas também eram discriminadas no seu direito de ir e vir. O problema consistia que estas necessitavam trabalhar fora do lar para complementar o salário do marido ou companheiro e até mesmo sustentar a família inteira. O homem pobre, por si só, não conseguia ser o único provedor familiar, precisava da ajuda feminina – aliás, baseado neste fato, Lima Barreto sustentou a ideia de que a mulher sempre trabalhou, e muito, por uma questão de sobrevivência.

Portanto precisavam burlar essas leis de trânsito nas ruas, pois, ao contrário das burguesas, tinham que trabalhar em serviços domésticos, porém, não somente no seu lar, mas em casas de pessoas cuja estratificação social era a classe média alta ou a elite. Sendo assim, ao circularem pelas ruas, eram abordadas pela polícia como se estivessem cometendo um crime e, na maioria das vezes, estavam voltando do trabalho.

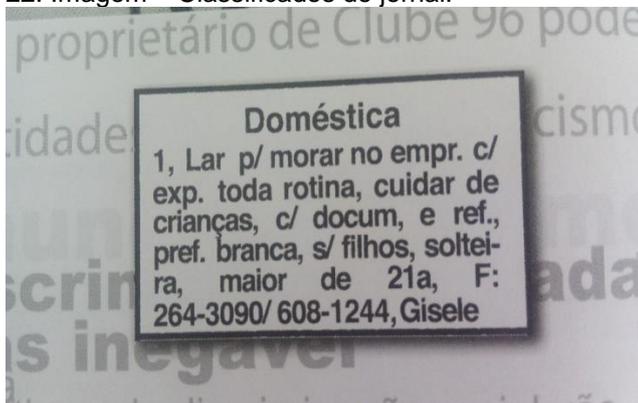
Essas mulheres não aceitavam, passivamente, tais intervenções, por isso, constantemente, eram presas por falarem alto e proferirem palavras de baixo calão tarde da noite. Eram, injustamente, taxadas de prostitutas e presas por desacato. Na verdade, queria-se segregar os pobres para não “enfear” a Belle Époque carioca.

O código penal, o complexo judiciário e a ação policial eram os recursos utilizados pelo sistema vigente a fim de disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos segmentos populares. Nesse sentido, tal ação procurava se fazer sentir na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando seus “hábitos sadios e as boas maneiras”, reprimindo seus excessos verbais. A violência seria presença marcante nesse processo. Ainda mais que, naquele momento, a postura das classes dominantes era mais de coerção do que de direção intelectual ou moral. (SOIHET, 2004, p. 363)

Na época, não havia interesse em estudar, sociologicamente, a condição da mulher negra, por isso, contamos com registros policiais e prontuários psiquiátricos para organizar este estudo que não era interessante, naquele tempo, já que ainda vigoravam as teorias brasileiras raciais que apostavam em um branqueamento da população. Desta forma, questões genéricas, raciais e classistas, voltadas ao interesse desta maioria, não interessavam à elite e aos governantes.

Registra-se, aqui, a maior facilidade que as mulheres possuíam para encontrar empregos que os homens, pois poderiam ser lavadeiras ou empregadas domésticas, apesar de alguns preconceitos, na época, em contratar mulheres não brancas em suas casas.

22. Imagem – Classificados de jornal.



Mulheres negras no Brasil. 2013, p. 84

Os homens tinham menos chances de conseguir trabalho e, quando conseguiam, não eram capazes de prover, na maioria das vezes, as necessidades da família, precisando da ajuda de sua mulher.

Os varões das classes populares viviam em um mundo em que não passavam despercebidos os regulamentos burgueses. A cultura patriarcal também os afetava. Eram subjugados em seu trabalho e em casa não eram os únicos com voz ativa, haja vista a participação da mulher no sustento da casa.

Poder-se-ia pensar que a maioria dos esposos tivessem sido cúmplices na questão da subalternidade feminina da mulher negra, por serem subalternizados pela pobreza e pela raça; e saberem pela própria experiência o que é ser inferiorizado. No entanto, a cultura patriarcal os atingia de tal forma, que eles sentiam seu brio diminuído por não poderem ser provedores da própria casa, tal qual os homens elitizados. Desse modo, consideravam-se também, duplamente, subalternizados, por não cumprirem os ditames patriarcais que, paradoxalmente, também os excluía. Conclui-se, dessa forma, que não houve solidariedade dos esposos em relação às suas mulheres.

Ao contrário disto, essa questão causava no homem tal sentimento de inércia, que culminava em agressões físicas e psicológicas. Muitas mulheres suportavam caladas, porém outras reagiam de diversas maneiras: ou os

abandonavam ou os enfrentavam com o mesmo tipo de violência. Isto propiciou material para descrever o sofrimento imposto àquelas mulheres.

Toda a questão desenvolvida acima, a respeito do sentimento masculino em relação à inferioridade causada por não poder cumprir, na íntegra, os ditames patriarcais da burguesia vigente, perfaz um quadro de violência física e mental que atingiu essas mulheres trabalhadoras. Isto causava na população pobre masculina, um sentimento de subalternidade que culminava com a violência doméstica; quer seja física, quer seja psicológica. E, é claro que esta situação favorecia o consumo do famoso “parati”, metonímia para aguardente, devido ao local em que era fabricada. A cachaça, com frequência, era consumida como um lenitivo para os problemas desta ordem. Este consumo aumentava a degradação em que as famílias viviam e agravava os maus tratos às mulheres. Havia as que se mantinham caladas e as que reagiam. Infelizmente, a falta de estudos sociológicos produzidos, naquela época, não permite demonstrar essas questões através de estatísticas, porém, as fichas policiais ilustram algumas situações.

As questões abaixo abordam situações pesquisadas em fichas policiais em que as mulheres citadas cometem homicídio, a fim de defender-se dos maridos agressores.

Segundo Soihet⁶⁵ (2004), Arminda, cuja identidade e história será explicada logo, abaixo, através de uma das citações da autora da pesquisa, matou seu marido a fim de impedir suas extravagâncias sexuais:

Contrariando as expectativas, invertiam-se os papéis. E, continuava Arminda a narrativa do seu drama, que culminava num quadro escabroso com tentativas de Marcolino de “rasgá-la”, introduzindo os dedos no seu ânus, ameaçando tirar-lhe a vida”. (SOIHET. 2004, P.372)

Ela conseguiu apartar-se e armando-se de pau, deferiu-lhe vários golpes, mas sem a intenção de matá-lo e sim de proteger-se.

⁶⁵ Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1959), especialização em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1974), doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986) e pós-doutorado pela Université Paris 8 – Vincennes-Saint-Denis (1997).

Esse foi o caso da lavradora Arminda Marques de Oliveira, negra, analfabeta, residente em Jacarepaguá, casada há cerca de 20 anos com Ferreira da Costa (...). Ao comportamento condenável de espancar sua esposa e de comprometer a formação dos filhos, opondo-se às exigências morais da nova ordem (...). Sendo a depoente quem fazia o serviço da lavoura e do fabrico de carvão (...). Constata-se que à medida que Marcolino mergulhava na bebida, era rejeitado cada vez mais pela sociedade e, por isso, tinha necessidade de se reassegurar de sua autoridade junto à família; o que fazia tentando obrigar Arminda a atitudes extravagantes, como a práticas de atos sexuais na frente dos filhos. Espancando-a também, buscava demonstrar que no interior do seu lar ele deveria afigurar-se como todo-poderoso. (SOIHET, 2004, p. 370-372)

Esta citação exemplifica múltiplos exemplos do que inúmeras mulheres pobres sofriam em seus casamentos, cuja influência patriarcal dos brancos atingia aqueles que não tinham condições de exercer a chefia do lar, gerando agressões de todos os tipos, inclusive morais; culminando no assassinato do marido pela esposa.

Segundo os documentos policiais examinados por Soihet (2004), Arminda e seus filhos trabalhavam, produtivamente, para o sustento da família, função que deveria ser cumprida pelo homem da casa. Além disso, os espancamentos constantes, com testemunhos a favor da acusada, dado pelos filhos e vizinhos fizeram com que o juiz tenha se oposto à prisão preventiva decretada pelo promotor contra Arminda.

Havia outros casos pesquisados pela referida autora, em que a violência doméstica ocorria e, conseqüentemente, os assassinatos do marido pela esposa, pelos mesmos motivos.

Outra pesquisa da autora explica a história de Maria da Silva que vivia com Manoel José Vieira, seu companheiro que trabalhava no comércio. Ela trabalhava como doméstica e declarou que ele não “ajudava” na despesa de seu filho. Maria pediu dinheiro a Manoel para comprar o leite da criança e ele negou-se a cumprir o seu dever. Nisso, discutiram, chegando às vias de fato; sendo esta mais frágil, fisicamente, para não ser agredida, pegou o revólver de Manoel e disparou, vindo o homem a morrer. Realmente seu marido não possuía o dinheiro, mas jamais iria admiti-lo pela ideologia da época de que cabia ao homem manter a família. O interessante é que preferiam espancar as mulheres, ao invés de admitir seus problemas financeiros.

Uma das estratégias encontradas para disciplinar o comportamento feminino, a fim de encaixá-lo aos moldes da hipócrita moral burguesa, era através da psiquiatria, que atribuía qualquer desvio dos ditames da época a algum tipo de distúrbio mental.

(...) O comportamento da psiquiatria com as políticas de controle social propostas pelas primeiras administrações republicanas, o universo temático privilegiado pelos especialistas brasileiros na construção da loucura como doença mental, deixa entrever as principais áreas de intervenção das estratégias normatizadas: os comportamentos sexuais, as relações de trabalho, a segurança pública, as condutas individuais e as manifestações coletivas de caráter religioso, social, político, etc. (ENGEL, 2004, p.323)

Deve-se lembrar que os diagnósticos, em relação ao comportamento feminino, eram pautados em estereótipos atribuídos a ela desde o período colonial: as diferenças de temperamento entre o homem e a mulher, qualificando-o para a liderança e impedindo-a de exercer a cidadania. Deste modo, a ela cabia somente obedecer.

Baseando-se nesse estereótipo da feminilidade, apresentamos abaixo duas tabelas baseadas nas informações de ENGEL, 2004.

7. Tabela – Características: Homem/mulher

HOMEM	MULHER
Cérebro	Coração
Inteligência	Sensibilidade
Razão	Sentimentos
Capacidade de decisão	_____

Organização: Neide Amorim Ernesto

8. Tabela – Paradoxo entre Maria e Eva.

O bem: Maria	O mal: Eva
Frágil	Ambígua
Submissa	Contraditória
Bonita	Pérfida
Doce	Amoral

Organização: Neide Amorim Ernesto

A última tabela que adjetiva Maria e Eva, caracteriza a primeira como parâmetro a ser seguido e a segunda como sua antítese. De acordo com Engel (2004, p.332), “a velha crença de que a mulher era um ser ambíguo e contraditório, misterioso, imprevisível, sintetizando, por natureza o bem e o mal, a virtude e a degradação humana, o princípio e o fim”. Essa máxima de que ela era considerada um ser perigoso e que, por isso, deveria ser impedida de ocupar o espaço público e exercer outros direitos permitidos somente ao masculino, na

verdade, faz-se acreditar no temor que os homens sentiam a respeito da capacidade feminina em desempenhar múltiplas tarefas, principalmente, aquela mais mística de todas que é a de guardar dentro de si um outro ser. Daí, o interesse dos médicos, daquela época, em estudar o útero como fonte de qualquer mal-estar de que ela pudesse ser vítima. O homem, ao contrário, sem possuir tantos atributos, deveria contê-la, pois esta era considerada um perigo para a estrutura patriarcal vigente. Outrossim, deve-se pensar se, há muito tempo, já não domina, haja vista que viver mediante tantas dificuldades e violências; ser pai e mãe ao mesmo tempo; resistir à dor, mesmo sendo considerada o sexo frágil, não devem ser considerados atributos de pessoas desqualificadas para conduzir a própria vida.

Alguns diagnósticos atribuem os males psíquicos a questões como: menstruação; vivacidade; interesse por brincadeiras do mundo masculino; descobertas de sua feminilidade; loquacidade; exaltação; linguagem livre; o não cumprimento do débito conjugal; sensualidade “anormal”, agressividade.

Segundo Engel (2004), a paciente chama-se M. J, 29 anos. Ela é de cor branca, casada e possui filhos. Segundo sua ficha, foi internada na clínica Dr^o Eiras em meados de 1896, diagnosticada como histero-epiléptica⁶⁶. Ela apresentava os seguintes sintomas, a partir de sua infância: alegria constante e em demasia, quando criança e menarca aos 14 anos. Após o casamento, aos 21 anos, apresentou sensíveis melhoras: era esposa dedicada. Mais tarde, abandonou o lar e repudiou o marido. Foi infiel três vezes, e isto sempre ocorria dias antes de sua menstruação que vinha abundante e acompanhada de um grande furor sexual. Falava em demasia, com uma linguagem não apropriada. Altercava-se e lamentava a falta do último amante. Tentou rebelar-se diante da internação, ao enviar cartas ao marido, dizendo sofrer maus tratos. Mesmo internada, apresentava comportamento libidinoso.

Através de um “exame”, constatou-se que M. J possuía distúrbios no útero. O médico procedeu a uma curetagem e a paciente apresentou, períodos catameniais⁶⁷ normais. Continuou com ataques epilépticos, no entanto,

⁶⁶ Denomina-se epilepsia catamenial e consiste na condição em que a paciente apresenta exacerbação das crises epilépticas relacionada à menstruação.

⁶⁷ Constituem as exacerbações das crises relacionadas à menstruação.

apresentou-se, extremamente, nervosa com a falta do marido. Em 2 de setembro de 1896, “recebia alta”, pois foi considerada curada. No entanto, apresentou, algum tempo depois, os mesmos sintomas e foi internada no Hospital Nacional dos Alienados, onde faleceu.

Inferre-se, por essa ficha, que o marido exercia plenos poderes sobre a mulher, a ponto de interná-la, por causa de seu comportamento não condizente com a moral da época. Afinal, o sexo feminino não possuía os direitos de um cidadão e estava sob a égide de seu pai, quando solteira e de seu marido após o matrimônio. Sendo assim, este decidia o seu destino. Quando possuía temperamento expansivo, loquaz, alegre, era considerada uma insana; e se não demonstrasse a docilidade e a submissão que eram traços característicos de sua personalidade, segundo os padrões da época, poderia ser considerada passível de internação.

Observa-se que sua epilepsia foi diagnosticada juntamente com os traços da sua personalidade, sendo considerada histórico-epilética. O médico não tratou de sua doença. Preocupou-se, no entanto, com questões uterinas, pois esta, segundo ele, estava ligada ao seu “distúrbio de personalidade” que a transformou em um ser infiel ao marido. Tanto que, após a sua paciente clamar pela presença do esposo, o médico considerou-a “curada”. O que, na verdade, ocorreu foi a cura “moral” dos padrões estabelecidos pela burguesia da época. Neste caso, por um breve período, haja vista a sua volta ao hospício.

A descrição da paciente é baseada em uma ficha médica. O que se passou pela mente de M. J para que esta decidisse clamar pelo marido, certamente, foi a sua perspicácia a respeito do motivo pelo qual ele a internou. Afinal, ponderou sobre o que seria pior: manter-se em um casamento infeliz ou continuar em uma instituição psiquiátrica, sendo objeto de experimentos. Inferre-se que refletiu e decidiu que o matrimônio seria menos doloroso. No entanto, não conseguiu conter, por muito tempo, os traços inerentes à sua personalidade e foi internada, novamente, até sua morte.

Em uma outra pesquisa efetuada por Engel (2004), tem-se um crime efetinado por Maria Ferreira Mendes Tourinho, “parda, sem profissão, casada”. A vítima era seu marido, Arthur Damaso Tourinho, condutor de trem”. Moravam num dos subúrbios do Rio de Janeiro. Maria atingiu-o três vezes com uma

machadinha. Horas mais tarde, a vítima faleceu. Seus filhos estavam presentes. Com o alarido, provocado pelo crime, disse ao vizinho que matara um ladrão. Foi presa e os jornais passaram a especular sua vida com notícias de que ela frequentava um Centro Espírita, relacionando o fato a possessões que poderiam ser a causa do assassinato, pois, antes disso, era mãe e esposa dedicada e afetuosa. Relataram também que ela tentou convencer o marido a frequentar o local em sua companhia, embora este se recusasse.

O motivo do crime era um enigma, pois segundo o depoimento do filho mais velho e de sua tia, a vítima preenchia todos os requisitos de um bom marido: Trabalhava de forma fixa, a fim de sustentar a esposa e seus cinco filhos. Ou seja, cumpria os ditames patriarcais. Mas seria isso o bastante para fazê-la feliz? Segundo a sociedade da época, sim.

Engel (2004) aponta que assinalaram suspeitas de um problema psiquiátrico e “os médicos legistas elaboraram um minucioso laudo pericial que seria publicado no Boletim policial por se tratar de um “caso curioso”.

Maria seria submetida a um exame minucioso, através do qual os médicos, influenciados pelas concepções de Cesare Lombroso – famoso legista e criminalista italiano e principal expoente da escola criminológica positiva de fins do século passado - buscavam identificar as características físicas que evidenciassem e comprovassem a sua degeneração mental. Assim, anotariam detalhadamente informações sobre a altura, a constituição, as orelhas, os dados antropométricos⁶⁸, a força muscular, o cabelo, as cicatrizes, a visão, a língua, os dentes, a sensibilidade (tátil, dolorosa ao calor e ao frio) e os reflexos da paciente. (ENGEL. 2004, 325)

A autora esclarece que como fizeram com M. J, construíram um perfil de Maria que não se coadunava com o que prescrevia à mulher da época, podendo-se assim, enquadrá-la através de questões fisiológicas e psicológicas, em um perfil de transtornos psíquicos para considerá-la, mentalmente, incapaz. De acordo com Engel. 2004, p. 326, seus sintomas eram: “fortes dores de cabeça, acompanhadas de tonturas; sua menstruação “tardia” - aos 14 anos – nunca foi perfeitamente regular (...) tinha medo excessivo, principalmente da escuridão; dos 14 aos 15 anos tinha frequentes micções no leito”.

Naquela época, acreditava-se que as doenças psiquiátricas que acometiam

⁶⁸ Parte da antropologia que trata da mensuração do corpo humano ou de suas partes.

as mulheres eram ligadas ao útero e à menstruação e é claro, a qualquer tipo de atitude que destoasse das normas comportamentais ditadas pelo patriarcado.

De acordo com as próprias declarações de Maria, a princípio, ela estimava o marido e os primeiros tempos de casamento foram bons. Contudo, pouco depois, “aborreceu-se dele”, mesmo assim, a sua vida de casada transcorria sem incidentes graves até que, desde algum tempo, “começou a viver em desavença constante com o marido, afirmando que ele a maltratava, frequentemente, e dava má educação aos filhos. Entretanto, as acusações de Maria não seriam confirmadas pelos depoimentos de sua tia, dos vizinhos e do filho mais velho do casal que, ao contrário, definiam Arthur como um excelente pai e marido exemplar, nunca tendo permitido que sua família passasse por qualquer dificuldade material. (ENGEL. 2004, 326)

Levaram em consideração também que Maria era fria com o marido, porém, sensual, “com um possível amante”. Assim, sua sexualidade foi considerada anormal porque não tinha fins reprodutores. Um dos peritos relatou que ela tentou manter contato físico com eles, através de abraços e murmúrios ao ouvido. E isto foi considerado um ato libidinoso, indicando a possibilidade da existência de um amante.

Ao término da perícia, constatou-se que Maria era histérica, possuindo todos os sintomas de tal doença, como por exemplo aponta Engel (2004, p. 88): “indiscreto fundo erótico”, “profunda perversão na afetividade”, ausência do “senso moral”. No final, foi internada em um hospício para ser estudada e tratada.

Durante toda a análise do perfil de Maria, esqueceram do mais importante: o homicídio praticado por ela, levando-se mais em consideração a sua não adequação aos perfis burgueses que o homicídio que havia cometido contra seu marido.

Não há indícios sobre a raça a que pertencia a vítima, mas pela função que ele exercia, nota-se que era da classe popular. Isso justifica o descaso da polícia com a morte do condutor de trem.

Propositamente, foram escolhidos dois casos em que as mulheres pertenciam a raças diferentes para indicar um momento de entrelaçamento dos ditames patriarcais em que ambas deveriam enquadrar-se. Afinal, sabe-se que a subalternidade genérica entre mulheres brancas e negras são pautas que diferem, no entanto, em casos de estudos psiquiátricos, igualam-se.

Através desses dois casos, vimos que a mulher branca se tornou refém do

marido que a internou no hospício por ela demonstrar um comportamento típico de um ser humano normal: a mudança de humores, a loquacidade. E outros que eles inferiram: desejo por outros homens, a sensualidade.

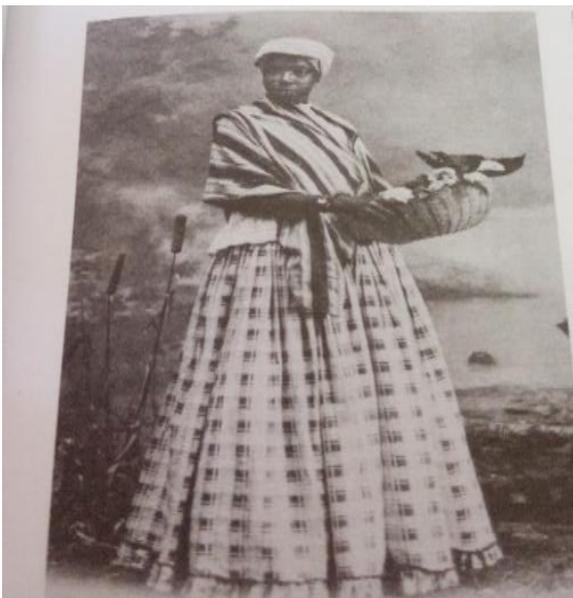
Esta última, parda e pobre, matou o marido. O filho mais velho foi ouvido, mas os outros não. É desconhecido o fato de que a ré teria um bom relacionamento com a tia. O depoimento dos vizinhos também não foi o suficiente, pois há coisas que acontecem no cerne do lar que os outros não sabem. Além do mais, há diversos tipos de violência: física, sexual, moral, psicológica.

Conclui-se, desta maneira, que as mulheres, quer sejam brancas ou negras, são seres humanos que diferem entre si. Não somente pela construção cultural, mas também pela diversidade em seus temperamentos. Para algumas, enquadrar-se durante toda a vida em regras que não condizem com a sua personalidade, podia configurar-se em uma eterna tortura; outras, possuíam maior resiliência e conseguiam adaptar-se melhor a tais ditames; o que não significava que fossem felizes.

4.2.2 - A visão social e étnica do papel da mulher na sociedade brasileira.

Ao longo da história da mulher negra e mestiça, acerca da construção de sua função no Brasil, naturalizaram-se estereótipos que determinaram padrões comportamentais, designados desde o início da colonização, alimentados pela literatura brasileira e jornais escravocratas da época.

23. Imagem – Uma criada.



Fotografia de Rodolfo Lidemann, 1890
Coleção particular de Monsenhor Jamil Nassif Abib.

Ao escolher suas “peças” no mercado de escravos, o comprador observava atributos diferentes quando se tratava de uma mulher. Determinadas descrições em relação ao corpo feminino, idade, cor de pele e os traços do rosto marcam a designação do tipo de labor a que seriam destinadas.

Alvo de diferentes projetos de intervenção durante a escravidão africana nas Américas, o corpo da mulher negra foi visto como um misterioso pedaço de carne a ser dissecado. Embora sua descrição esteja presente tanto na fala de curiosos senhores e viajantes europeus, quanto em ricas e detalhadas narrativas de médicos, juristas, policiais, figurando também nos anúncios de compra, venda e fuga de escravas. (XAVIER, 2012, p. 67)

A mulher afrodescendente está presente nas produções literárias desde a época do Brasil colônia, através de versos e prosas estereotipados a fim de diminuir o seu valor moral.

Branca para casar, preta para trabalhar e mulata para fornicar”; assim a doxa⁶⁹ patriarcal herdada dos tempos coloniais inscreve a figura da mulher presente no imaginário brasileiro e a repassa à ficção e à poesia de inúmeros autores. (DUARTE, 2009, P. 6)

Duarte (2009) explica a condição da figura da mulata, retirando toda a sua humanidade, reduzindo-a a um ser em que os sentidos são mais acurados que a razão. Tal mulher é sedutora, desvinculada de sua família e possuidora de uma

⁶⁹ Sistema ou conjunto de juízo que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico, supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para obtenção do verdadeiro conhecimento.

sexualidade sem freios, mas esta exacerbação dos sentidos vem acompanhada de um aleijão biológico que não está presente nas mulheres brancas. Trata-se da esterilidade.

Esta questão vem ao encontro às teorias de branqueamento, cujos estudiosos racistas, da época, prezavam tanto no século XIX na Europa; e, no caso do Brasil, cujos “estudos naturalistas” se desenvolveram mais tarde, pela impossibilidade da aplicação dessas leis em um país miscigenado, condenado, segundo alguns deles, à extinção dentro de algum tempo. Segundo Duarte (2009. P. 7) “A infertilidade que, de modo sub-reptício⁷⁰ implica em abalar a própria ideia de afrodescendência”.

Gregório de Matos Guerra, poeta barroco, mostra-se surpreso pela beleza da afro-brasileira em seu poema, denunciando o preconceito com a estética não condizente com o padrão eurocêntrico. Ele enaltece aquela de pele escura, mas com as devidas ressalvas: Guerra (apud, DUARTE. 2009, p. 7) “Seres, Teresa, formosa / Sendo trigueira me espanta”. O autor menciona o trigo que, ao amadurecer, escurece. O poeta satírico, chamado de Boca do inferno, utiliza um linguajar eivado de torpezas, ao se referir às mulatas, que afirma tratar-se de mulheres desfrutáveis e desregradas. Duarte (2009) aponta que Matos Guerra vincula tais mulheres a palavras de baixo calão ao adjetivar seus corpos com um léxico grotesco para desumanizá-la.

Soneto

Jelu, vós sois rainha das mulatas,
E sobretudo sois Deusa das putas,
Tendes o mando sobre as dissolutas,
Que moram na quitanda dessas Gatas.
GUERRA (apud DIMAS. 1980, p. 63)

Sem tal discernimento, não possui um código de conduta tal qual a mulher branca. Desse modo, reduz a escravizada a um signo racista e sexista, reproduzindo e naturalizando os valores escravocratas.

Contudo, o patriarcado não escapa de sua linguagem ferina, utilizando-a como um instrumento afiado para criticar o matrimônio que fazia parte do rol de absurdos que ele criticava, sendo visto como um dos empreendimentos da família em que a mulher branca também é vitimada:

⁷⁰ Obtido por meios ilícitos, fraudulentos.

Regras para a noiva

Silvia

Será primeiramente ela obrigada,

Enquanto não falar, estar calada:

Item por nenhum caso mais se meta

A romper fechaduras da gaveta.

GUERRA (apud DIMAS, 1980, p. 62)

Ao estabelecer o segundo poema como contraponto ao primeiro, nota-se que o autor critica de forma satírica o tratamento imposto à mulher branca, após o casamento. Se é normal a mulher afrodescendente configurar-se apenas em um corpo para o deleite do homem branco, qualificando-se como um ser próximo ao animal irracional, o mesmo não ocorre em relação às mulheres brancas, cuja situação de total repressão é criticada pelo autor.

As considerações acima referem-se ao século XVII, sendo que a época referente ao nosso estudo, situa-se no século XX. É época em que se naturalizou o estigma referente à mulher mestiça. Elas são vistas como objetos sexuais, desde a época da colonização. Deve-se lembrar que a violência sexual contra a mulher negra teve início nos próprios navios negreiros.

Às mulheres, por vezes, era dispensado um tratamento diferenciado. Eventualmente, elas podiam permanecer no convés, onde o ar puro e a retirada dos ferros dos tornozelos aliviavam as duras condições da viagem. Porém, esse “privilegio” também a deixava à mercê dos marinheiros que se serviam, sexualmente, delas a qualquer hora do dia. (SHUMAHER e BRAZIL, 2013, p. 16)

No que concerne a *Clara dos Anjos*, a naturalização da mulata como um ser desfrutável já ocorreu. O cuidado, assim, com as filhas mestiças deve ser redobrado, visto que a discriminação recebe um novo estratagema: liga-se a cor da pele à condição social, haja vista que a maioria dos negros são pobres, mas nem todos os brancos são ricos, sendo assim, personagens como d. Salustiana, representante da “elite” suburbana, não admite misturar-se com tais pessoas. É a tripla subalternidade que acomete as mulheres negras e mestiças. Devem resguardar-se do moço branco que as vê como objetos sexuais e que, na maioria das vezes, não têm a quem recorrer em caso de defloramento ou até mesmo gravidez.

Diversas questões são postas em xeque em *Clara dos Anjos*, através dos personagens femininos, desmitificando alguns estereótipos presentes, de certa maneira, em *O cortiço* de Aluísio Azevedo. Embora ambos os livros sejam

deterministas, as visões dos narradores são completamente diferentes.

Ao comparar a construção das personagens Rita Baiana e Clara dos Anjos, observa-se que a primeira se enquadra nos preceitos deterministas traçados para as mulheres mestiças, procedendo, assim, à continuidade de uma época misógina e racista, cujos ditames refletiam-se na literatura.

Antes, faz-se necessária a compreensão da origem dos vocábulos “mulata” e “mulato”:

Derivam de mulo e mula, animais híbridos, fruto do cruzamento de cavalo e jumenta (ou égua e jumento), e, não nos esqueçamos, animais estéreis. Em adendo, é preciso lembrar que o discurso cientificista do século XIX, tendo à frente Arthur Gobineau, proclamava tal esterilidade também entre os relacionamentos Inter étnicos, alertando para os “frutos malsãos” das uniões entre brancos e negras. (DUARTE, 2009, p. 12)

Em *O cortiço*, Rita era avessa ao casamento e não mencionava o desejo de ter filhos. Sua personagem constrói-se de tal forma que se encaixa, perfeitamente, nos preceitos das teorias raciais, no que concerne à mestiçagem brasileira.

(...) O sensualismo desenfreado da mulata surge com toda força (...) fruto dourado e acre dos sertões americanos. Aqui, dupla adjetivação aponta para a natureza ambivalente da personagem, ao mesmo tempo sedutora e destrutiva. Eros⁷¹ e Thanatos⁷² se associam em sua composição dramática, fazendo-a se destacar pelos “meneios”, que dão destaque à sexualidade animalesca pela qual o signo da serpente se inscreve na cadeia semântica da mulher. O poder destrutivo da mulata “feita toda de pecado” acarreta o assassinato de Firmino, seu amante capoeirista, e a desagregação da família de Jerônimo, o imigrante, cuja esposa torna-se alcoólatra e a filha, lésbica e prostituta. (DUARTE. 2009, p. 9)

Já a personagem Clara dos Anjos é construída como se fosse e tivesse os mesmos deveres das moças brancas da cidade. O seu “não lugar” era até mesmo diferenciado em relação às outras moças do subúrbio, pois, ali, a proibição do trânsito nas ruas, desacompanhada, não era tão acirrada quanto no Centro. Sua família é constituída por pessoas de classe média baixa, negros que carregaram para o subúrbio valores patriarcais construídos pelo homem branco e de elite do Centro do Rio de Janeiro. Nisso, percebe-se que Clara não está sozinha em seu bovarismo.

⁷¹ Na mitologia grega, Eros é o Deus do amor.

⁷² Na mitologia grega, Thanatos é o deus da morte.

Neste romance, os personagens que formavam a família dos Anjos – o pai, a mãe e Clara – não tinham o hábito de conversar, de trocar informações, de se preocupar com o que o outro estava pensando. Criou-se uma introspecção entre as mulheres, de tal forma, que pareciam esquecer a própria língua. Tempo havia de sobra, pois passavam o dia todo com o trabalho doméstico, isto quando Clara não refazia a pauta musical de seu pai.

Na obra, a jovem não exerce o poder de sedução, ao contrário, ela fora seduzida e isto desconstrói a visão determinista da mestiça, na sociedade da época, pois a figura de Rita reduzia-se à corporeidade e sexualidade, em um sistema patriarcal e escravagista que se perpetua mesmo após a Abolição da escravidão.

Essa classificação entre mulheres: as “honestas” e as “melífluas⁷³”, ao invés de arrefecer, recrudesce com o passar do tempo, pois, à medida que o patriarcado inculca ditames que as inferiorizam, transfere a elas a responsabilidade pelos adultérios, cometidos pelos homens, que não conseguem “resistir” à sedução daquelas que vivem à margem da sociedade.

A exposição da chaga social, em *Clara dos Anjos*, ocorre, principalmente, quando o narrador dimensiona o que significa para a família o defloramento das jovens que são obrigadas a se casar, mesmo se o rapaz não possuir boa índole.

Percebe-se que os valores escravagistas presentes, anteriormente, continuam a influenciar a conduta da sociedade, precisamente, a que inicia o século XX. Tal estrutura não permitia que a mulher fosse ouvida e incentivava a sua inexpressividade.

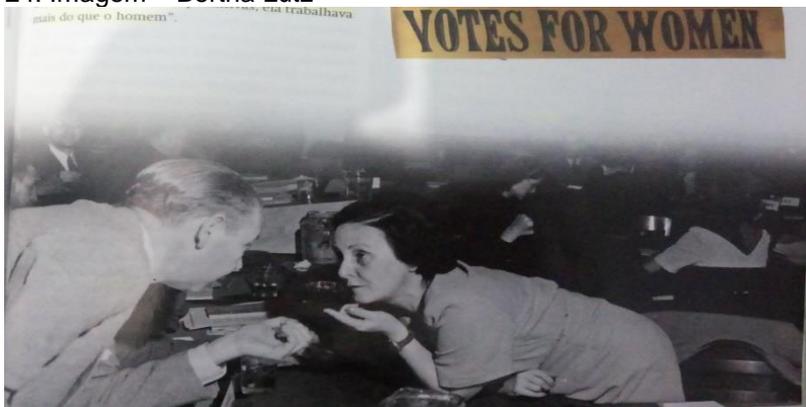
D. Salustiana, cujo perfil será traçado adiante, representa aqueles que sentem ojeriza ao se aproximar dos que possuem situação social inferior à sua. A família de Cassi pertencia à classe média, porém, sua mãe considerava-se representante da elite do subúrbio do Rio de Janeiro. Realmente, os subúrbios eram heterogêneos, mas os mais abastados, os de classe média não se aproximavam econômica e socialmente da elite carioca.

Paralelo a essas personagens descritas, estava em voga o feminismo no

⁷³ Aquilo que é doce, suave como mel. No sentido em que se apresenta no texto, constitui uma das armas de sedução para a mulher que não segue as doutrinas patriarcais.

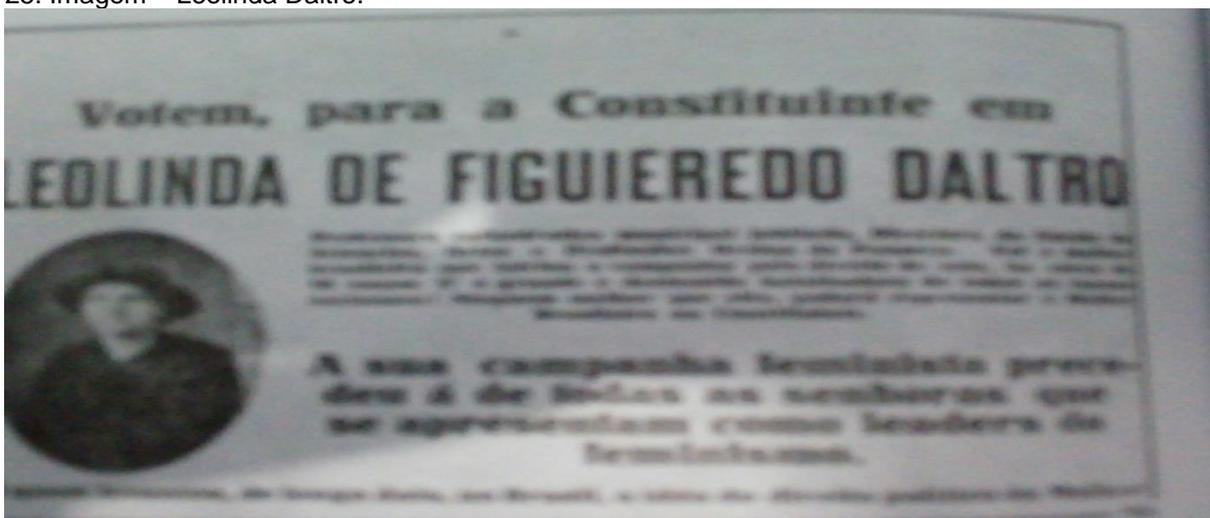
Brasil, tendo como figuras principais Berta Lutz e Leolinda Daltró. Este feminismo possuía como principal pauta de reivindicação o voto universal. Acreditavam que, ao serem consideradas cidadãs, tornar-se-ia mais fácil a luta pela igualdade entre homens e mulheres.

24. Imagem – Bertha Lutz⁷⁴



Campanha para a eleição. Autor iconográfico não identificado.

25. Imagem – Leolinda Daltró.⁷⁵



Campanha para a Constituinte. Autor iconográfico não identificado.

No entanto, este tipo de feminismo não incluía a maioria das mulheres, porque não levava em consideração a raça e a classe social. Deste modo, a maioria estava fora da pauta de reivindicações, ao considerar que as mulheres

⁷⁴ A bióloga Bertha Lutz foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil, responsável direta pela articulação política que resultou nas leis que deram direito de voto às mulheres e igualdades de direitos políticos nos anos 20 e 30.

⁷⁵ Foi uma professora sufragista e indigenista baiana. Foi apelidada de “Mulher do diabo”. Em 1909, num país densamente católico, ser a “mulher do diabo” equivalia a ser separada, ser ousada, falar de política, ser feminista, ter amigas masculinas, questionar o catolicismo, reclamar o voto, se preocupar com os índios, doutrinar.

pobres constituíam a maioria da população feminina.

Tais mulheres ocupavam profissões que exigiam menores qualificações. Geralmente, as fábricas contratavam as brancas e imigrantes e o serviço doméstico e o ofício de lavadeira eram destinados às negras.

La famosa frase de Friedan⁷⁶, “El problema que no tiene nombre”, citada a menudo para describir la condición de las mugires en esta sociedad, se referia de hecho a la situación de um grupo selecto de mujeres blancas, casadas, de clase media o alta y (...) amas de casa aburridas, (...) hartas del tiempo libre, del hogar, de los hijos, del consumismo, que quierem sacarle más a la vida. (HOOKS.1984, p.3)

Diante disso, para que se tenha uma dimensão aproximada da problemática genérica acerca das mulheres, deve-se observar a questão social e racial que as acometem, verificando, assim, as diferentes pautas que devem ser levadas em conta para que se possa incluir as que são discriminadas de outras formas e que constituem a maioria da população.

Como había hecho Friedan, antes, las mugires blancas que dominan el discurso feminista hoy en día rara vez se cuestionam si su perspectiva de la realidad de las mujeres como colectivo. Tampouco son conscientes de hasta qué grado sus puntos de vista reflejan prejuicios de raza y de clase (...) ⁷⁷ (Hooks. 1984, p.35)

De acordo com Hooks (1984), o racismo está presente no discurso das feministas brancas, à medida que o fator raça não constitui uma das questões a serem discutidas, reforçando o preconceito e dificultando a entrada das mulheres negras, negando-lhes a possibilidade de lutarem por seus direitos.

As questões acima que afligiram e afligem as mulheres negras americanas nos possibilita estabelecer comparações com as regras do patriarcado brasileiro e concluir que apesar da luta racial de americanos e brasileiros terem ocorrido de formas diferentes, há, neste caso, certa similaridade no que concerne a questão genérica.

O discurso das mulheres brancas, que são os que predominam, não demonstram o impacto racial, psicológico e de classe na vida das mulheres

⁷⁶ Betty Friedan escreveu a famosa frase “O problema não tem nome” citada, frequentemente, para descrever a condição das mulheres nesta sociedade. Referia-se à situação de um grupo seletivo de mulheres brancas, casadas, de classe média ou alta. (...) donas de casa cansadas do tempo livre, do lar, dos filhos, das compras, enfim, mulheres que desejam mais da vida. (HOOKS, 1984, p. 3)

⁷⁷ Como havia dito Friedan antes, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista, hoje em dia, (1984), raras vezes, se questionam a perspectiva da realidade das mulheres como coletivo. Tampouco são conscientes da dimensão de que seus pontos de vista refletem preconceito de raça e classe (...)

negras. Na verdade, não havia interesse a respeito daquelas que não compunham a raça branca do movimento feminista. Afinal, esse discurso pela luta de igualdade entre as “mulheres”, renega aquelas que ocupam um papel servil perante a sociedade.

El sufrimiento de las mugires bajo la tirania sexista es un vínculo común entre todas las mugires que trasciende las particularidades que las diferentes formas de tirania adoptan. El sufrimiento no puede ser medido ni comparado cuantitativamente. Son la indolencia y la vacuidad forzada de una mujer “rica”, que le llevan a la locura y/o al suicidio, mayores o menores que el sufrimiento de una mujer pobre que apenas sobrevive gracias a la asistencia pública pero que, de algún modo, mantiene su espíritu intacto? No hay manera de medir esa diferencia. Cada una de esas mugires debería mirar a la otra sin el esquema de clases patriarcal, pueden encontrar un vínculo en el hecho de que ambas son oprimidas, de que ambas viven miserablemente. Fritz, 1979 (Apud, HOOKS. 1984, p. 36)

O sofrimento das mulheres que padecem com a tirania machista é um vínculo comum entre todas as que transcendem as particularidades que as formas diferentes de tirania adotam. O sofrimento não pode ser medido nem comparado quantitativamente. São a indolência e o vazio forçado de uma mulher rica que a levam a loucura e/ou ao suicídio, maiores ou menores que o sofrimento de uma mulher pobre que apenas sobrevive graças a assistência pública, mas que de algum modo mantém o espírito intacto? Não há maneiras de medir essa diferença. Cada uma dessas mulheres deveria olhar a outra sem o esquema de classes a fim de encontrar um vínculo que demonstre a subalternidade em que vivem em relação aos homens. Fritz, 1979 (Apud HOOKS. 1984, p. 36)

Tais situações naturalizam-se, de tal forma, que um texto escrito na década de oitenta, reflete acontecimentos do início do século XX e em uma análise atual, percebe-se que a inculcação de estereótipos e preconceitos raciais não só se naturalizam, mas também, recrudescem. Tudo isso pelo desconhecimento de fatos ocorridos anteriormente; ou pelo conhecimento, na maioria das vezes, da história “oficial” que inviabiliza análises a respeito de diversos assuntos.

4.3 - O código penal de 1890 e a discussão do conceito de mulher honesta.

Em *Clara dos Anjos*, constata-se as hipocrisias burguesas contidas na sociedade brasileira no que concerne às condições sociais, raciais e genéricas da época. Esses valores, criados no cerne de uma sociedade patriarcal e eurocêntrica, fazem-se presentes no subúrbio, local escolhido pelo governo e

apoiado pela elite, para esconder a pobreza presente na capital brasileira da época.

Apesar do título da obra, o autor alicerça seu enredo na figura do algoz e não somente em Clara e, também, na de moças solteiras e mulheres casadas que foram enganadas pelo rapaz. Assim, o narrador delinea Cassi Jones:

(...) um rapaz de pouco menos de trinta anos, branco, sardento, insignificante de rosto e de corpo; e conquanto fosse conhecido consumado “modinhoso”, além de o ser também por outras façanhas verdadeiramente ignóbeis, não tinha as melenas da virtuose do violão, nem outro qualquer traço de capadócio, vestia-se seriamente segundo as modas da Rua do Ouvidor; (...) (BARRETO. 2012, p. 84)

Rangel (2016), compara a figura do senhorzinho de escravos com a de Cassi (homem de classe média alta, morador dos subúrbios). Mesmo após a libertação dos escravizados, os brancos desfrutam dos corpos das mulatas através da influência, livrando o algoz do Ordenamento de 1890.

Neste código, constituía-se crime deflorar mulher menor de idade (21 anos), empregando sedução, engano ou fraude. Todavia, no artigo 276, para os crimes de (defloramento, estupro e rapto), havia a possibilidade da extinção da punição do acusado, se este se casasse com a vítima. É notória a valorização do matrimônio, transformando-o na solução de todos os problemas, pois a vergonha de possuir na família uma moça “desonrada” suplantava o afeto por ela. Sendo assim, o rapaz poderia constituir-se na pior espécie de homem, mas se o casamento ocorresse, a família estaria salva da desonra. Como exemplo, tem-se os casos de Nair e Ernestina.

Nair fora seduzida por Cassi e engravidou. Sua mãe intercedeu por ela, afim de que o reparo fosse feito, sem que ocorresse escândalo para ambas as famílias. D. Salustiana tratou-a mal e ela foi queixar-se na delegacia. No entanto, o delegado disse que ela teria que constituir um advogado às suas expensas, pois a lei privilegiava somente os que viviam em estado de miserabilidade, o que não era seu caso, porque possuíam duas pensões de montepio⁷⁸ e meio soldo⁷⁹. Como esta mãe não poderia arcar com as despesas de um advogado, suicidou-se, não suportando a vergonha de ter uma filha grávida e solteira.

⁷⁸ Foi um sistema de previdência privada brasileiro para familiares de militar que foi à falência em 1980.

⁷⁹ É o valor pago pelo estado aos servidores reformados das forças armadas.

Observa-se que Cassi utilizou a mesma tática com Clara, sendo assim, conclui-se que a vida quase monástica não foi o único fator para o desconhecimento das consequências de uma moça grávida e solteira, pois Nair frequentava a casa da irmã do rapaz sem acompanhante. No entanto, ao que tudo parece, o esclarecimento das moças sobre assuntos práticos, como a questão da sexualidade, era proibido, pois poderia interferir em seu “recato natural”. Assim, ao tentar protegê-las, fragilizavam-nas ainda mais.

O suicídio da mãe de Nair é extremamente representativo no que concerne a noção de mulher honesta no início do século XX. A mulher representava a honra da família. Senão respeitasse os regulamentos burgueses de “boa conduta” feminina, a família estaria desonrada. Mas, para “reparar o erro”, estava em vigor o ordenamento de 1980.

Já Ernestina beneficiou-se da lei e os familiares obrigaram Ataliba Timbó a casar-se com ela. Afinal, ela não tinha outra opção. O rapaz em questão era um dos amigos de Cassi, tinha má reputação, todavia o que importava era a “honra familiar”.

Pobre Ernestina! Era tão alegre, tão tagarela, era moça e bonitinha, na sua fisionomia miúda e na sua tez pardo-clara, um tanto baça⁸⁰, é verdade, mas não a ponto de enfeá-la, quando conheceu Ataliba; e hoje? Estava escanzelada⁸¹, cheia de filhos, a trair sofrimentos de toda a espécie, sempre mal calçada, quando nos tempos de solteira, o seu luxo eram os sapatos. (BARRETO, 2012, p. 103)

Assim constituía-se a vida dessas moças despreparadas para as diferenças genéricas e raciais que compunham as suas vidas. Elas deveriam saber que a proteção oferecida a elas era diferente da que se aplicava àquelas moças burguesas do Centro do Rio de Janeiro.

Pois bem, lançando-se mão de uma análise revestida de cunho jurídico, mister se faz examinar as condutas perpetradas por Cassi Jones, na obra *Clara dos Anjos*, dispensando-se uma abordagem acadêmica conjugada com a visão adotada pelo Ordenamento Jurídico então vigorante. Nesta senda⁸², cuida arrazoar⁸³ que, como foi dito algures⁸⁴, o romance em exame teve sua gênese no início do século XX, estando o enredo, portanto; subordinado ao Código Penal de 1890. (RANGEL, 2016, p. 2)

⁸⁰ Sem brilho.

⁸¹ Muito magra.

⁸² Direção.

⁸³ Abordar um tema expondo razões ou pontos de vista.

⁸⁴ Em algum lugar.

Deve-se assinalar que D. Salustiana protegia o filho através do marido. Este, exercia um papel secundário naquela família, pois, graças a uma herança recebida pela mulher, pôde, finalmente, diminuir a carga de seu trabalho, tornando-se grato a ela; somado a isso existia a sua fraqueza perante as intempéries da vida que, no caso, chamava-se “Cassi Jones”.

Não apresentava forças para educá-lo. Aos treze anos, tentou modificar seus hábitos, contudo não fora forte o suficiente para tanto e desistiu da empreitada, ignorando-o. Também não fora forte o suficiente para rejeitar os pedidos de sua esposa, a fim de livrar o filho dos seus crimes de sedução. A proteção de sua mãe não significava tanto zelo pelo filho, mas a repulsa pela vizinhança pobre constituída, em sua maioria, por negros e mestiços.

A mãe recebia-lhe a confissão, mas não acreditava; entretanto, como tinha as suas presunções de fidalga, repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira ou com uma moça branca, lavadeira e analfabeta. (BARRETO, 2012, p. 87)

Apesar da simplicidade dos vocábulos e dos parágrafos curtos, a obra *Clara dos anjos* deve ser lida com muita atenção pelas inúmeras ironias presentes. Ao inserir a palavra “formar” entre aspas, Lima criticava as moças que estudavam até um certo ponto, com a intenção de se casarem com alguém que possuísse boas condições financeiras. As normas da época prezavam que, ao constituírem matrimônio, elas deveriam exercer somente a função de donas de casa. Esse era um padrão vigente que as mulheres pobres não podiam seguir devido à necessidade do complemento financeiro no lar.

A presença das mulheres que exerciam o ofício de domésticas e que voltavam do trabalho após altas horas, deixavam-nas desprotegidas, pois, muitas eram confundidas com prostitutas e esta lei restringia-se às mulheres virgens ou casadas: qualquer mulher que não se enquadrasse nesse grupo, portanto, não poderia se beneficiar dessa lei.

As mulheres que não se enquadrassem no estereótipo de “honestidade”, ou seja, se fossem prostitutas ou aquelas que poderiam ser confundidas com estas, por transitarem à noite, ao voltarem do trabalho, não estavam amparadas pela lei, outrossim, à mercê de estupros e raptos.

4.4 - O código linguístico presente no romance *Clara dos Anjos*.

Trata-se da análise do uso da linguagem a fim de discutir o sentido e a dimensão de qualquer desigualdade ao inquirir se algo pode ser feito sobre o aspecto linguístico para corrigir desigualdades genéricas, através da mudança das disparidades vocabulares. Para tanto, questões sociais serão tangenciadas, pois o léxico difere também neste contexto da mesma forma que as mulheres experimentam a discriminação linguística de duas maneiras:

No modo como elas são ensinadas a usar a linguagem e no modo como o uso geral da linguagem as trata. Ambas tendem, como veremos, a relegar às mulheres a certas funções subservientes: aquelas de objeto sexual, ou serviçal, e, portanto, certos itens lexicais têm um significado quando aplicados aos homens e outro às mulheres, constituindo uma diferença que não pode ser prevista, exceto com referência aos diferentes papéis que os sexos desempenham na sociedade. (LAKOFF. 2010, p. 14)

A fim de ilustrar esse fato, pode-se pensar assim: para as mulheres, as utilizações de palavras de baixo calão são ainda consideradas condenáveis, enquanto para os homens, nem tanto. As palavras: vagabundo e vagabunda apresentam conotações diferentes. Para o homem, trata-se, daquele que não quer trabalhar; para a mulher, significa a que exerce atividades sexuais livremente. Falar sobre sexo na presença de um ente masculino, alimenta sua imaginação, fazendo-o inferir que a mulher está ávida por sexo – especialmente com ele - ou seja, a naturalização de preceitos misóginos, do início do século, vigora até os dias de hoje.

Butler⁸⁵ (2015) diz que gênero é performativo e que feminino e masculino não são construções inatas, e sim resultados que se produzem por meio do que se faz. Trata-se de um conjunto de atos repetidos no cerne de uma estrutura reguladora, rígida e naturalizada. Aparenta, assim, ser substância natural⁸⁶. Judith Butler analisa a conhecida frase de Simone de Beauvoir⁸⁷: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Desta maneira, a autora explica que este “tornar-se mulher” ocorre de forma gradativa. Para tanto, ela compara a performance da

⁸⁵ Autora contemporânea. É professora no Departamento de Literatura Comparada e retórica da Universidade da Califórnia em Berkeley, Estados Unidos.

⁸⁶ Traço inerente à personalidade do ente. (Conceito contemporâneo).

⁸⁷ Escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política e feminista francesa. É considerada uma das maiores representantes do pensamento existencialista francês. (www.ebiografia.com).

personagem Divine que representa uma “drag queen” no filme *Hair spray – Éramos todos jovens*.

Seria a “drag” uma imitação de gênero, ou dramatizaria os gestos significantes mediante os quais o gênero se estabelece? Ser mulher constituiria um “fato natural” ou uma performance cultural, ou a “naturalidade” constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas? (BUTLER, 2015, p.9)

Assim, ela estabelece questionamentos a respeito do quanto é natural o comportamento feminino e o quanto é performático à medida que segue padrões estereotipados. Esta questão traz à tona a temática dos brinquedos diferenciados para meninos e meninas, haja vista, que a realidade não corresponde a essas escolhas. As meninas, por exemplo, ainda são estimuladas a brincar de bonecas; os meninos de carrinho. No entanto, na prática, as mulheres dirigem e trabalham. Esse conservadorismo dificulta a inserção dos homens no mundo que ainda é considerado feminino e a dupla ou tripla jornada de trabalho para as mulheres ainda segue. Assim como, algumas vezes, são cobrados determinados comportamentos que a regra naturalizou, tais como; o homem não chora, a estética da casa é responsabilidade feminina, mesmo que esta trabalhe e etc.

Esse modelo “performativo” lança uma interessante luz sobre o fenômeno da fala generalizada. A fala é também uma estilização repetida do corpo; os estilos “masculino” e “feminino” de se falar, como identificados por pesquisadores, podem ser vistos como o resultado “consolidado” de atos repetidos, realizados por atores sociais que estão esforçando-se para se constituir como homens e mulheres “adequados”. (CAMERON, 2010, p. 132)

O estudo sobre gênero e linguagem não pode ser abstraído das práticas sociais e da época. Este trabalho está vinculado a mulheres, linguagem, condição social e raça em um lugar específico no início do século XX que eram os subúrbios que se constituíam em lugares heterogêneos no que concerne ao poder aquisitivo.

Eckert e Ginet (2010) apresentam questões a respeito de trabalhos sobre linguagem e gênero abstraídos do constructo social. Esta forma de pesquisa obscurece informações importantes que, se inseridas na pesquisa, produziriam resultados diferentes, pois a maneira como esses fatores se conectam, resultam

em relações de poder, criação, naturalização de valores e produção de conflitos sociais.

As pessoas e suas atividades, incluindo suas práticas de uso da linguagem, nunca são vistas de modo integralmente concreto ou pluralístico. Sem acesso a constructos abstratos como a sistemas linguísticos ou a categorias sociais e relações de classe, raça e gênero, não podemos esperar engajamento em qualquer tipo de investigação esclarecedora de como e por que linguagem e gênero interagem. (Eckert e Ginet, 2010, p.94)

Nesta subseção, serão estudados alguns personagens do romance, no intuito de observar a afasia feminina predominante em uma família constituída por negros de classe média baixa no subúrbio carioca. Trata-se de Clara dos Anjos e de seus pais. Contrapondo-se a esta afasia, serão analisados os discursos de D. Salustiana, mãe de Cassi Jones, Inês e D. Margarida, personagens que, de formas e em situações diferentes, apresentam sua loquacidade, pelo menos em um dado momento, como é o caso de Inês.

Nosso propósito é encorajar uma visão da interação entre gênero e linguagem que ancore cada um desses significados nas práticas sociais cotidianas de comunidades locais específicas e os veja como conjuntamente construídos nessas práticas; (...). Pensar praticamente e observar localmente implica abandonar uma série de pressupostos recorrentes em estudos de gênero e linguagem: que gênero opera independentemente de outros aspectos da identidade e das relações sociais; que “significa” a mesma coisa em comunidades diferentes; e que as manifestações linguísticas desse significado também são semelhantes em comunidades distintas. (ECKERT e GINET. 2010, p. 96)

A família de Clara representa o constructo patriarcal do século XX em que ainda vigorava a afasia feminina em prol dos interesses burgueses androcêntricos, que fora reconstruído nos subúrbios aos moldes das condições sociais de seus habitantes.

Sua mãe, D. Engrácia, é a mais conservadora da família, haja vista a criação de moça branca que recebera. Suas desculpas para não sair de casa, sua ideia sobre os dentistas, sua inabilidade em resolver problemas e a maneira como criara sua filha: sem diálogo, comprovam que algo estava deslocado naquele cerne familiar. A mãe pouco fala e quando isto ocorre, reproduz um discurso que não condiz com sua identidade. Seu relacionamento com o marido é curioso, pois há algumas situações em que ela interage com ele, pelo excesso de dependência e preconceito; como na ocasião em que Clara sofreu fortes dores de dentes.

- É preciso levar essa menina,
 Engrácia, enquanto está no começo.
 - Dentistas! Deus me livre!
 - Por quê, mulher de Deus?
 - Porque é casa de perdição, Quincas.
 - Qual perdição, qual nada. Perde-se quem quer ou quem está perdido.
 - Você que a leve, Quincas.
 Não posso sair todo o dia. Você sabe que não posso andar muito...
 (BARRETO. 2012. V. I, p. 226)

Engrácia expressa a visão do século XIX em que havia resistência ao acesso dos profissionais da saúde ao corpo feminino, mesmo que fosse médico. No entanto, diante de tantas desculpas que ela encontrava para não sair de casa, pode-se inferir o pavor que esta possuía em se misturar com a população do subúrbio, haja vista a criação diferenciada que recebera se comparada à outras meninas da sua condição e cor.

Quanto a isso, Fishman (2010, p. 98) explica: “O que as pessoas fazem em interações expressa e reflete forças estruturais sociais e históricos além das fronteiras do seu encontro”.

A linguagem também reflete o posicionamento da mulher no mundo. O ser humano tanto utiliza a linguagem quanto é utilizado por ela. Quanto mais se externa o código verbal, mais conhecemos o indivíduo; todavia o oposto dá-se da mesma forma, afinal, pode-se criar uma personalidade expressa, verbalmente, que não condiga com a realidade daquele ser. Pode-se ainda pensar em duas palavras, semanticamente iguais e expressar aquela que favoreça o seu discurso.

Se for de fato verdade que nossos sentimentos sobre o mundo matizam o modo como expressamos nossos pensamentos, então podemos usar nosso comportamento linguístico como um diagnóstico de nossos sentimentos sobre as coisas, pois, frequentemente - como qualquer pessoa que tenha um conhecimento superficial dos escritos psicanalíticos modernos, sabe perfeitamente – podemos interpretar nossas ações ou percepções de acordo com nossos desejos, distorcendo-as conforme nossa conveniência. (LAKOFF. 2010, p. 13)

O código linguístico se entrecruza com outras questões, tais como: a classe social, o gênero, os ditames da época e o local em que se vive. Aqui, importa discutir de que forma as mulheres do início do século XX se expressavam ou não, em meio àquela sociedade patriarcal em que o calar era uma virtude feminina.

As mulheres, ao longo do tempo, pela maneira como foram educadas, eram

levadas a se tornarem introspectivas, tímidas, afásicas e desconhecedoras do que ocorria fora dos seus lares.

Lakoff (2010) questiona se é possível corrigir as desigualdades genéricas por meio da igualdade dos códigos linguísticos através da didática e do conteúdo escolar, constituindo, assim, o seu conhecimento de mundo. Os signos relegados à mulher, remetem às funções subservientes e de objetos sexuais, lar e filhos.

A mulher que recebia alguma instrução, naquela época, deveria limitar-se aos assuntos referentes ao seu sexo. No entanto, esta educação era esquecida à medida que, ao casar-se, deveria cuidar somente do lar. Isto se a condição social familiar permitisse, porque a grande maioria, constituída por pobres, não poderia sustentar-se somente com o salário do marido.

O efeito maior dessa discrepância é que às mulheres é sistematicamente negado acesso ao poder, com o pretexto de que elas não são capazes de sustentá-los, como demonstrado por seus comportamentos linguísticos e por outros aspectos; e a ironia aqui é que as mulheres são produzidas para sentir que merecem tal tratamento, por causa das inadequações em sua própria educação. (LAKKOF. 2010, P. 17-18)

Espera-se que a linguagem feminina seja respeitável, que não contenha palavras de baixo calão, que falem baixo ou que não falem. Afinal, tratando-se do início do século XX, a afasia ainda fazia parte do mundo feminino, entretanto, isso dependerá dos intercruzamentos que diferenciarão as mulheres de acordo com a classe social e racial.

As personagens femininas presentes no romance Clara dos Anjos possuem personalidades diferentes. A variação linguística utilizada na interação verbal na família de Joaquim é fundamental para construir e manter as relações hierárquicas entre homens e mulheres.

D. Engrácia, Clara e Joaquim pouco interagem verbalmente. A mãe cumpre seus deveres de dona de casa, mantêm-se afásica e amedronta-se ao vislumbrar qualquer possibilidade em tomar decisões ou sair de casa. Ou seja, apesar de pertencer à classe média baixa, morar no subúrbio e ser negra, cumpre todos os ditames hipócritas construídos pelos homens brancos elitizados. Fora criada como moça branca por uma família de ricos fazendeiros. Há suspeitas que seu pai era um dos varões da casa pelo modo como fora tratada. Negava-se a sair

de casa por mais imprescindível que fosse o motivo. Demonstra sentir uma mistura de medo e de repulsa daquela gente que vivia nos subúrbios e que, mesmo constituindo classes heterogêneas, eram os elementos formadores da verdadeira identidade de Engrácia. Ela não era branca. Não morava no Centro, sendo assim, não precisava portar-se daquela forma rigorosa, segundo os códigos de conduta da época. Haja vista que os subúrbios permitiam determinados comportamentos que seriam inaceitáveis no Centro do Rio de Janeiro.

Clara deseja conhecer o mundo, cria expectativas, afinal possui dezoito anos e desconhece o amor e o sexo. Essas questões eram omitidas pelos pais, a fim de proteger as filhas. Clara vivia quase enclausurada em casa, mas ao contrário da mãe, queria sair, divertir-se, pois reconhecia o tratamento desigual de seus pais, se comparados aos de outras moças suburbanas.

Joaquim era um homem bom e crédulo. Pensava que os outros fossem o seu espelho. Era alertado pelo compadre Marramaque, mas possuía a mente um tanto obtusa. Aos domingos, divertia-se ao jogar solo⁸⁸ com os amigos e, enquanto esperava o ajantarado⁸⁹, bebia aguardente. Em uma dessas passagens, há um diálogo interessante entre ele e sua família.

- Clara! Engrácia! Café!

De lá, respondiam, com algum amuo na voz:

- Já vai!

É que as duas mulheres, para preparar o café, tinham que retirar, de um dos fogareiros de carvão vegetal, uma panela do ajantarado que aprontavam, afim de aquecer o café reclamado; e isto lhes atrasava o jantar. (BARRETO, 2012, p. 75)

Através desse diálogo, o autor relata o exaustivo trabalho de dona de casa. Apesar da interação linguística limitada, nota-se que muito se pode saber pelo pouco que fora dito. O amuo na voz das mulheres significa muito mais que o trabalho que teriam para o preparo do café. Nesta pequena interação entre a família, o autor revela o descontentamento daquelas por não fazerem parte daquele grupo que se divertia todos os domingos, enquanto o trabalho feminino nunca terminava. Todavia, a maior reclamação consistiria no afeto que deveria pertencer à Clara e Engrácia e que, no entanto, era transferido “àqueles dois

⁸⁸ Jogo de cartas.

⁸⁹ Única refeição feita aos domingos. Geralmente, era servida no final da tarde.

homens” no único dia de folga de Joaquim. Afinal aquele simples jogo significava um dia repleto de prazer que ele não compartilhava com a família.

Dessa forma, Lima utiliza o que não se diz, com a maestria de poucos, pois essas elipses são riquíssimas a fim de compreendermos o que o autor parece pretender dizer nesta interação autor – texto – leitor. Naturalmente, compreende-se que o conhecimento ilocucional⁹⁰ e de mundo fazem-se necessários para a compreensão do texto em sentido lato, pois, do contrário, o leitor teria a falsa impressão de que se trata de uma afasia patológica e não construída no cerne de um mundo androcêntrico. Jakobson (2007, p. 50-51) diz que “a afasia na qual é afetada a função do contexto tende a reduzir o discurso a pueris enunciados de frases, e até mesmo a frase em uma só palavra”.

Ao mesmo tempo que Jakobson (2007) trata de uma patologia que se inicia na infância, ele argumenta que o nosso repertório linguístico depende do léxico que se ouve no decorrer da vida e daí, apropriando-se de seu parecer sobre afasia, sob o aspecto de anomalia, pode-se inferir que a afasia cultural feminina é construída de acordo com a obediência às regras burguesas.

A hierarquia que evoca o patriarcado entre o homem e a mulher é observado em pequenas questões que se naturalizaram, de tal forma, que existem até os dias de hoje.

A linguagem expressa pela personagem Inês, por exemplo, revela o seu ínfimo contato com a classe burguesa ou a mediana. Sua repressão verbal diante dos padrões e a absorção do idioleto falado por pessoas que vivem à margem, em extrema pobreza, forma um léxico destoante do que se preconizava; mas todo esse repertório linguístico, expresso em seu local de moradia, empoderou-a, pois estava acompanhada de seus iguais e estes foram solidários com ela.

Aqueles becos escuros, guarnecidos de um e outro lado, por sobrados, de cujas janelas pendiam peças de roupa a enxugar, mal varridos, pouco transitados, formavam uma estranha cidade à parte, onde se iam refugiar homens e mulheres que haviam caído na mais baixa degradação no último degrau da sociedade (...). Havia negras, brancas, mulatas, caboclas, todas niveladas pelo mesmo relaxamento e pelo seu triste fardo. (BARRETO, 2012. p. 260-261)

Já embriagada, mas imbuída de coragem, enfrentou Cassi Jones e disse o

⁹⁰ Reconhecimento dos objetivos ou propósitos pretendidos pelo produtor do texto.

que há anos estava embargado em sua garganta. Ali não havia afasia. Naquele boteco, todos eram unidos pela aguardente e pela falta de condições humanas de sobrevivência. O autor tornou-a verborrágica naquele idioleto que ele fez questão de transcrever como forma de denúncia à relevância que o governo dispensava àquela gente. E Inês disparou contra Cassi uma série de signos linguísticos carregados de significados.

- Olá, olá! “seu” Cassi! O’ “seu” Cassi!

(...)

A negra, bamboleando, pôs as mãos nas cadeiras e fez com olhar de desafio:

- Então você não me conhece mais, “seu canaia”?

Então você não “si” lembra da Inês, aquela crioulinha que sua mãe criou e você.

(...)

Não fuja, não, “seu” patife! Você tem que “ouvi” uma “pouca”, mas de “sustança”.

(...)

-“Muié”, não! – fez a tal Inês, gingando. – Quando você “mi” fazia “festa”, “mi” beijava e “mi” abraçava, eu não era “muié”, era outra coisa, seu “cosa” ruim!

(...)

-É o “home qui mi” fez mal; que “mi” desonrou, “mi pois” nesta “disgraça”.

(...)

-Sim! Você “memo”, “seu” caradura! “Mi alembro bem... Foi até no quarto de sua mãe... Estava arrumando a casa.

(...)

-Você sabe onde “tá” teu fio? “tá” na detenção, fique você sabendo. “Si” meteu com ladrão. É pivete e foi “pra chac’ra. Eis aí que você fez, “seu marvado”, “home mardiçoado”. Pior do que você só aquela galinha - d’angola da “tua” mãe, “seu” sem-vergonha!

(...)

- “Oie”- disse ela, para os circunstantes; - ele diz que não é o tal. Agora “memo” se acusou-se, quando chamei a ratazana da mãe de – uma “veia” cheia de imposição de inglês. Inglês, que inglês...

Soltou uma inconveniência, acompanhada de um gesto despudorado, provocando uma gargalhada geral. (BARRETO. 2012, p. 261- 263)

É claro que havia interlocutores: Seus companheiros de parati e Cassi Jones. No entanto, eles foram abstraídos. O interessante, nesse texto, é o desabafo de Inês diante daquele homem por quem guardou tantas mágoas. E expressar-se em um território com seus iguais; falar livremente o seu linguajar, sem nenhum constrangimento, transformou esse desabafo em uma verdadeira catarse. Inês expurgou todo o ressentimento preso em seu peito por muitos anos.

Pode-se concluir que ela, personagem secundário, relegada ao nível mais baixo da pobreza, constituiu-se em porta-voz da camada da sociedade mais

desprovida de bens materiais. E desconstruiu, mesmo que por um momento, a repressão de voz imposta na educação do ente feminino sob os parâmetros da sociedade patriarcal.

Por conseguinte, observou-se a importância da linguagem na manutenção da estrutura patriarcal que se iniciou desde a fase das normas impostas até a sua naturalização, época em que se tornou mais difícil desconstruí-la, pois, determinados vocábulos já eram e são vistos como algo comum em nossos itens lexicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao final deste estudo, foram elucidadas algumas questões presentes nesta dissertação, tais como, o problema apresentado, as hipóteses e outras descobertas que surgiram ao longo da elaboração deste trabalho. Este, iniciou-se com algumas referências bibliográficas e no decorrer destes anos, pesquisou-se um material considerável, a fim de responder às questões elencadas no início deste processo e outras que foram surgindo. O problema delineado constituiu-se no seguinte: como as mulheres negras construíram seu entrelugar em épocas eivadas de preconceitos delineados nos ditames patriarcais? Para responder a esta questão, pesquisou-se desde a época colonial até o início do século XX, portanto, a resposta inclui variadas mulheres em variados tempos e condições.

Os estupros que ocorreram, sistematicamente, nos navios negreiros; as escolhas das escravizadas mais atraentes, de forma estratégica, para trabalharem em serviços domésticos e a prostituição a que eram submetidas, reificou seus corpos, transformando-os em meios de obtenção de prazer fácil. Daí a conclusão, deturpada, de que as mulheres negras e mestiças eram, naturalmente, libidinosas.

No início do século XX, ainda vigoravam os ditames de proibição de circulação de mulheres sozinhas nas ruas, principalmente, à noite. Muitas trabalhadoras foram confundidas com prostitutas por causa desse trânsito, haja vista que elas estavam de volta às suas casas após um árduo dia de labor. Um adendo se faz necessário aqui: o código penal de 1890 que “protegia” as moças em relação à sedução, rapto ou estupro, obrigando o homem a casar-se com ela, não abrangia todas as mulheres e sim somente as virgens e casadas. Deste modo, essas trabalhadoras que precisavam circular sozinhas à noite, ao voltar para casa, certamente, não foram agraciadas com tal “proteção”.

Em relação ao entrelugar das mulheres negras e mestiças, desde a época da colonização até o século XX, percebe-se o processo de busca que elas empreenderam. Tratava-se de romper com o estereótipo de que todas as “mulheres” eram afásicas porque a grande maioria não era branca. E se na época da colonização, as quitandeiras e mulheres de ganho precisavam

trabalhar para os seus “senhores” e para si, transitavam pelas ruas até o século XIX, quando tais prerrogativas acabaram.

O capítulo que trata do lugar e do entrelugar da mulher, temáticas contemporâneas, traz à tona questões variadas em que se observou o empenho de mulheres que trouxeram para o Brasil, através de sua cultura oral, as funções delegadas a elas em seu continente de origem, pois em muitos países africanos, o comércio era função, exclusivamente, feminina.

Acostumadas a lidar com vendas e finanças, algumas, que trabalhavam neste ofício, compravam a própria alforria e outras conseguiram juntar pequenas fortunas, recebendo a alcunha de Sinhás pretas, pois, infelizmente, de oprimidas, passaram a opressoras, à medida que também escravizavam sua própria etnia.

Enquanto quitandeiras, elas construíram o seu entrelugar, pois ao enriquecerem, tornavam-se donas de si; ao contrário de outras que no mercado de escravizados, eram designadas para diversas funções: algumas tornavam-se domésticas, outras trabalhavam no canavial e as mais jovens e bonitas eram obrigadas a se prostituir. Havia também as mulheres que eram estigmatizadas por morarem em fogos, ou seja, em núcleos familiares constituídos por parentes ou não. Aqueles, em que viviam somente mulheres, eram ainda mais condenáveis, pois eram considerados locais de prostituição. Algumas vezes eram, mas nem sempre, no entanto, todos os locais descritos desta forma eram considerados como tais.

Outro tipo de relacionamento pesquisado foram as relações consensuais em que o homem se relacionava com uma dessas mulheres por afeto e não por obrigação. No entanto, eram relacionamentos proibidos por não serem casados e por pertencerem a etnias diferentes. Neste bem viver, havia filhos ilegítimos também, como se fossem casados segundo a igreja, mas, eram envolvimento amorosos proibidos e às escondidas.

Outras que buscavam o seu lugar, eram as domésticas, no final do século XIX e início do século XX. Estas formavam a maioria da população trabalhadora, de acordo com os censos realizados em 1890 e em 1906. Por causa destas

mulheres, que constituíam a maioria, Lima Barreto afirmava que a mulher sempre trabalhou e até mais que os homens.

Não possuíam outra opção, pois precisavam complementar o salário do marido ou até mesmo sustentar a família. Tal fato originou desavenças entre os cônjuges, pois o homem sentia-se humilhado, já que em casa não era o único provedor do lar. Assim, constantemente, recorriam à violência sexual, psicológica e física, a fim de afirmar sua “masculinidade”. Não eram solidários com suas esposas; e esta era uma das questões que no início da pesquisa, suscitou curiosidade. A dúvida consistia no seguinte fato: se eles eram subalternizados pelos seus patrões, seriam sensíveis com suas mulheres ou levariam aos subúrbios as normas que foram criadas pelos homens brancos, ricos e opressores? A resposta surpreendeu, à medida que se observou a força da cultura sexista sobre os homens.

Por fim, abaixo estão elencadas várias situações em que as mulheres negras e mestiças, ora estavam submetidas à estrutura patriarcal, ora faziam a história:

- a) As quitandeiras.
- b) Mulheres de caminho.
- c) As sinhás pretas.
- d) As que não tinham a possibilidade de comprar sua liberdade.
- e) As que viviam em fogos em condições diversas.
- f) As que chefiavam ou dividiam a chefia da casa com seu marido nos séculos (XVIII – XIX).

A literatura romântica que alimentou os sonhos de Emma Bovary, assim como as modinhas que alimentaram o bovarismo de Clara, compõem a segunda seção para explicar as características deste período que abstraíram tantas mulheres brancas, que vivendo no ócio, alimentavam-se dessas histórias permeadas de heróis e heroínas que não perfaziam a realidade da época em que o casamento era um simples contrato entre as famílias dos nubentes.

O Naturalismo e suas características alimentavam as teorias raciais e estereotipavam a figura da mestiça; criando personagens sensuais e

irresistíveis, isentando o homem de qualquer culpa em relação ao adultério ou ao abandono da família, pois, tais mulheres, possuíam um viés de feiticeiras que impediam o ente masculino de cumprir com suas obrigações de esposo. Cria-se assim, a pecha que prevalece até os dias de hoje em que a culpabilidade do adultério recai sobre a mulher. É a naturalização dos estigmas. Posto isso, não se torna necessário, de uma certa forma, o cerceamento feminino, visto que a inculcação de que todas as mulheres são melífluas e irresistíveis já se interiorizou na mentalidade dos homens e, infelizmente, também nas mulheres.

No terceiro capítulo, discutiu-se, sinteticamente, a vida de Lima Barreto que se transformou em uma perturbadora pesquisa, haja vista, tratar-se de um ser pleno de expectativas no início de sua vida; todavia, ao ver seus sonhos desmoronando, deprime-se e procura no álcool seu lenitivo, vício que o levou precocemente à morte. Ávido por leituras, nacionais e internacionais de forte inclinação positivista, tornou-se alvo de pesquisadores, que até os dias de hoje, procuram os seus textos escritos sob pseudônimos. Nota-se sua importância não apenas na inovação da sua escrita simples e, muitas vezes, coloquial, mas também pela diversidade de temas que compõem os seus textos a respeito dos subúrbios, dos preconceitos de gênero, racial e social e outras questões. O lugar supracitado, esquecido pelas autoridades é o espaço em que segregavam as pessoas que a elite e o governo não queriam que fizessem parte do cartão postal da capital brasileira. Sem as obras do referido autor, pouco conheceríamos sobre o local, seus moradores, hábitos.

A análise do texto perfaz o último capítulo deste trabalho. Isto através da discussão de assuntos como a subalternidade feminina, a misoginia, o determinismo, o código penal que ditava o padrão de comportamento da mulher honesta e a linguagem, tão importante em um texto em que a estrutura do patriarcado não permite que a mulher expresse seus sentimentos, suas vontades. Sua posição perante a sociedade é somente a de obedecer às ordens do pai e, após o matrimônio, às do marido.

Discute-se aqui as personagens femininas do romance que representam o estilo de vida de mulheres que viveram realmente daquela forma. Na verdade, ao averiguar as pesquisas sobre as fichas policiais e os prontuários médicos,

documentação alternativa para uma época em que, exceto os autores pré-modernistas, não se escrevia sobre os recônditos pobres do Brasil.

No romance, destaca-se a fraqueza do pai de Cassi perante as intercessões da mãe para livrá-lo dos seus crimes. Quer seja por gratidão, devido a ajuda financeira desta, ao receber uma herança; quer seja, por covardia, ou medo, este homem fora incapaz de moldar o caráter do filho para o bem. Deste modo, simplesmente ignorou a sua existência. No entanto, Dona Salustiana é verborrágica e sabe se impor. Faz prevalecer sua autoridade perante aquela família, cujo patriarcado parecia constituir-se somente da porta para a rua.

É interessante destacar que a personalidade mais forte fora entregue à Dona Salustiana e Dona Margarida, mulheres brancas. E a mais fraca, à dona Engrácia e às demais personagens femininas negras do enredo. Essa inversão, na ficção do romance, faz-nos pensar se a obra era dirigida a todos os negros como uma forma de acordá-los e conclamá-los para a luta; para que não vissem, naquela situação de subalternidade, algo normal e que entendessem que era algo que pudesse ser desconstruído. Afinal, tal livro configura-se no último escrito por Lima Barreto, ou seja, seu último grito para que seu povo pudesse despertar da inércia.

O patriarcado sempre existiu e ainda existe. Cabe à mulher e ao homem desconstruir esses estereótipos misóginos e aceitar o ente feminino como um ser com os mesmos direitos que os homens. Afinal, a mulher não é um apêndice masculino. Constitui-se por si mesma. A ontologia feminina deve ser observada com outros olhos. E, através do conhecimento e análise da história, será possível a desconstrução desses estigmas que perduram em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Lucíola**. Editora: Martin Claret. 4ª ed.. São Paulo. 2012.

_____ **Senhora**. 5ª ed. Editora: Martin Claret. São Paulo. 2012.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. Editora: Martin Claret. 1ª ed. São Paulo. 2006.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. P. 45-77. In.: **História das mulheres no Brasil**. (Org.): PRIORE, Mary Del. Editora: Contexto. São Paulo, 2017.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução: Maria Lúcia Pereira. 9ª ed., Editora: PAPIRUS, São Paulo, 2016.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 9º edição. Editora: José Olympio. Rio de Janeiro. 2003.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Editora: Penguin. Companhia das letras. 1ª ed., 2012.

_____ **O filho de Gabriela**. P. 80 – 108. In: Contos completos de Lima Barreto. (ORG.) Lilian Moritz Schwarcz. Editora: Companhia das Letras. 2010.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**, 37ª. edição Editora CULTRIX – São Paulo.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 8ª edição. Editora: Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2015.

CAMERON, Deborah. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. P. 129-149. In.: **Linguagem, gênero, sexualidade**. Organização: Ana Cristina Ostermann ; Beatriz Fontana. Tradução: Ana Cristina Ostermann ; Beatriz Fontana. Editora: Parábola. São Paulo. 2010.

CARVALHO. José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora: Companhia das Letras. 3ª ed. 2012. São Paulo.

COUTINHO. Afrânio. **A literatura no Brasil**. Era romântica. 3ª edição. Niterói. – UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.

_____ **A Literatura no Brasil**: Era Realista e Era de transição. 3ª Ed. – Rio de Janeiro – Niterói – UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.

DIMAS, Antônio. **Gregório de Matos**: Literatura comentada. Editado pela Abril S.A Cultural e Industrial. São Paulo – 1980.

D'INCÃO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. Pág. 223-240. In: **História das mulheres no Brasil**. Editora: Contexto. 10ª ed. São Paulo. 2017.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas. Literatura, gênero, etnicidade. **Terra roxa e outras terras**. Revista de estudos literários. Vol. 17ª, dez. 2009, P. 6-18 ISSN 1678-2054.

ECKERT, Penélope; MCCONNELL-GINET, Sally. Comunidades de práticas. Lugar onde coabitam linguagem, gênero e poder. p. 93-110. In.: **Linguagem, gênero, sexualidade**. (Org.): Ana Cristina Ostermann; Beatriz Fontana. Tradução: Ana Cristina Ostermann; Beatriz Fontana. Editora: Parábola. São Paulo. 2010.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. P. 322-361. In: **História das mulheres no Brasil**. (Org.); Mary Del Priore. Editora: Contexto. 10ª ed. São Paulo. 2017.

FARIA, Sheila De Castro. Sinhás pretas. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro – RJ, Ano 7, Nº 78, p. 26-29, /março. 2012.

EFÉSIOS cap.5, versículos 22-27. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada 2ª edição. Barueri. São Paulo. 2012. Sociedade bíblica do Brasil.

FEDI, Laurent. **COMTE**. Tradução Lauro Pinheiro. Editora: Estação Liberdade Ltda. São Paulo. 2008.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Editora: Martin Claret. Tradução; Herculano Villas-Boas. São Paulo. 1ª ed. v. 29. 2015.

FREIRE, Elyseu Adail de Alvarenga ; TORRES, Rogério. **O coronel Elyseu e o seu tempo**. Editora: Renascer Ltda. Impresso no Brasil. 2009.

GÊNESIS Capítulo 10: 1-4. Bíblia sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. Revista e atualizada 2ª edição. Barueri. São Paulo. 2012. Sociedade bíblica do Brasil.

GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio. **“Dizem as quitandeiras...”**: Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista. Rio de Janeiro, século XIX. Acervo, V.15, nº 2, p. 3-16. Jul/dez. 2002.

LAKOFF, Robin. Linguagem e lugar da mulher. P. 13-30 In.: **Linguagem, gênero, sexualidade**. Organização: Ana Cristina Ostermann; Beatriz Fontana. Tradução: Ana Cristina Ostermann; Beatriz Fontana. Editora: Parábola. São Paulo. 2010.

HOOKE, Bell. Black women: Shaping feminist theory, **Feminist Theory from Margin to Centre**, South End press, 1984.

MIRANDA, Wander Melo. **Heterogeneidade e Conciliação em Alencar**. Repositório Institucional. UFC/Centro de Humanidades/. Editor: Revista de Letras. ISSN: 0101-8051. 2009.

PAIVA, Eduardo França. Mulheres de diversas “qualidades” e seus testamentos na colonial escravista e mestiça capitania das Minas Gerais. P. 11-23. In: **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. (Org.) XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. São Paulo, Editora: Selo Negro. 2012.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Correa. Editora: Contexto. São Paulo. 2007.

PRIORE, Mary Del, **História do amor no Brasil**. Editora: Contexto. 2ª edição. São Paulo. 2006.

_____. **Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª edição. Editora: UNESP, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Vilmar. **Negras senhoras: o universo material das mulheres africanas forras**. ANAIS DO COLÓQUIO DO LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. In: Dimensão Atlântica das quitadeiras. (Org.) FURTADO, Junia Ferreira.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural – 2ª ed.**, Editora: Roco - Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Joel Rufino. **Épuras do social: Como podem os intelectuais trabalhar para os pobres**. São Paulo. Editora: Global. São Paulo. 2004.

SCHUMACHER, Schuma & BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras do Brasil**. Edição condensada. – Editora Senac – São Paulo, 2013.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. P. 362-400. In: **História das mulheres no Brasil**. Editora: Contexto. 10ª ed. São Paulo. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do rádio**. 10ª reimpressão. Editora: Companhia das Letras. São Paulo. 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Editora UFMG. ISBN 978-85-7041-816-6. Minas Gerais.

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular**. Editora: Luiz. São Paulo. 1991.

TUAN, Yi – Fu. **Espaço e lugar – A perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. Editora: DIFEL, São Paulo. 1983.

VASCONCELLOS, ELIANE. Mais feminista que as feministas. **Revista de História da BIBLIOTECA NACIONAL**. Rio de Janeiro, Ano. 9, nº 104, maio, 2014.